

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU
MESTRADO EM FILOSOFIA

RODRIGO VICTOR DE SOUZA PEREIRA

**UMA IRRUPÇÃO NA MORALIDADE:
A TRAJETÓRIA DE IMMANUEL KANT PARA A FUNDAMENTAÇÃO DA
METAFÍSICA DOS COSTUMES**

RECIFE

2025

RODRIGO VICTOR DE SOUZA PEREIRA

**UMA IRRUPÇÃO NA MORALIDADE:
A TRAJETÓRIA DE IMMANUEL KANT PARA A FUNDAMENTAÇÃO DA
METAFÍSICA DOS COSTUMES**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico de Filosofia, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP.

Linha de Pesquisa 1: Ética, Fundamentos Morais e Valores Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Karl Heinz Effen.

RECIFE

2025

P436i Pereira, Rodrigo Victor de Souza.
Uma irrupção na moralidade : a trajetória de Immanuel
Kant para a fundamentação da metafísica dos costumes /
Rodrigo Victor de Souza Pereira, 2025.
95 f.

Orientador: Karl Heinz Efen.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Filosofia.
Mestrado em Filosofia, 2025.

1. Kant, Immanuel, 1724-1804. Fundamentação da
Metafísica dos Costumes. 2. Autonomia (Filosofia).
3. Ética. I. Título.

CDU 1(KANT)

Luciana Vidal - CRB 4/1338

TERMO DE APROVAÇÃO

RODRIGO VICTOR DE SOUZA PEREIRA

UMA IRRUPÇÃO NA MORALIDADE:

**A TRAJETÓRIA DE IMMANUEL KANT PARA A FUNDAMENTAÇÃO DA
METAFÍSICA DOS COSTUMES**

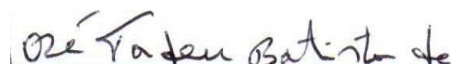
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de Mestre em Filosofia. A presente dissertação foi defendida e aprovada em 28 de março de 2025 pela banca examinadora constituída pelos professores doutores:

Documento assinado digitalmente

KARL HEINZ EFKEN

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador e Presidente da Banca - Prof. Dr. Karl
Heinz Efken



Titular Interno – Prof. Dr. José Tadeu Batista de
Souza



Titular Externo – Prof. Dr. Anderson de Alencar
Menezes

Recife

2025

Dedico este trabalho aos meus alunos. São eles que diariamente têm me ajudado a aperfeiçoar o meu fazer docente, de modo que as suas expressões faciais me fazem querer simplificar tantas elocubrações filosóficas.

AGRADECIMENTOS

Expresso os meus mais sinceros agradecimentos às pessoas que foram caminhos e pontes para que eu pudesse iniciar e concluir este mestrado. De modo especial, faço a recordação do amigo Pedro Igor, o primeiro e grande incentivador para que eu pudesse me aventurar pelas sendas da pesquisa. Ele que foi o primeiro a me presentear com exemplares de livros de Kant.

Aos amigos que trago no coração e que comemoram comigo cada conquista: Ricardo Mariano, Dalmon Luiz e Thales Martins. À minha querida amiga e companheira do mestrado, Bruna Campano, cuja dedicação à pesquisa faz meus olhos brilharem ainda mais.

À UNICAP que tenho como a minha segunda casa, cujo compromisso e seriedade com o ensino me fizeram desde muito jovem sonhar com a docência. Em nome da instituição, quero fazer uma menção especial ao Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado, que foi o grande provocador para que eu iniciasse o mestrado. De igual modo, agradeço à Prof.^a Dr.^a. Eleonoura Enoque, pela proximidade e confiança desde o tempo da graduação.

Um agradecimento todo especial ao Prof. Dr. Karl Heinz Efken, meu grande orientador que soube compreender o meu tempo perante o discernimento que fiz no segundo ano do mestrado, tornando-se também um conselheiro nos momentos necessários.

E por último, mas não menos importante, ao programa de incentivo à pesquisa PROSUC/CAPES, que foi a financiadora deste mestrado, favorecendo uma estabilidade para a pesquisa e proporcionando uma dedicação necessária para o bom andamento do projeto.

“Duas coisas enchem o ânimo de admiração e de reverência sempre renovadas e crescentes quanto mais frequente e continuamente a reflexão se ocupa delas: o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim. Eu não preciso buscá-las e simplesmente supô-las como mergulhadas em obscuridades ou no transcendente, fora de meu horizonte; eu as vejo diante de mim e as conecto imediatamente à consciência de minha existência.”

(Kant, 2016, p. 203).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo fundamental investigar a trajetória realizada por Immanuel Kant para chegar à sua primeira obra dedicada à moral, a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785). A irrupção ocasionada pelo filósofo no âmbito da moralidade, estabeleceu uma nova compreensão da ação moral rompendo com os paradigmas anteriores ao proceder com a busca e fixação do imperativo categórico, estabelecendo, por sua vez, uma ética do dever. Para o desenvolvimento da argumentação, analisaremos o projeto moral kantiano, da caracterização e fundamentação perpassando por aspectos essenciais da sua filosofia moral como a virtude desinteressada, a preocupação com o universal e o seu compromisso com a verdade. Na sequência, propomo-nos explorar de modo aprofundado os “pressupostos dos pressupostos” que fundamentam o seu pensamento moral, esclarecendo sobre o contexto histórico em que ele estava envolvido e como a teodiceia e Rousseau o influenciaram. Por fim, demonstraremos algumas noções preliminares acerca da redação da *Fundamentação* e qual o seu lugar no contexto da moral de Kant. Deste modo, ao esclarecermos qual o seu objetivo e o seu método, falaremos dos conceitos fundamentais que estruturam essa obra, como o papel da boa vontade, o dever e a questão central de sua filosofia prática que é a derivação do imperativo categórico.

Palavras-chave: Kant. Moral. Fundamentação. Imperativo Categórico.

ABSTRACT

The present research has as fundamental objective to investigate the trajectory performed by Immanuel Kant to reach his first work dedicated to morality, the *Groundwork of the Metaphysics of Morals* (1785). The irruption caused by the philosopher in the sphere of morality, established a new understanding of moral action breaking with the previous paradigms to proceed with the search and fixation of the categorical imperative, establishing, in turn, an ethics of duty. For the development of argumentation, we will analyze the Kantian moral project, characterization and reasoning through essential aspects of its moral philosophy as the unselfish virtue, concern with the universal and its commitment to the truth. Next, we propose to explore in depth the “presuppositions of assumptions” that underlie his moral thinking, clarifying about the historical context in which he was involved and how Theodicy and Rousseau influenced him. Finally, we will demonstrate some preliminary notions about the writing of the *Groundwork* and its place in the context of Kant’s moral. Thus, when we clarify its objective and method, we will talk about the fundamental concepts that structure this work, such as the role of goodwill, duty and the central issue of its practical philosophy which is the derivation of the categorical imperative.

Keywords: Kant. Moral. Groundwork. Categorical Imperative.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O PROJETO MORAL KANTIANO.....	15
2.1 Kant: Vida e obra	15
2.2 A epistemologia kantiana.....	19
2.3 O céu estrelado e a lei moral.....	22
2.4 Estrutura da moral kantiana: a virtude desinteressada e a preocupação com o universal	25
2.5 O compromisso kantiano com a verdade	27
2.6 O sistema moral kantiano em suas obras	33
3. EXPLORANDO OS PRESSUPOSTOS DA FILOSOFIA MORAL DE IMMANUEL KANT.....	37
3.1 A gênese do pensamento moral de Kant.....	37
3.2 Contexto histórico e origem do pensamento kantiano	40
3.3 A teodiceia subjaz à moral kantiana.....	43
3.4 No caminho da lei moral	51
3.5 Acerca da importante influência de Rousseau.....	54
3.6 A revolução moral kantiana	58
4. ESTRUTURA E PERCURSO ARGUMENTATIVO DA FUNDAMENTAÇÃO.....	61
4.1 Noções preliminares acerca da redação da <i>Fundamentação</i>	61
4.2 O lugar da Fundamentação no contexto da moral kantiana.....	65
4.3 Tarefa e método da Fundamentação	68
4.4 O papel da “boa vontade” na teoria moral de Kant.....	72
4.5 O “dever” e suas proposições	75
4.6 A derivação do imperativo categórico	78
4.7 Objeções à moral kantiana	86
4.8 Como entender a moral kantiana no hoje da história?.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	97

1. INTRODUÇÃO

Questões éticas se colocam permanentemente na vida cotidiana de cada um de nós, porém sempre referidas a situações concretas. A ética, em termos gerais, lida com questões sobre a retidão de nossas ações. Constantemente avaliamos ações como boas ou más, certas ou erradas, e consideramos o que pode ser visto como prudente do ponto de vista moral. As escolas filosóficas dedicadas ao estudo da ética definem cada uma um procedimento que consideram capaz de verificar e determinar a ação correta, incluindo a razão que justifica a adoção de tal procedimento.

Devo mentir ou dizer a verdade na minha declaração de imposto de renda? Devo me alistar como soldado numa guerra e assumir que devo matar outros seres humanos que caem na categoria de inimigos? Devo colaborar numa campanha contra a fome? A ética como disciplina filosófica tem a sua raiz última e adquire seu sentido a partir dessas questões. Todavia, o que a caracteriza é que ela coloca essas questões de um modo absolutamente geral ou, como se diz vulgarmente, “abstrato”. É possível notar que a filosofia trata, de maneira extremamente geral, ou seja, “abstrata”, problemas que são absolutamente concretos. O desafio de fundamentar a ética envolve responder a questões como “o que devo fazer?” e, de forma ainda mais radical, “por que devo”?

Ao propormos uma dissertação sobre o percurso moral de Immanuel Kant, a primeira questão que surge é sobre a relevância do tema. Embora Kant não seja apenas um clássico da filosofia, mas também um dos pensadores mais influentes da modernidade, sua proposta de fundamentação da moralidade tem sido questionada há muito tempo. Portanto, qual a trajetória percorrida por Immanuel Kant que o motivou a formular um princípio supremo da moralidade de tal forma que isso pode ser significativo para a investigação moral-filosófica contemporânea e para a filosofia em geral?

A resposta a essa indagação que tentará ser respondida no decorrer desta dissertação, surge de uma provocação pessoal por busca de autonomia e liberdade. Para Immanuel Kant, a autonomia e a liberdade estão essencialmente vinculadas, pois, ser autônomo é ser livre no sentido moralmente relevante, e a liberdade moral se expressa ou se torna evidente na ação autônoma, de modo que a moralidade só é possível porque é resultado dessa mesma autonomia. Ao redigir o opúsculo *Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?*, Kant sustenta que ser esclarecido é pensar por conta própria, não seguir o interesse próprio ou egoísmo, nem diretivas convencionais ou religiosas, a menos que se possa perceber que o imperativo categórico as

aprovaria. Deste modo, o iluminismo kantiano pode nos mostrar conflitos insolúveis entre a felicidade e o dever. E, para ele, a autonomia sempre supera a heteronomia. O tema central tratado por Kant neste pequeno e profundo texto diz respeito à convicção kantiana de que, embora o homem tenha a capacidade de se guiar livremente no mundo, por falta de coragem, por preguiça, a maioria abre mão dessa capacidade e se deixa guiar pelas decisões alheias. E é apenas por meio do esclarecimento que o ser humano pode alcançar a plenitude da humanidade, tornando-se emancipado.

O movimento contemporâneo de “retorno a Kant” não se limita a um estudo anacrônico das premissas kantianas sobre a moral e o dever. Através de uma análise minuciosa e aprofundada, é possível perceber que trazer os postulados kantianos para o contexto atual é uma forma valiosa de reinterpretar a realidade contemporânea.

A filosofia kantiana oferece aos nossos tempos a oportunidade de cultivar uma consciência retrospectiva e prospectiva, olhando para o passado para compreender e melhorar o futuro. Estudar Kant no momento presente da nossa história significa que sua filosofia se estende até nós, ou que de certa forma antecipa questões que nos dizem respeito. Indiscutivelmente, Kant foi a voz mais marcante da Modernidade no campo do pensamento ético, propondo uma nova abordagem para questões de moralidade. Mesmo sem romper completamente com a tradição moral anterior, ele representou um novo paradigma.

De forma assertiva e determinada, o filósofo moral Kant, profundamente envolvido no projeto de fundar uma metafísica dos costumes, postula que a razão humana comum, sem ainda ser filosófica, é a autora do princípio moral supremo. Deste modo, tendo como base que uma das tarefas do filósofo moral é a de evitar a tendência de esquecer ou de enganar-se sobre o que a moralidade exige, é então que Kant reclama o auxílio da filosofia para o auxiliar nessa fundamentação.

A *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, publicada em 1785, é a primeira obra de Kant dedicada exclusivamente à filosofia moral. Este texto tornou-se um cânone essencial para aqueles que desejam compreender uma das correntes mais influentes da ética. Sem exagero, pode-se afirmar que a *Fundamentação* é um dos textos mais significativos da história da filosofia moral. Apesar de sua brevidade, as ideias apresentadas possuem uma profundidade e originalidade que lhes conferem uma relevância incontestável. Nesta obra, Kant apresenta pela primeira vez conceitos centrais como imperativo categórico, autonomia, dever e obrigação moral.

A *Fundamentação* foi escrita com a finalidade de encontrar as condições de probabilidade da existência de uma lei moral universal que servisse de orientação às ações do

homem, sujeito moral. Este sujeito moral, devido à sua autonomia, faria uso do que melhor a natureza o agraciou: a razão pura prática capaz de identificar as condições a priori da sua vontade. Para compreender como ocorre esse processo, Kant dividiu a obra em três seções introduzidas por um prefácio.

Kant finaliza o prefácio expondo o objetivo que será perseguido nas seções que completam a obra: A presente fundamentação nada mais é do que a busca e o estabelecimento do princípio supremo da moralidade. E segue expondo o que irá tratar ao longo da obra dividida em três seções: i. a transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico, ii. a transição da filosofia moral popular para a metafísica dos costumes e, por último, iii. a transição da metafísica dos costumes para a crítica da razão prática pura.

Não obstante, a escolha pela *Fundamentação* se deu em razão de esta ser a primeira obra de Kant em que ele, de modo sistemático, trata da moralidade a partir de toda aquela influência racionalista. Graças a Kant, historicamente, a partir desta obra, tem-se uma nova teoria moral, a deontológica: ética do dever. A ética deontológica não considera as consequências ou finalidades das ações quando avalia a sua correção moral, mas antes as normas nas quais essas ações estão fundamentadas.

A teoria moral kantiana distingue-se da utilitarista por não avaliar a correção das ações com base em suas consequências. Trata-se de uma ética deontológica que, embora baseada na observação de regras para a ação, não busca elaborar um conjunto fechado de normas de conduta a serem seguidas, como é o caso das éticas religiosas, que estabelecem mandamentos como expressões rigorosas da lei divina. Nesse sentido, a doutrina moral de Kant, influenciada pelas ideias iluministas, apresenta no final do século XVIII uma noção de dever moral distinta da concepção cristã vigente na Idade Média.

Para Kant, o dever não se apresenta como um conjunto de mandamentos fixos que determinam a prática de uma ou outra ação. O imperativo categórico kantiano, como procedimento para averiguar a correção das máximas para a ação, reflete a preocupação de Kant com o exame da regra para a ação, e não com a ação em si mesma e suas consequências. O dever é, na verdade, uma “forma” válida para qualquer ação moral, sendo imperativa e independente das circunstâncias e finalidades envolvidas em cada ação. Por isso, esta pesquisa se propõe a expor e analisar criticamente o procedimento adotado pelo filósofo de Königsberg, Immanuel Kant, para alcançar o imperativo categórico em sua publicação de 1785.

Para a obtenção de resultados e respostas acerca da problematização apresentada nesta dissertação, foi realizada uma análise hermenêutica e bibliográfica da obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* do filósofo alemão Immanuel Kant, sendo essa a base fundante e fonte

primária de toda a pesquisa. O estudo para esta pesquisa está fundamentado em ideias e pressupostos que apresentam significativa importância na definição, construção, discussão e difusão dos conceitos discutidos nessa análise.

Diante disso, para analisar o trabalho de Kant na *Fundamentação* nos foi exigido uma leitura pormenorizada em cada conceito apresentado na obra. A dificuldade, certamente nos levou a pensar em qual circunstância a obra de Kant não se encontrava obsoleta, ou então remetida a um arcaico modo de pensar a moralidade. No entanto, foi observado o contrário. O pensamento de Kant ainda se encontra vivo e instigante.

O objetivo do trabalho consiste, então, em investigar a irrupção ocasionada por Kant no âmbito da moralidade, averiguando qual o caminho trilhado por ele para chegar à redação da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Neste intuito, abordaremos as ideias principais do tema presentes na obra, sempre procurando analisar e compreender a argumentação de Kant em prol da defesa de sua filosofia prática. Evidentemente, sabemos que não conseguimos esgotar todas as nossas pretensões, mas, pelo que nos foi de alcance, trazemos uma reflexão segundo a nossa perspectiva e que nos possibilita adentrarmos na filosofia moral kantiana.

Por isso, de forma objetivamente específica, pretendemos nesta pesquisa analisar o projeto moral de Immanuel Kant, da caracterização e fundamentação perpassando por aspectos essenciais da sua filosofia moral. Em seguida, nos propomos investigar de modo aprofundado a filosofia moral de Immanuel Kant, procurando os “pressupostos dos pressupostos” que fundamentam o pensamento moral de Kant. E por fim, nos dispomos a demonstrar a tarefa da *Fundamentação* esclarecendo qual o seu objetivo e o seu método, falando dos conceitos fundamentais que estruturam essa obra.

E, para melhor chegar ao intento que nos propomos, no primeiro capítulo, trataremos do projeto moral de Immanuel Kant, ou seja, da caracterização e fundamentação propriamente dita da moral kantiana, perpassando por aspectos essenciais como sua vida e obra, tendo em vista que, sua vida pessoal influenciou no seu modo de filosofar. Deste modo, retomaremos os principais conceitos da filosofia de Kant, como a sua epistemologia, o seu apreço pré-crítico pelas leis da natureza, mas também pelas leis da liberdade. Por isso, para uma ampla compreensão da estrutura da filosofia prática de Kant, será dado enfoque a três aspectos de suma importância: a virtude desinteressada, a preocupação com o universal e o compromisso kantiano com a verdade. E por fim, faremos um breve caminho pelo sistema moral de Kant por meio de suas obras de filosofia moral.

Feito isto, passaremos para o segundo capítulo em que faremos uma exploração detalhada sobre a filosofia moral de Immanuel Kant. O propósito deste capítulo é ir atrás dos

“pressupostos dos pressupostos” que fundamentam o pensamento moral de Kant. Desta forma, falaremos sobre a gênese do seu pensamento, esclarecendo sobre o contexto histórico em que Kant estava envolvido. Posteriormente, será trazido à tona uma questão pouco discutida no meio das investigações acerca de Kant, que é justamente como a teodiceia estava na base da moral de Kant. E por fim, será explanado o quanto Rousseau influenciou Kant de tal maneira que a filosofia prática deste causou uma revolução na filosofia moral como um todo.

Por fim, no terceiro capítulo, demonstraremos a tarefa da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Para tanto, nesse percurso entenderemos algumas noções preliminares acerca de sua redação e qual o seu lugar no contexto da moral de Kant. Deste modo, ao esclarecermos qual o seu objetivo e o seu método, falaremos dos conceitos fundamentais que estruturam essa obra, a saber: o papel da boa vontade na teoria moral de Kant, o dever e suas proposições e a questão central de sua filosofia moral que é a derivação do imperativo categórico. E por fim, como um verdadeiro filósofo precisa suspeitar de suas próprias pretensões, traremos à tona algumas objeções à moral kantiana.

Assim sendo, o trabalho transcorrerá a partir do método conceitual-analítico, visto que utilizaremos conceitos e ideias de outros autores, semelhantes com os nossos objetivos, para a construção e fundamentação de uma análise científica sobre o nosso objeto de estudo. A metodologia da pesquisa escolhida permite uma liberdade consciente e prudente na pesquisa para navegar por diferentes autores e perspectivas dentro do escopo de investigação proposto, sem perder o foco principal do trabalho ou se desviar das fontes primárias em que toda a pesquisa é baseada.

Em suma, Goethe certa vez observou, ao refletir sobre Kant, que toda filosofia deveria ser amada e vivida para dar significado à vida. O estoico, o platônico, o epicurista, todos, à sua maneira, devem compreender o mundo; essa é a tarefa da vida da qual ninguém está isento, independentemente da escola filosófica a que pertençam. Os filósofos, por sua vez, não podem nos oferecer nada além de modos de vida. A moderação rigorosa de Kant, por exemplo, exigiu uma filosofia compatível com essa sua inclinação natural. Ao ler sobre sua vida, perceberão como ele suavizou educadamente seu estoicismo, que na verdade constituía um grande problema para as relações sociais, ajustando-o e equilibrando-o com o mundo. Cada indivíduo tem, por suas inclinações, um direito a princípios que não o anulem como indivíduo. Aqui, e em nenhum outro lugar, deve ser buscada a origem de toda a filosofia (Cf. Cassirer, 2021, p. 19).

2. O PROJETO MORAL KANTIANO

O movimento de “retorno a Kant” engendrado pela contemporaneidade, não é uma atitude meramente anacrônica de estudo das premissas kantianas acerca da moral e do dever, mas, por meio de uma observação minuciosa e aprofundada, é possível inferir que, trazer os postulados kantianos à superfície da atualidade, é uma boa forma de releitura da problemática ética contemporânea.

A contribuição que a filosofia kantiana pode oferecer aos nossos tempos é justamente o incentivo de uma consciência retrospectiva e prospectiva, olhar o passado para entender e aprimorar o futuro. Estudar Kant no momento atual da nossa história, significa antes que a sua filosofia se prolonga na nossa, ou que há nela como que alguma antecipação do que nos diz respeito. Sem dúvida, Kant foi a voz mais expressiva da Modernidade no que diz respeito ao pensamento ético, propondo um modo de equacionar as questões da moralidade, de modo que, se não rompeu com toda a tradição do pensamento moral anterior, representou um novo paradigma.

2.1 Kant: Vida e obra

Em sua filosofia prática, Kant propõe um novo paradigma ético na história da filosofia. (Cf. Herrero, 2001, p. 18). Diferentemente dos sistemas éticos que o precederam, esse modelo coloca a capacidade racional do ser humano como centro e princípio distintivo. Isso implica que a ética kantiana reconhece na razão a autoridade máxima, pois, segundo o próprio Kant, “todos os conceitos morais têm sua sede e origem na razão” (Kant, 2019, p. 48). Enquanto a ética clássica de Aristóteles enfoca os bons sentimentos, as virtudes e a busca pelo bem ou pela felicidade, a moralidade kantiana é identificada pela tradição histórica como tendo uma origem estritamente a priori na razão, entendida como a capacidade de agir do indivíduo autônomo.

A filosofia não foi mais a mesma depois de Kant, de modo que Hegel, na *Ciência da lógica*, afirmou que a filosofia kantiana constitui a base e o ponto de partida da filosofia moderna. Immanuel Kant nasceu em Königsberg, em 22 de abril de 1724, uma vida transcorrida quase que inteiramente em sua cidade natal, monótona e sem qualquer incidente espetacular. Kant foi simplesmente um excelente professor numa universidade pouco distinta de uma cidade provinciana. Reconhecido por sua regularidade metódica de vida e por sua pontualidade, a sua

tranquilidade de vida de certa forma contrasta com a grandeza de sua influência que demonstra uma qualidade dramática.

Sabe-se que Kant foi o quarto irmão mais velho de uma família de onze filhos. Seu pai fora um seleiro, João Jorge Kant, homem honesto e laborioso, que tinha horror à mentira; e sua mãe, Ana Regina Reuter, mulher profundamente religiosa, que por sua vez, ministrou ao filho uma sólida educação moral. Antes de falecer, ela internou Kant no Collegium Fredericianum, dirigido por Francisco Alberto Schultz, um adepto fervoroso do pietismo¹. Lá, Kant estudou de 1732 a 1740, período necessário para constatar a considerável influência de Schultz sobre o futuro filósofo.

Ainda sobre o pietismo, podemos ouvir um testemunho da boca do próprio Kant:

Diga-se o que for do pietismo, as pessoas que o levaram a sério se mostraram dignas de respeito elas possuíam o que de mais elevado um ser humano pode ter aquela tranquilidade, aquela alegria, aquela paz interior que não podia ser perturbada por qualquer paixão. Nenhuma carência, nenhuma perseguição os deixavam de mau humor nenhuma desavença era capaz de atizar sua cólera e sua inimizade. Numa palavra, até mesmo um mero observador seria levado involuntariamente a respeitar a luz. Ainda me recordo como outrora irromperam desavenças entre o comércio de cintos e células sobre seus respectivos privilégios que afetavam meu pai bem consideravelmente; mas, não obstante, as conversas sobre essa desavença se davam no nosso ambiente familiar com tanto cuidado e amor em consideração dos oponentes por parte dos meus pais que, embora eu fosse apenas um rapaz de 14 anos, nunca pude me esquecer desse pensamento. (Cassirer, 2021, p. 30).

Kant foi muito influenciado pelo pietismo de modo que ao longo de sua vida ele continua apreciando as boas qualidades dos pietistas sinceros, mas é evidente que reagiu com bastante assertividade contra as observâncias religiosas às quais teve que se conformar no colégio.

Por mais que possamos imaginar a personalidade de Kant como serena e extremamente séria, as suas palestras eram temperadas com humor e até anedotas. Em seus cursos de filosofia, seu principal objetivo era estimular seus ouvintes a pensarem por si mesmos, a “se manterem de pé como dizia” (Cf. Copleston, 2022, p. 180).

Na fase posterior da vida de Kant, marcada pela elaboração e apresentação de sua filosofia crítica, observou-se uma concentração intensa de sua energia intelectual e vital em um único propósito. Apesar disso, ele continuou demonstrando uma abertura genuína à vida e às experiências em sua plenitude. Em seus estudos e leituras, Kant permitia-se ser influenciado por uma ampla variedade de materiais empíricos, de diferentes origens e naturezas. Além disso,

¹ O pietismo é um movimento oriundo do luteranismo que valoriza as experiências individuais do cristão. O seu grande promotor foi Jakob Spener (1635-1705), ensinava que a fé cristã verdadeira é uma fé viva e a leitura direta da Bíblia, a fonte por excelência da regeneração interior.

ele buscava diversificar seus estímulos por meio de interações sociais. Como relata Rink, “nos primeiros tempos, Kant passava quase todo meio-dia e toda noite fora de casa em convívio social, frequentemente jogando, e às vezes retornando próximo da meia-noite. Quando não tinha compromissos durante as refeições, comia em hospedarias, em mesas frequentadas por pessoas de boa educação”. Esse estilo de vida descontraído e desinibido foi ocasionalmente motivo de perplexidade até mesmo para os observadores mais perspicazes de sua psicologia entre os que o rodeavam (Cf. Cassirer, 2021, p. 59).

Deste modo, ao observador, meticulosamente a rotina e os aspectos da vida do filósofo, qualquer leitor poderia ter a impressão de que se tratava de um maníaco, mas, acerca disso Georges Pascal afirma:

Era na realidade possuidor de uma extraordinária força de vontade. Trabalhador incansável consagrou a vida ao estudo sempre atento em jamais dar a público um pensamento prematuro ou incompleto. Esta propriedade intelectual é o traço dominante do seu caráter e sem dúvida também de sua filosofia. (Pascal, 2011, p. 19).

Podemos afirmar que há um antes e um depois de Kant, e isso pode ser demonstrado por meio da sua originalidade que causou uma revolução filosófica, a tal ponto de ser comparada com a revolução copernicana na ciência. A trajetória intelectual de do filósofo, que vai desembocar no engendramento de uma filosofia totalmente autoral e original, tem como base a orientação do pensamento mais aos problemas do que às soluções, por isso, muito antes da publicação de obras filosóficas, Kant se dedica a escrever sobre questões científicas, aspectos triviais, questões de ordem religiosa, mas nada se percebe ainda, do que será a sua filosofia ulterior.

Como todo filósofo é filho do seu tempo, Kant estava imbuído do espírito da Modernidade que, naquele momento específico da história, sentia uma forte necessidade de esclarecimento. De certa forma, queriam iluminar as situações de escuridão que pairavam sobre o conhecimento, e é neste momento que surge o movimento iluminista. O século XVIII, foi quase todo vivido pelo filósofo de Königsberg e este foi o grande século do Iluminismo (*Aufklärung*), cuja principal tese era justamente que a partir de então a razão passaria a iluminar o que estava obscuro.

Com o intuito de contribuir com a situação específica do seu tempo, o filósofo dissertou um pequeno opúsculo denominado, “*Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?*”, onde ele quis prezar pela defesa da autonomia do ser humano. Kant defende que, o ser humano, para conquistar a autonomia, precisa passar por um processo da menoridade para a maioridade da razão. O esclarecimento elucidado por Kant, se tratava de uma junção entre ética e pedagogia,

um projeto genuinamente do Iluminismo que defendia a emancipação do ser humano. Neste interim, a grande imagem disso é a Revolução Francesa. Ela queria disseminar o conhecimento como uma forma de enaltecer a razão em detrimento do pensamento religioso. Deste modo, fica bastante clarividente que, assim como os demais filósofos, o nosso autor procurou traduzir o momento histórico em que viveu, numa filosofia.

Há um consenso de que os períodos de atividade de escrita de Kant são observados em três momentos, um período inicial denominado de pré-crítico e dois posteriores considerados como o período crítico, subdividido em dois momentos.

O período pré-crítico², que corresponde aos anos de 1755 a 1770, as ideias pessoais do filósofo ainda não tinham tomado forma e neste momento ele comungava das ideias filosóficas que predominavam na Alemanha daquela época, o racionalismo dogmático de Leibniz que foi desenvolvido e divulgado por Wolff. É também neste período em que Kant se depara com a filosofia de Hume, de tal forma que no prefácio aos *Prolegômenos* Kant afirma que Hume pôs fim ao seu sono dogmático, isso porque o dogmatismo racionalista se tornava incapaz de resistir à crítica humeana. E como sua confiança na razão, reforçada com a ciência de Newton que então ele estudava permanecesse inabalável, concebeu a ideia de buscar o fundamento sólido para o exercício da razão. Esta preocupação de justificar a física de Newton contra o empirismo e o ceticismo será aquilo que moverá essencialmente Kant na dissertação da *Crítica da razão pura*. À falta dos grandes temas da filosofia kantiana, este período permite entrever, pelo menos, os problemas que um dia serão abordados pela sua ulterior filosofia (Cf. Pascal, 2011, p. 16.).

O período crítico kantiano terá seu início em 1770, onde se começa a observar um primeiro esboço da filosofia kantiana. Neste ano, que Kant publica *A forma e os princípios do mundo sensível e do mundo inteligível* e nesta obra já é possível observar que Kant estabelece a distinção entre o mundo dos fenômenos e o mundo dos númenos, como resultado da concepção inteiramente original do espaço e do tempo. Após esta publicação, o mestre de Königsberg levava mais dez anos para dar forma à sua filosofia original, de modo que em 1781 Kant lança a *Crítica da razão pura*, a obra principal de sua filosofia crítica. Posteriormente, em 1783, ele publica os *Prolegômenos a toda metafísica futura que possa apresentar-se como ciência*, em 1785, ele publica a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, em 1788 ele

² Quando falamos do período pré-crítico no desenvolvimento intelectual de Kant, a referência, naturalmente, ao período que precede a concepção e elaboração de sua própria filosofia original. Em outras palavras, o termo deve ser tomado em um sentido técnico e não no sentido de acrítica. Nesse período, Kant aderiu mais ou menos ao ponto de vista da filosofia wolffiana; mas nunca aceitou essa filosofia de maneira servil e acrítica. (Copleston, 2022, p. 184.).

publica a *Crítica da razão prática*, e em 1790 publica a sua terceira crítica denominada de a *Crítica do juízo* ou a *Crítica da faculdade de julgar*.

Um terceiro período do pensamento intelectual de Kant e do seu trabalho de publicação de obras se dá após a publicação da última crítica, a partir de 1790, porque a partir daí, a filosofia kantiana pode considerar-se completa. Depois dessa data, o filósofo publicará apenas duas grandes obras que não modificarão em nada a linha geral do seu pensamento, ou seja, ainda continuamos no período crítico de Kant. As obras são *A religião dentro dos limites da simples razão*, de 1793, e a *Metafísica dos costumes*³, de 1797.

O mestre de Königsberg tinha consciência da novidade e originalidade de sua obra, com efeito, segundo um testemunho dos diários citado por Heidegger nos seus cursos de Marburgo, Kant teria dito, em conversa, num dos últimos anos de sua vida: “Cheguei um século adiantado com os meus escritos; dentro de um século começarei a ser compreendido e os meus livros voltarão a ser lidos e estudados” (Cf. Kant *apud* Leite, 2015, p. 31-32).

2.2 A epistemologia kantiana

Kant inaugura um novo modo de fazer filosofia que de certa forma rompe com as tradições anteriores ao seu pensamento. Inaugurando, assim, o que se chamaria de criticismo, Kant vai dar as costas tanto ao racionalismo dogmático, que fora postulado por Descartes, Spinoza, Leibniz e Wolff e ao empirismo cético defendido por Bacon, Locke e Hume. Ou seja, Kant percebeu a falha dos dois e fez uma nova proposta. Por isso, neste momento, é preciso desmistificar um pensamento que se tornou muito comum na tentativa de explicar a filosofia kantiana.

Há uma tentação natural de descrever a filosofia de Kant como uma convergência de duas correntes, o racionalismo continental e o empirismo britânico. No entanto, seria absurdo representar a filosofia de Kant desta forma, uma vez que quaisquer elementos que outras filosofias possam derivar ou implicar são absorvidos por Kant e unificados num sistema que é mais do que apenas uma fusão. Em certo sentido, Kant deu as costas ao racionalismo e ao empirismo. Se quisermos falar do sistema de Kant como uma “síntese” de racionalismo e empirismo, devemos entender o termo num sentido próximo daquele dado por Hegel, ou seja, o sentido de que Kant subsumiu em um sistema original os elementos de valor positivo que

³ *Metaphysik der Sitten* é um escrito kantiano que traz em seu bojo dois textos distintos, a saber: *Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito* e *Princípios Metafísicos da Doutrina da Virtude*.

existiam em sistemas rivais anteriores, mediante uma incorporação que transforma necessariamente esses mesmos elementos (Cf. Copleston, 2022, p. 388). Deste modo, no que tange à epistemologia kantiana, podemos afirmar que, ocasionando uma revolução copernicana ao interno da filosofia, Kant engendra o seu próprio caminho.

O filósofo Kant que foi educado sobre influência do racionalismo de Wolff, declarou que o ceticismo de Hume o fez despertar do sono dogmático, de modo que o engendramento de sua filosofia crítica permite chegar à conclusão de que o conhecimento é produto de uma faculdade complexa, o resultado da síntese entre sensibilidade e entendimento. Por isso, o filósofo inicia dizendo que todo conhecimento implica uma relação entre o sujeito e objeto, de tal forma que, os dados objetivos não são captados por nossa mente tais quais são, mas configurados pelo modo com que a sensibilidade e o entendimento os apreendem. Portanto, a coisa em si, ou seja, o númeno é incognoscível. E só conhecemos o ser das coisas na medida em que se nos aparece, isto é, enquanto fenômeno (Cf. Leite, 2015, 36-39).

Há tanta originalidade no pensamento crítico de Kant que Oliver Dekens afirma que o seu pensamento pode ser definido como uma filosofia da filosofia. Para ele, o criticismo é uma filosofia da filosofia porque inventa a própria forma de reflexividade que toda a filosofia põe em andamento. Ou seja, Kant põe em cada um de seus escritos duas coisas: de um lado, elabora muito bem as condições de possibilidade do conhecimento, da moral, ou do juízo estético e de outro lado, determina de modo casual o próprio instrumento de seu pensamento, aquilo que deve em suma figurar no princípio de todo procedimento filosófico (Cf. Dekens, 2008, p. 10).

É interessante pensar que o próprio Kant estava consciente do seu caráter inaugural dessa tarefa crítica, de modo que nos prefácios às duas primeiras Críticas ele afirmou que a sua intenção se tratava de pôr fim a uma longa errância do pensamento e de recomeçar, sob os auspícios de ver uma verdade enfim desvelada, a tarefa, entre todas necessária, de uma reflexão filosófica. Em tese, o criticismo kantiano se mostrou como uma definitiva superação das aporias que o antecederam e como a abertura de um novo caminho para a prática do filosofar (Cf. Vaz, 2023, p. 267).

A *Crítica da razão pura*, que é a obra inaugural do período crítico kantiano, é uma profunda reflexão acerca da epistemologia ou de filosofia do conhecimento. Tem-se aqui um texto que quer ser um texto-problema, cujos problemas fundamentais podem ser descritos pelos questionamentos: Como são possíveis os objetos no pensamento? E quais as condições de possibilidade do pensamento objetivo? Estas perguntas nos apresentam as condições necessárias para uma ciência objetiva, de modo que Kant se questiona se realmente é possível que nós conheçamos as coisas.

De forma mais precisa, é uma investigação sobre os limites do conhecimento humano que se apresenta como uma crítica da razão a si mesma, de modo que Kant procede ao exame racional das nossas faculdades cognitivas de modo a classificar o seu funcionamento e assim determinar o que podemos alcançar ou não. Por isso, compreender os aspectos fundantes deste exame, é mister para compreender a sua obra inaugural do sistema prático moral que é a *Fundamentação da metafísica dos costumes* (Cf. Galvão, 2019, p. 06).

Kant nunca assume uma perspectiva profundamente cética. Não só não duvida da possibilidade do conhecimento, como pensa que dispomos de um gênero particularmente robusto de conhecimento, aquele que consiste em juízos sintéticos *a priori*. Acerca disso, Olivier Dekens afirma:

O criticismo não é o ceticismo. Certamente, a razão vagueia frequentemente. Mas tal errância é salutar, pois nos indica um espaço de pensamento, o da prática, onde o filósofo vai construir o que é, para ele, o essencial. Condenar a razão em nome da certeza científica atentaria contra seu direito mais fundamental, o de pensar a liberdade e o dever. Esta hierarquia dos campos da razão vê, por sua vez, a moral como verdadeiro objeto do pensamento crítico. (Dekens, 2008, p. 12.).

Deste modo o criticismo permite chegar à conclusão de que o conhecimento é produto de uma faculdade complexa, ou seja, o resultado de uma síntese entre sensibilidade e entendimento. Para o filósofo, todo fenômeno, tudo quanto existe, inclusive o conhecimento, integra-se por dois ingredientes: matéria e forma. Aquilo que depende do próprio objeto constitui a matéria do conhecimento. E aquilo que depende do sujeito constitui a forma do conhecimento. Deste modo podemos ter uma primeira definição de que conhecer é dar forma à uma matéria dada ou seja, a matéria é *a posteriori* e a forma é *a priori* (Cf. Leite, 2005, 39-41).

Segundo Kant, há conhecimento deste gênero tanto na matemática como na física, já a possibilidade de o termos a respeito de assuntos metafísicos, ou seja, que ultrapassa a esfera da natureza, tem de ser avaliada cuidadosamente. E esta é a grande descoberta de Kant, que a existência de uma terceira classe de juízos, os juízos sintéticos *a priori* que são universais e necessários, como os analíticos, mas permite ampliar nossos conhecimentos. Para fazer essa avaliação, é preciso explicar a possibilidade tal conhecimento, o que leva Kant a colocar a seguinte pergunta: como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*? (Cf. Galvão, 2019, p. 07.).

De certa forma, influenciado por Hume, Kant postula que todo o nosso conhecimento de verdades necessárias e rigorosamente universais tem de ser *a priori*. Isso porque a experiência vai nos mostrar apenas como as coisas são de fato e não como têm de ser. Ou seja, por meio da observação, podemos saber se algo é verdade, mas que não é necessariamente verdade. E quanto

à universalidade, Kant vai reconhecer que podemos basear juízos universais na observação de casos particulares, mas em contrapartida, acrescenta que a experiência nunca poderá nos assegurar de que não há exceções às nossas generalizações empíricas. Logo, o nosso conhecimento rigorosamente universal, no qual não há lugar para exceções, tem de ser *a priori*. (Cf. Galvão, 2019, p. 09).

Neste liame, os juízos sintéticos *a priori* são de um gênero de conhecimento que, além de não ser meramente verbal ou conceitual, tem as virtudes da necessidade e da universalidade rigorosa. E aqui Kant se distancia radicalmente do empirismo, justamente porque a perspectiva de que temos conhecimento sintético *a priori* é a negação de uma tese central do empirismo. Deste modo, como os empiristas não conhecem o conhecimento sintético *a priori*, Kant os considera céticos (Cf. Galvão, 2019, p. 10).

Para articular de forma coerente o seu argumento, já que fazia parte da sua personalidade, sempre atento em jamais dar a público um pensamento imaturo ou incompleto, Kant distingue de forma acentuada o entendimento da sensibilidade. Para ele, a sensibilidade, semelhantemente ao entendimento, tem as suas formas *a priori*, que são o espaço e o tempo. Deste modo, espaço e tempo não são aspectos da realidade, mas da nossa mente e do modo como nós representamos as coisas. Sendo assim, Kant postula que o mundo fenomênico é o das coisas como nos aparecem, e se distingue do mundo numênico, que é o das coisas como são em si mesmas, para lá de toda a nossa experiência possível. Em tese, o seu caráter idealista rejeita o realismo, e declara que “só conhecemos *a priori* das coisas o que nós mesmos nelas pomos” (Kant, 2005, p. 18).

Em suma, o modo de tornar inteligível a possibilidade do conhecimento sintético *a priori*, é porque sabemos certas coisas *a priori* porque, por assim dizer, elas já estão em nós independentemente da experiência. Logo, o nosso conhecimento resulta antes de uma espécie de projeção da estrutura da nossa mente no mundo, pois espaço, tempo e a causalidade são formas *a priori* da nossa sensibilidade e entendimento, e não aspectos da própria realidade. Kant aplica esta sua intuição ao domínio da ética, de modo que, ao invés de pensarmos que agir de forma moral é subordinar a nossa vontade a uma lei exterior, o filósofo afirma que será melhor admitir que a nossa própria razão é a fonte do princípio moral segundo o qual devemos agir (Cf. Galvão, 2019, p. 12).

2.3 O céu estrelado e a lei moral

A trajetória intelectual do filósofo de Königsberg pode ser referenciada por sua célebre expressão contida na *Crítica da razão prática*, e que mais tarde foi transcrita em sua lápide por ocasião de seu falecimento:

Duas coisas enchem o ânimo de admiração e de reverência sempre renovadas e crescentes quanto mais frequente e continuamente a reflexão se ocupa delas: o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim. Eu não preciso buscá-las e simplesmente supô-las como mergulhadas em obscuridades ou no transcendente, fora de meu horizonte; eu as vejo diante de mim e as conecto imediatamente à consciência de minha existência. (Kant, 2016, p. 203).

Kant tentou explicar tanto a possibilidade do novo conhecimento científico, quanto a possibilidade da liberdade humana. Neste contexto, Kant definitivamente percebeu que a validade das leis da natureza, representado pelo céu estrelado acima, bem como a liberdade, referenciada pela lei moral dentro, precisavam necessariamente ser buscadas no poder legislador do próprio intelecto humano (Cf. Guyer, 2009, p. 18).

Tal atitude de elucidar por meio da razão questões relacionadas às ciências naturais habitaram o período denominado de pré-crítico da intelectualidade kantiana. Por isso, em um primeiro momento, Kant se posicionou com diversas obras científicas. Em 1747 ele publicou *Pensamentos sobre a verdadeira avaliação das forças vivas* e, em 1755, publicou mais duas obras científicas, a saber: a *História universal da natureza e teoria do céu* e o *Esboço sumário de algumas meditações sobre o fogo*. Ainda neste mesmo ano, Kant lança a sua primeira obra filosófica, a *Nova explicação dos primeiros princípios do conhecimento metafísico*, o que aqui se mostra carregado de uma importância específica. Pois, apesar de um escrito pequeno, ele está prenhe do futuro filosófico de Kant, de modo que, posteriormente, a preocupação de toda a sua vida se referirá a isso: os princípios fundamentais da ciência natural, de um lado, e o problema da liberdade humana, por outro (Cf. Guyer, 2009, p. 22).

Não obstante o seu forte interesse pelas ciências naturais, das quais possuía um amplo conhecimento e sobre as quais escreveu alguns textos, o maior interesse do filósofo era voltado para a constituição de uma moral ou de uma ética definitivamente fundamentada e livre das objeções que se formulavam, seja contra a filosofia moral de tradição wolffiana seja contra a moral empirista. De certa forma, pode-se afirmar que a orientação profunda e constante foi o que guiou a evolução do pensamento de Kant para a tarefa fundamental de edificação de uma moral rigorosamente racional (Cf. Vaz, 2023, p. 270.).

Por mais que a *Crítica da razão pura* seja a obra primordial do período crítico kantiano, desde o período pré-crítico, a grande preocupação de Kant foi com a moral. Movido pela

célebre pergunta “O que devo fazer?”, Kant vai cada vez mais aprofundando as suas investigações acerca dos costumes, de modo que, em 1764 Kant escreve sua primeira obra com o foco na moral, que foram as *Investigações sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*.

A preocupação kantiana com a moral, e que ficará bastante evidente com a inauguração do período crítico, fica cada vez mais claro o quanto o mestre de Königsberg, estava certamente impregnado por algumas leituras e personalidades que influenciaram a sua trajetória. Em um primeiro momento, a influência cristã do pietismo, que pregava um aspecto ético da fé, onde o importante era ser uma boa pessoa e praticar o bem aos outros. Depois, o racionalismo de Descartes e de Leibniz, de onde Kant herdou a ideia do jusnaturalismo, onde a própria natureza nos fornece uma lei.

Kant também bebeu da fonte de Rousseau, que defendia que a moralidade é constitutiva do ser humano, que somos seres autônomos, de modo que somos livres e não somos acorrentados a nada. Rousseau também defende a separação entre moral e civilização. Em tese, tudo isso pode ser resumido no tema da liberdade que Kant trata com tanta precaução. E por fim, também sendo conhecedor do empirismo e do utilitarismo, que destacavam uma distinção entre natureza e liberdade, Kant vai analisar o que pode ser absorvido dessas influências, deste modo, se debruça em investigações no âmbito da filosofia moral, e daí em diante ele não cessa.

No fim da primeira seção da *Fundamentação*, Kant tem consciência de que não quer inventar ou engendrar um novo sistema moral, mas, tendo a razão como uma bússola na mão, sabe perfeitamente distinguir, em todos os casos que se apresentem, o que é bom e o que é mau, o que é conforme o dever ou o que é contrário a ele (Cf. Kant, 2019, p. 37).

Desejando ardentemente postular uma moral que fosse pura e autêntica, de modo que o título original da segunda Crítica fora a *Crítica da razão pura prática*, Kant afirma que a lei moral em sua pureza e autenticidade, não deve ser buscada em nenhuma outra parte senão numa filosofia pura, e esta, que para Kant é a metafísica, tem que vir, portanto, em primeiro lugar, e sem ela não pode haver em parte alguma uma filosofia moral (Cf. Kant, 2019, p. 17). Kant carrega consigo a ideia de que a fonte da moralidade não está nem em Deus, nem na sociedade, ou seja, se opondo a qualquer perspectiva, Kant defende que não podemos conceber o princípio supremo da moralidade como algo que nos é imposto por uma alegada autoridade exterior, seja ela qual for.

É neste sentido que Kant vai defender que somente uma moralidade que nos motive a fazer nosso dever sem promessa de recompensa nem medo de punição, será virtuosa. Deste modo, essa insistência em que a virtude deve nos motivar por si mesma e em que a fé em

doutrinas religiosas da imortalidade e da providência não devem ser a base da moralidade, mas somente uma consequência dela, continuaria a reverberar na obra de Kant pelo resto de sua vida (Cf. Guyer, 2009, p. 26).

Em síntese, o cerne da doutrina moral de Kant é a ideia de que a razão humana pode definir o que é certo ou errado, sem depender de qualquer autoridade externa, como a religião ou a tradição. Kant defende que a moralidade se baseia no dever, que é uma obrigação racional que se impõe a todo ser humano. O dever é expresso pelo imperativo categórico, que é uma regra universal e incondicional que determina como devemos agir em qualquer situação. O imperativo categórico diz: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. Isso significa que devemos agir de acordo com princípios que possam ser válidos para todos, sem exceções ou interesses particulares.

Portanto, a moral kantiana se apresenta com um caráter deontológico, ou seja, uma ética que se preocupa com a forma da ação, e não com as suas consequências ou intenções. Para Kant, uma ação é moralmente boa quando é feita por dever, e não por inclinação ou utilidade. A moral kantiana é uma moral autônoma, que respeita a dignidade e a liberdade do ser humano como um fim em si mesmo, e não como um meio para outros fins.

2.4 Estrutura da moral kantiana: a virtude desinteressada e a preocupação com o universal

A proposta de Kant em constituir uma metafísica dos costumes, tinha a pretensão de ser o signo do coroamento de um movimento de ideias que atravessou aquele que fora chamado o “século da moral”, o século XVIII. Sua intenção era dotar o homem emancipado de uma ética cujos fundamentos metafísicos pudessem ser encontrados na própria liberdade, manifestada em sua autonomia pelo estabelecimento das condições transcendentais do uso prático da razão (Cf. Vaz, 2023, p. 275). A estrutura da moral de Kant começa a se delinear pelas questões gnosiológicas acerca da solução do problema do conhecimento já constatados na *Crítica da razão pura*.

Porém, a estrutura da ética kantiana se edifica no período que culminará com a publicação da *Crítica da razão prática*, em 1788. A *Metafísica dos costumes*, que será publicada dez anos depois, se ocupará então em aplicar os princípios da nova concepção da ética aos clássicos problemas do direito e da virtude. Deste modo, dois são os conceitos que fundamentam e sustentam a estrutura da moral kantiana e convém de ter presente as

significações fundamentais que Kant lhes atribui: A razão prática e a liberdade (Cf. Vaz, p. 279).

O sistema moral kantiano percorrendo o caminho da reflexão ético-metafísica após a *Crítica da razão pura* trilhará três estágios: a fundamentação, a crítica e o sistema. Tal tripartição é representada pelas três obras principais nesse campo: a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, a *Crítica da razão prática* e a *Metafísica dos costumes*. Podemos, no entanto, afirmar que toda obra de Kant, a partir de 1781, é orientada no sentido da constituição de uma ética transcendental, a *Metafísica dos costumes*, com seus prolongamentos cosmológicos-estéticos, a *Crítica do juízo*, religiosos, *A religião nos limites da simples razão*, culturais e políticos, com os opúsculos sobre a filosofia da história, como expressão pós-crítica da metafísica (Cf. Vaz, 2023, p. 281).

Tanto a *Fundamentação* quanto a segunda *Crítica* se dedicam a delinear a estrutura da ética sobre o terreno da razão pura prática, claramente circunscrito no universo da razão pura. A ética então vai se apresentar como *Metafísica dos Costumes*, de modo que atende à clássica divisão da Filosofia em Lógica, Física e Ética, porém, aqui pensada segundo o conceito kantiano de metafísica, como uma ciência *a priori* da razão pura, sem admissão de qualquer elemento empírico (Cf. Vaz, 2023, p. 284).

A moral kantiana possui múltiplas raízes, no entanto, ela é fortemente marcada pelo pensamento cristão. Com base nesta nova concepção de homem a respeito da qual vemos em que sentido ela é bem humanista pois atribui ao ser humano uma competência ética específica que Kant fundara toda a sua filosofia moral. De modo que seus traços fundamentais podem ser facilmente deduzidos disso até nos menores detalhes.

O filósofo Kant expõe de modo sistemático as duas consequências morais mais conhecidas e mais marcantes de sua nova definição de liberdade humana: a ideia de ação desinteressada e a de universalidade. Podemos dizer que estes dois pilares constituem a moral kantiana, e será exposta por sua vez, na fundamentação e na segunda crítica. Até hoje eles são recebidos de forma tão universal que praticamente definir o que poderíamos chamar, sem muitas formalidades, de a moral moderna (Cf. Ferry, 2009, p. 99).

A moral kantiana, de certa forma, causa uma ruptura com o mundo antigo assim com o utilitarismo moderno. Para elucidar esta afirmação, já no início da *Fundamentação* Kant se utiliza do conceito de boa vontade como que apenas ela pode ser considerada boa. Sua argumentação repousa numa verdadeira revolução na definição de homem, justamente pelo fato de que nem os talentos naturais, como pensava o mundo antigo, nem os interesses ou as

vantagens adquiridas, conforme postulavam os utilitaristas acerca da felicidade, definem a virtude em que seja o que for.

Outrossim, para pensar realmente a moral, é necessário abrir espaço à ideia de liberdade, à noção de escolha, à possibilidade para o ser humano subtrair-se à lógica dos egoísmos. É por isso que o filósofo vai afirmar que a virtude só pode residir na boa vontade, ou seja, ao mesmo tempo numa vontade desinteressada (Cf. Ferry, 2009, p. 100).

Quanto à ideia de desinteresse, nós podemos olhar para as cosmologias antigas, para os estoicos, mas de forma especial para Aristóteles, onde a virtude é entendida como excelência em seu gênero e não se opunha à natureza. Já para os filósofos da liberdade e especialmente para Kant, a virtude aparece de modo exatamente inverso, como uma luta da liberdade contra a naturalidade em nós. Neste ínterim, a nossa natureza é naturalmente inclinada ao egoísmo, e se quero abrir espaço para os outros, se quero limitar minha liberdade às condições de sua harmonia com a do outro, então preciso fazer um esforço, e é apenas nessa condição de uma nova ordem de coexistência pacífica dos seres humanos é possível (Cf. Ferry, 2009, p. 101).

Ora, é justamente o egoísmo que precisamos combater por nossa livre vontade se quisermos ao menos levar minimamente em conta o interesse geral ou bem comum. É a partir daqui que se enfatizará a universalidade como ideal de bem comum e de superação dos simples interesses particulares, em princípio almejado pelas ações morais. Diante desta realidade o bem não está condicionado ao meu interesse particular, da minha família ou da minha tribo, eles não são excluídos, mas em princípio é preciso levar em conta os interesses alheios e até mesmo da humanidade inteira, de modo que esse universalismo se exprimirá, como sabemos, na grande Declaração dos Direitos Humanos (Cf. Ferry, 2009, p. 102-103).

2.5 O compromisso kantiano com a verdade

Ao redigir em sua senilidade o pequeno ensaio *Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade*, Kant enuncia o princípio moral acerca de dizer a verdade em todas as circunstâncias, condenando por sua vez a mentira. Essa questão foi atribuída a Kant no conhecido dilema moral relativo a um assassino que nos perguntasse se um amigo nosso, e por ele perseguido, não teria se refugiado em nossa casa. Diante deste conhecido paradoxo moral, entre salvar a vida de um inocente ou deixá-la perecer, pretendemos averiguar de que forma o filósofo defende os princípios de sua filosofia moral frente a uma interpretação que ele considera nefasta.

Mas em linhas gerais, nos é permitido mentir? Em mundo como o nosso, com o advento de tantas *Fake News*, mentir parece que se tornou algo muito comum, de modo que, técnicas para mentir e controlar as opiniões se aperfeiçoaram na era da pós-verdade. Immanuel Kant desenvolveu a sua filosofia moral a partir de um sério compromisso com a verdade. Criado na doutrina pietista, Kant herdou a honestidade de seu pai, que tinha horror à mentira, e de sua mãe, obteve uma sólida formação moral. E aqui podemos observar a coerência do filósofo de Königsberg que, de fato, tinha a sua história e os seus condicionamentos como pano de fundo da sua própria vida. Por isso, o irrompimento da filosofia engendrada por ele, não estava alienada da história, mas profundamente conectada com a vida e os seus desafios.

Com o intuito de refutar o filósofo francês Benjamin Constant, Kant prontamente redigiu este opúsculo *Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade*. O escrito de Constant é uma crítica a um dilema moral atribuído a Kant, no escrito *A França no ano de 1797, Sexta parte, n.1: Das Reações Políticas*, onde ele afirma o seguinte:

O princípio moral “é um dever dizer a verdade”, se se tomasse incondicionalmente e de um modo isolado, tornaria impossível qualquer sociedade. Temos disso a prova nas consequências muito diretas que deste princípio tirou um filósofo alemão, ao qual chega ao ponto de afirmar que seria um crime a mentira dita a um assassino que nos perguntasse se um amigo nosso, e por ele perseguido, não se teria refugiado em nossa casa.

É interessante o fato de que, propriamente dito, Kant não escreveu isso. Se em algum lugar ele escreveu algo parecido, foi nos *Princípios Metafísicos da Doutrina da Virtude*, mas o dilema exposto por ele é um pouco diferente. O fato é que, o próprio Kant se esqueceu onde teria feito tal citação, e claro, em um mundo sem a tecnologia como a nossa que é só dar um “Ctrl+F” e achamos qualquer palavra ou expressão, um mestre como Kant, que neste momento aos seus 73 anos e com tantas obras já escritas, perdeu a noção de onde escreveu, ele sabia apenas que escreveu. Deste modo, sentindo-se impelido a responder a Constant, ele se utilizava do que supostamente disseram que ele disse, e explica tal motivação.

Para refutar este princípio de que dizer a verdade é um dever, Constant afirma que dizer a verdade só é um dever apenas em relação àquele que tem direito à verdade, e desse modo, nenhum homem tem direito à verdade que prejudica outro. Kant afirma que seu argumento é um *proton pseudos*, ou seja, uma primeira mentira, isto porque a veracidade nas declarações, que não se pode evitar, é o dever formal do homem em relação seja a quem for, por maior que seja a desvantagem para ela ou para outrem (Kant, 1985, p. 120), e aceitar tal princípio intermediário somente “àquele que tem direito à verdade” equivaleria à legitimação

da mentira ou em um direito de mentir. Jean-Jacques Rousseau, que exerceu uma certa influência sobre o pensamento moral de Kant afirma o seguinte:

Mentir para sua própria vantagem é impostura, mentir para a vantagem de outrem é fraude, mentir para prejudicar é calúnia; é a pior espécie de mentira. Mentir sem proveito nem prejuízo para si nem para outrem não é mentir: isso não é mentira, é ficção (Rousseau *cit. in* Puente, 2002, p. 40).

Ou seja, segundo Rousseau, o ato de afirmar uma coisa falsa só pode ser considerado mentira se causar prejuízo para aquele que fez tal afirmação ou a outrem, em outros termos, qualquer que seja a declaração, verdadeira ou falsa, não causando prejuízo a ninguém nunca poderá ser chamada de mentira (*Cf.* Nascimento, 2015, p. 09). Em contrapartida, mesmo recebendo certa influência de Rousseau, Kant rompe com ele, porque a sua compreensão acerca da mentira é de maneira diferente. O princípio moral kantiano, que dizer a verdade é um dever, em outros termos, o princípio de veracidade nas declarações, não aceita exceções, pois, é um princípio absoluto, em que a razão ordena categoricamente este dever.

A mentira, segundo Kant, é compreendida como uma inverdade intencional em geral. Ela é um ato que não precisa ser doloso aos outros para ser repudiada. Para o mestre de Königsberg, a maior violação que um arbítrio pode cometer, em questão do dever de um ser humano consigo mesmo meramente como ser ético, é a inverdade, ou seja, a mentira. Isso porque, através dela, o ser humano descarta e aniquila a sua dignidade. Logo, a mentira, independentemente de qual seja, é inadmissível, porque torna o homem indigno.

O pensamento do agir moral kantiano ao se deparar com a impermissibilidade da mentira, a considera não somente uma violação de um dever para consigo mesmo, mas à humanidade em geral. Deste modo, sob uma perspectiva ética, a máxima de ser inverídico não passa no teste da universalidade imposto pelo imperativo categórico: “age de modo que a máxima de tua ação possa tornar-se uma lei universal” (Kant, 2019, p. 34).

Na visão de Kant, “a mentira sempre irá prejudicar outra pessoa, mesmo quando não um outro homem determinado e sim a humanidade em geral, ao inutilizar a fonte do direito” (Kant, 1985, p. 120). Isso porque o direito é fundado sobre o princípio da veracidade, de tal forma que a razão ordena ser verídico em todas as declarações. Tal princípio é a base da doutrina do direito em todos os acordos fundados sobre ele. Na ética, qualquer verdade intencional, por mais que seja somente interna na manifestação do pensamento, e teoricamente não prejudique ninguém, nunca poderá eximir-se deste nome tão desonroso (*Cf.* Nascimento, 2015, p. 10).

Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, primeira obra do sistema prático kantiano, o filósofo expõe um caso de uma mentira para mostrar que, por mais que seja bem-intencionada, nunca poderá ser aceita, pois uma máxima que não pode ser universalizada, por si só se destruiria a si mesma necessariamente. Ou seja, o imperativo categórico é estabelecido por Kant como um guia que determina a ação perante uma situação de conflito.

Kant reconhece, desta forma, que qualquer pessoa pode querer a mentira em determinada situação de apuro, porém, por mais que alguém escolha mentir em tal situação, nunca desejará uma lei universal de mentir, pois, se houvesse tal lei, não existiria promessa alguma, haja visto que seria improvável alguém acreditar em outra pessoa ao afirmar a sua vontade relativamente às suas futuras ações, se porventura alguém apressadamente acreditasse, tal pessoa pagaria na mesma moeda. Por certo, se tal máxima fosse transformada em lei universal, levaria a uma contradição e por isso se destruiria a si mesma (Cf. Nascimento, 2015, p. 12).

Em linhas gerais, nunca devemos escolher a inverdade ao invés da verdade, isso porque a mentira por mais que seja bem-intencionada é inadmissível. Se quisermos testar a máxima “mentir para salvar a vida de um inocente” na formulação da lei universal, perceberemos que a contradição ainda permanece, pois, se por um lado, eu desejo que a verdade seja tomada como lei universal, mesmo para o interlocutor em questão, eu quero, por outro lado, ao mesmo tempo, um direito à mentira. E na questão casuística que vem guiando essa discussão entre Kant e Constant acerca da fúria do assassino, caso a mentira fosse tida como universalizável, ele poderia dizer: - Já que a mentira foi universalizada, e todos podem estar mentindo, a melhor forma de resolver tal dilema é matando a todos esses possíveis mentirosos.

Neste momento, faz-se necessário adentrar, noutros escritos de sua filosofia prática, para verificar como o mestre de Königsberg aborda esta questão, seguindo as exigências estabelecidas pelo imperativo categórico, incorporando os critérios racionais de necessidade e universalidade.

Kant aborda diretamente a questão da mentira nas obras que compõem o seu sistema prático da moralidade, a saber: a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, a *Crítica da Razão Prática* e a *Metafísica dos Costumes*. Também se faz importante trazer algumas anotações da obra *Lições de Ética*, onde o filósofo traz alguns excertos sobre a questão da mentira. *Lições de Ética*, de 1785, mesmo ano da redação da *Fundamentação*, são anotações das aulas de Kant feitas por alguns alunos, de modo que, atualmente se usa esse material como suplemento para a reconstrução e a compreensão do desenvolvimento do pensamento moral em

Kant. Para contrapor a argumentação acerca da mentira, Kant em suas outras obras utiliza sinônimos de verdade, a saber: honestidade, veracidade, sinceridade e fidelidade.

Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, obra que inaugura o sistema prático kantiano da moralidade, Kant ao tratar sobre a questão da boa vontade e do dever, traz à tona a temática da mentira com uma questão casuística de uma falsa promessa. O filósofo dá um exemplo concreto acerca do que está envolvido no teste da moralidade de uma máxima. Ele pede que imaginemos se, para sairmos de uma situação difícil, é moralmente permissível fazer uma promessa com a intenção de não a manter. Kant nota que essa questão pode ser abordada de duas formas. Nós podemos tentar determinar se seria prudente fazer a falsa promessa, isto é, se a promessa serviria aos interesses da inclinação e, pois, poderia conduzir à felicidade. Uma outra alternativa seria perguntar se a falsa promessa é consistente com o dever (Kant, 2019, p. 35).

Fazer uma avaliação da máxima a partir do ponto de vista da prudência equivale a considerar as consequências que as ações realizadas a partir de tal máxima teriam para a felicidade. No exemplo de Kant, o agente realiza um cálculo de prudência e decide não fazer a promessa falsa. Pois, por mais que o sujeito acredite que o ato possa beneficiá-lo a curto prazo, o agente se preocupa que o ato possa, a longo prazo, causar-lhe grande inconveniente. Deste modo, a falsa promessa pode ser descoberta e ninguém mais acreditaria nele. Neste caso, sua escolha em ser sincero é apenas a preocupação com a felicidade e o bem-estar próprio. Por outro lado, Kant argumenta que podemos indagar tal questão se temos de ser sinceros “por dever”. Aplicando esse raciocínio, o teste é se essa máxima serve como uma lei universal. Segundo a sua análise, tal máxima falha nesse teste moral, e ele afirma que se a máxima de uma falsa promessa pudesse valer como lei universal, ela então se autodestruiria (Kant, 2019, p. 36).

Na *Crítica da Razão Prática*, produto amadurecido do sistema prático da moralidade, Kant traz à tona algumas questões discutidas na *Fundamentação*, como a questão da falsa promessa, por exemplo, mas nesta *Crítica*, ele aprofunda-as. Diante da impossibilidade de uma longa reflexão que a *Crítica* necessitaria, é preferível averiguar as obras seguintes.

Nos *Princípios Metafísicos da Doutrina da Virtude*, escrito kantiano incluso no texto da *Metafísica dos Costumes*, Kant inclui a problemática da mentira em um capítulo acerca “Do dever do homem para consigo mesmo meramente enquanto um ser moral”. “A mentira (no sentido ético da palavra) enquanto inverdade proposital em geral, não precisa ser prejudicial aos outros para ser definida como condenável, pois neste caso ela seria violação do direito de outrem. Mesmo que a causa da mentira seja mera leviandade ou também a bondade, ou mesmo

que um realmente fim bom seja com isso pretendido, ainda assim o modo de segui-lo é, pela mera forma, um crime do homem contra a sua própria pessoa e sua indignidade, que tem de tornar o homem desprezível aos seus próprios olhos” (Kant, 2013, p. 242).

Uma questão casuística que Kant traz nesta obra é sobre uma declaração inverídica que um sujeito possa fazer e se ele se tornará responsável por todas as consequências que disso se possa decorrer. “Por exemplo, um senhor da casa ordenou que, se uma certa pessoa perguntasse por ele, se deveria negar a sua presença. O criado assim faz, mas dessa maneira possibilita que o senhor escape e que pratique um crime maior, que poderia ter sido impedido pelo guarda que lhe fora enviado. Sobre quem recai aqui a culpa, segundo princípios éticos? Com certeza sobre o último, que violou, por meio de uma mentira, um dever para consigo mesmo, cujas consequências lhe são imputadas pela sua própria consciência moral” (Kant, 2013, p. 244). Em síntese, fica claro que a mentira é uma violação do dever para consigo mesmo.

Na obra *Lições de Ética*, Kant abordará sobre a mentira como antítese à veracidade, de modo que ele explicita “Os deveres éticos com os outros e especialmente o da veracidade”. Deste modo, na relação social entre os homens, a coisa mais importante é a comunicação de nossas intenções e assim o principal é que cada um seja sincero a respeito de seus pensamentos, já que sem isso todo valor da relação social se esvanece.

Tendo em vista que toda mentira é censurável e digna de desprezo, Kant traz algumas questões casuísticas para elucidar o seu pensamento. Embora alguns exemplos possam se repetir, o que está na base fundamental de todos é que toda mentira é uma ação contra o direito da humanidade, e que por sua vez, não pode se transformar numa lei universal. O filósofo em questão traz um exemplo que é tão atual para a situação que estamos vivendo, a saber: “Se um homem divulga notícias falsas, ele não comete desta forma injustiça a ninguém em particular, mas contra a humanidade, pois, se isso se tornasse universal, nossa sede de conhecimento seria frustrada. Pois, com exceção da especulação, posso ampliar meu conhecimento apenas de duas maneiras: por meio da experiência e do testemunho. Ora, uma vez que eu mesmo não posso experimentar tudo e os testemunhos de outros poderiam ser falsos, a sede de saber não pode ser satisfeita” (Kant, 2018, p. 463-464).

Kant traz à tona algumas questões para clarificar o seu pensamento acerca de questões ainda mais polêmicas do que as vistas até agora e que certamente os seus opositores o acusariam de um rigorismo moral. O filósofo disserta sobre o surgimento do conceito “mentira necessária”, o que ele considera um aspecto bastante crítico para um filósofo moral. Pois, já que há alguns homens maliciosos, é verdade que, com frequência, corremos perigo ao observar

pontualmente a verdade. Deste modo, considerando que uma pessoa pode roubar, mentir e matar por necessidade, os casos emergenciais de necessidade corromperiam toda a moralidade. (Kant, 2018, p. 465). Ou seja, na visão de Kant abrir pequenas exceções significaria abrir diversas exceções nos demais deveres morais, pois nesse caso, cada opinião pode se dar a bel-prazer sobre o que se sustenta como emergência ou não.

Uma outra e última questão casuística nas *Lições de Ética*, Kant traz o exemplo de um ladrão que nos questiona. A saber: se um ladrão me faz uma pergunta sobre se tenho dinheiro, se mantenho o silêncio, ele chega à conclusão que tenho. Se digo sim, ele me rouba. Se respondo não, eu minto. O que fazer nesse caso? Na medida em que sou coagido pela força que exercida contra mim a dar uma confissão, sendo feito uso indevido da minha declaração, e não sou capaz de me salvar pelo silêncio, então a mentira é uma arma de defesa. A declaração extorquida que é utilizada indevidamente permite-me que eu me defenda, pois se minha confissão ou meu dinheiro é retirado dá no mesmo. Portanto, não há nenhum caso no qual uma mentira necessária deva ocorrer, exceto quando a declaração é arrancada de mim e estou convicto de que será feito um mau uso dela (Kant, 2018, p. 465-466).

Posteriormente, Kant não admitirá exceção em relação a um suposto direito de mentir como vimos no seu ensaio de 1797, portanto, aquele que mente por mais bem intencionado que esteja ao mentir, tem que responder pelas consequências de sua mentira, até mesmo perante o tribunal da justiça civil, e pagar por elas. É, portanto, o mandamento sagrado da razão, que ordena incondicionalmente não restringido por nenhuma conveniência, que se deve ser verídico em todas as declarações.

2.6 O sistema moral kantiano em suas obras

O traço saliente do caráter de Kant foi provavelmente sua seriedade moral e sua devoção a ideia do dever, devoção que encontrou expressão teórica em seus escritos (*Cf.* Copleston, 2022, p. 182.). Para Kant, a moralidade é autônoma e não depende da metafísica ou da teologia. Ou seja, os princípios morais não são conclusões tiradas de premissas metafísicas ou teológicas. Ao mesmo tempo, a moralidade pode apontar para além de si mesmo, no sentido de que a experiência moral produz uma fé moral (razoável) em certas verdades que não podem ser demonstrados pelos metafísicos (*Cf.* Copleston, 2022, p. 191).

Para o mestre de Königsberg, a filosofia moral, portanto, no que diz respeito aos seus princípios fundamentais, é considerada como pertencente à filosofia pura. Kant está dizendo que esses princípios dependem da própria razão e não da percepção sensorial. Ele concordou

com Hume que não podemos fundar princípios morais na percepção sensorial. Ao mesmo tempo, não estava disposto a torná-los a expressão do sentimento e abandonar a tentativa de nos dar um fundamento puramente racional (Cf. Copleston, 2022, p. 198).

Quando estava redigindo a *Crítica da razão pura*, a ideia original de Kant era de que a sua redação tratasse da natureza tanto do conhecimento teórico quanto do prático (moral), ou seja, a primeira parte trataria das fontes, método e limites da metafísica, e na segunda parte a ser publicada posteriormente, trataria dos princípios básicos da moralidade. Mas a primeira parte da obra não progrediu tão rapidamente quanto Kant inicialmente imaginaria, ele foi se dando conta dos problemas e tornava-se cada vez mais consciente de sua complexidade. Por isso, depois de algum tempo o filósofo se deu conta de que teria que dividir o assunto que esperava tratar em apenas uma crítica. Sendo assim, Kant se aborreceu com a demora e redigiu a *Crítica da razão pura* em quatro ou cinco meses, que foi publicada em 1781 (Cf. Copleston, 2022, p. 201).

Enquanto isso, o mestre de Königsberg havia voltado sua atenção para os princípios fundamentais da moral, em 1785 publicou sua *Fundamentação da metafísica dos costumes* e posteriormente seguiu-se da *Crítica da razão prática*, publicada em 1788. Deste modo, é preciso dizer que, assim como na primeira Crítica, Kant se esforçou para isolar e dar uma explicação sistemática dos elementos *a priori* do conhecimento científico, também em seus escritos morais ele tentou isolar e dar uma explicação sistemática dos elementos *a priori* ou elementos formais da moralidade. Assim, Kant buscou fundamentar a obrigação e a universalidade da lei moral não no sentimento, mas na razão prática, isto é, na razão como legisladora da conduta humana (Cf. Copleston, 2022, p. 202).

Kant não acreditava que poderíamos elaborar um conjunto de leis morais concretas que vinculasse o homem como tal sem fazer qualquer referência ao material empiricamente dado. Mas, pensava e acreditava que no juízo moral, uma “forma” que pode ser derivado da razão prática e que é aplicada ao material empiricamente. A situação na moral, portanto, até certo ponto é análoga à da ciência. Tanto na ciência quanto na vida moral do homem, ou seja, tanto no conhecimento teórico quanto no prático existe o dado, a “matéria”, e existe o elemento “formal” *a priori*. E é justamente com o aspecto formal que Kant se preocupa principalmente em seus escritos éticos, nesse sentido, ele está preocupado com a “metafísica” da moral (Cf. Copleston, 2022, p. 202). Não é à toa que, no que tange ao seu sistema prático da moralidade, a primeira obra publicada por Kant se denomina *Fundamentação da metafísica dos costumes*.

Kant aborda diretamente a questão da moral nas obras que compõem o seu sistema prático da moralidade, a saber: a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, a *Crítica da razão*

prática e a Metafísica dos costumes. Também se faz importante trazer algumas anotações da obra *Lições de ética*.

A *Fundamentação da metafísica dos costumes*, obra kantiana de 1785, inaugura o que poderíamos chamar de uma metafísica da subjetividade. Composta de três seções, cuja primeira e a segunda tomam um procedimento analítico e a terceira um procedimento sintético, Kant quer ressaltar que o modo que podemos conhecer pode acontecer por análise ou por síntese. Acerca da motivação de Kant ao redigir esta obra, Cassirer afirma o seguinte:

A Fundamentação da metafísica dos costumes quando ela foi publicada em 1785, tal como a *Crítica da razão pura*, também era o produto de uma reflexão de mais de doze anos. Mas a vivacidade, a tenacidade e o impulso da exposição não sofreram qualquer perda por isso. Em nenhuma de suas obras críticas a personalidade de Kant está presente de modo tão imediato como aqui; em nenhuma delas o rigor da dedução está tão unido ao movimento livre do pensamento, a força e a grandeza moral unidas ao sentido para o detalhe psicológico, a acuidade na determinação conceitual unida à nobre concretude de uma linguagem popular, rica em imagens e exemplos bem-sucedidos do modo mais perfeito. Pela primeira vez o *ethos* subjetivo de Kant, que constitui o núcleo mais profundo de seu ser pôde se desdobrar e se expressar puramente. (Cassirer, 2021, p. 225).

Na *Fundamentação*, Kant faz uma exposição por meio de conceitos, e lá ele traz os elementos que vão constituir as bases da moralidade kantiana. A boa vontade, que, para ele será a base para a ética, de modo que sem uma boa vontade não há ética. Associada à boa vontade, Kant traz de modo intrínseco o conceito de dever, que é uma necessidade inerente ao agir, de modo que, somente o dever vai nos colocar diante da dignidade. É uma ação feita simplesmente pela razão, ao passo que, sem razão não há liberdade. Kant também traz os conceitos de lei, máxima, respeito e do dever que temos de assegurar a nossa própria felicidade, os imperativos hipotéticos e categóricos, autonomia, liberdade e dignidade. Tais conceitos serão elucidados de forma minuciosa no terceiro capítulo, já que a *Fundamentação* é o objeto central da nossa pesquisa.

Na *Crítica da razão prática*, produto amadurecido do sistema prático da moralidade, Kant traz à tona algumas questões discutidas na *Fundamentação*. A *Crítica da razão prática*, publicada em 1788, é a segunda de três Críticas publicadas por Kant, e é uma revisão crítica dos princípios morais que foram iniciados com a publicação da *Fundamentação* de 1785. Nela, Kant analisa as condições de possibilidade da moralidade com pretensão universal e apresenta novamente o imperativo categórico, a forma de lei moral para vontades imperfeitas. O imperativo categórico de agir de tal forma que as máximas das próprias ações contem como leis universais é entendido como um fato da razão, revelando a liberdade da vontade como sua essência e, portanto, entendida como autonomia.

A *Metafísica dos Costumes*, publicada em 1797, é uma obra fundamental para a compreensão do pensamento de Kant. Ela completa a série de seus trabalhos sobre filosofia moral e provê uma visão sistemática de seus escritos sobre política, direito e virtude. Não é por acaso que, nas últimas décadas, os estudos kantianos têm dado importância crescente a esta obra, reconhecendo-a como a “forma final” da sua filosofia prática. Nela está incluída os *Princípios Metafísicos da Doutrina da Virtude* e os *Princípios Metafísicos da Doutrina da Direito*.

Além disso, na filosofia moral de Immanuel Kant, *A Metafísica dos Costumes* representa o desdobramento prático de seus princípios éticos fundamentais, consolidados primeiramente na *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Enquanto a *Fundamentação* estabelece as bases teóricas e universais da moralidade, como o imperativo categórico, a *Metafísica dos Costumes* organiza essas ideias em um sistema jurídico e ético, dividindo-se em duas partes principais: o Direito e a Virtude.

O ápice de seu pensamento moral é percebido na forma como Kant busca aplicar, de maneira sistemática, os princípios da autonomia da vontade e da dignidade humana a contextos concretos da vida em sociedade. Ele eleva a moralidade a uma dimensão prática, propondo regras que sustentam a convivência e que preservam a liberdade e a dignidade de cada indivíduo. Dessa forma, Kant consolida a relação entre a racionalidade, o dever e a legislação ética, buscando uma harmonia entre a lei moral interna e a ordem externa.

Na obra *Lições de Ética*, de 1785, mesmo ano da redação da *Fundamentação*, são anotações das aulas de Kant feitas por alguns alunos, e embora Kant tenha permitido a publicação de seus cursos, parece que a maioria desses cursos não eram textos escritos para publicação, mas eram anotações escritas pelos alunos com base no que o professor ensinou em aula. Embora a preparação e publicação dos escritos tenham demorado muito, é claro que durante o século XX surgiu uma clara consciência da importância destes documentos, especialmente como evidenciado por pesquisas e produção de histórias posteriores, utilizando este texto como complemento à revisão e compreensão do desenvolvimento do pensamento moral de Kant.

Em síntese, apesar de toda a sua aparência de sistematicidade, o pensamento de Kant sempre esteve em estado de constante evolução durante a sua vida.

3. EXPLORANDO OS PRESSUPOSTOS DA FILOSOFIA MORAL DE IMMANUEL KANT

A revolução copernicana engendrada por Kant na filosofia se estende não somente ao mundo do conhecimento, mas também ao mundo da ação. Deste modo, como a sua filosofia moral é um dos grandes fundamentos da reflexão ética do ocidente, é válido analisar a origem do problema moral a partir do posicionamento crítico de Kant. De forma unívoca, o filósofo Immanuel Kant havia declarado que o caráter do seu pensamento era essencialmente moral, porém, por quase quatro décadas, a questão moral não ocupara o centro do pensamento kantiano. Dessa forma, objetiva-se com este capítulo averiguar o interesse de Kant pelo problema do mal que conduziu o seu pensamento na rota que seria assumida posteriormente em sua filosofia moral, mas também as influências para a maturação do seu pensamento moral, cujas questões surgidas com a teodiceia prepararam o pensamento de Kant para a recepção de Rousseau, o que resultaria, na invenção da autonomia.

3.1 A gênese do pensamento moral de Kant

Em nossa jornada intelectual, encontramos pessoas dignas de respeito ou eventos que merecem ser analisados e escritos que nos impressionam profundamente. Immanuel Kant, o filósofo de Königsberg, é uma dessas figuras notáveis. Como afirma Perine, “nós precisamos ler Kant hoje se nós quisermos nos compreender, compreendendo aquele do qual vem a modernidade do nosso pensamento, modernidade à qual todos pertencemos mesmo quando nos levantamos contra ela” (Perine, 1987, p. 09). Ele realizou grandes feitos, deixou um legado de escritos que são surpreendentes para alguns e obscuros para outros, e revolucionou a filosofia de sua época. Neste início, cabe a nós investigarmos a gênese de sua filosofia, identificando seus principais influenciadores, sempre considerando o contexto histórico em que ele viveu.

Como afirma Bruno Cunha, é curioso que ele tenha declarado de forma unívoca que o caráter de seu pensamento é essencialmente moral. Se os problemas morais realmente constituíam o cerne de suas preocupações, por que tantos anos se passaram desde o início de sua carreira até a publicação de seu primeiro trabalho verdadeiramente voltado ao tema da ética, a “*Fundamentação da Metafísica dos Costumes*”, em 1785? Por que Kant permaneceu em

silêncio por quase quarenta anos, considerando o período desde sua primeira publicação, sobre o tema que considerava o mais importante na filosofia?

Diante dessas questões, tradicionalmente se postulou que, no início de sua carreira, os problemas morais não ocupavam uma posição central no pensamento kantiano. Na verdade, segundo as interpretações mais tradicionais, esse interesse foi despertado gradativamente ao longo dos anos, à medida que sua reflexão incorporava distintas influências, sejam as inovadoras e emergentes contribuições da tradição empirista britânica ou as eloquentes e passionais declarações do Jean-Jacques Rousseau.

No entanto, é importante perceber que essas contribuições nunca foram aceitas sem crítica. Se for verdade, como sugere a antiga literatura, que o interesse moral do jovem Kant era inócuo e que ele adotava uma posição acrítica em relação às suas influências iniciais, enfrentamos um obstáculo significativo: torna-se difícil entender, a menos que suponhamos uma ruptura brusca e inexplicável, como o pensador de Königsberg se afastou de seu ponto de vista inicial para anos depois, apresentar uma contribuição inestimável e totalmente inovadora ao pensamento ético ocidental (Cf. Cunha, 2017, p. 15).

O pensamento de Kant foi bastante revolucionário na filosofia moral. Sua noção de “imperativo categórico” exemplifica a ideia de que as obrigações morais são universais e necessárias, aplicando-se a todas as pessoas em todos os momentos da história. Kant argumenta que todos os filósofos morais anteriores estavam equivocados sobre a natureza da obrigação, pois assumiram o que ele chama de “heteronomia da vontade”, ou seja, a ideia de que devemos agir apenas em função de nossos desejos. Kant sustenta que sua filosofia moral é única por ser a primeira a se basear na “autonomia da vontade”, ou seja, a ideia de que devemos agir de certas maneiras incondicionalmente, independentemente de nossos desejos.

No entanto, o caráter revolucionário da filosofia de Kant pode ser enganoso. Ao afirmar de maneira ousada que seu pensamento rompe drasticamente com a tradição filosófica anterior, Kant leva seus leitores a acreditarem que ele não foi influenciado pelos pensamentos de seus predecessores e contemporâneos. Assim, pode-se entender que alguém pense que pouco ou nada se ganharia ao situar o pensamento de Kant em seu contexto histórico.

Na obra *Kant's Critique of Practical Reason: Background Source Materials*, é demonstrado que a verdade está longe do que se pensa. Na verdade, como é argumentado na Introdução Geral, a “*Crítica da Razão Prática*” (publicada pela primeira vez em 1788) talvez nunca tivesse sido escrita se não fosse pelas reações iniciais, muitas vezes críticas, a duas das obras anteriores de Kant: a “*Crítica da Razão Pura*” (1781) e a “*Fundamentação da Metafísica*

dos Costumes” (1785). Ainda nesta obra, Michael Walschots mostra que Kant estava ciente dessas resenhas e leu muitos dos primeiros comentários em formato de livro, o que o incentivou a desenvolver, refinar e até mesmo alterar suas visões sobre filosofia moral em uma segunda Crítica, algo que ele não havia planejado originalmente ao escrever a primeira.

Por este motivo, determinar quais textos específicos servem como os principais materiais de fonte para a segunda Crítica não é uma tarefa fácil. Isso ocorre porque, muitas vezes, é implícito quando Kant está dialogando com outros filósofos. Mesmo quando isso é relativamente claro, Kant raramente menciona seus interlocutores pelo nome, exceto, curiosamente, quando eles já faleceram. Para complicar ainda mais, a maioria dos materiais de fonte coletados não estão prontamente disponível, mesmo no alemão original. Assim, os leitores que desejam entender a ética de Kant no contexto histórico enfrentam diversos obstáculos (Cf. Walschots, 2024, p. 09).

A ética de Kant foi influenciada por diversos autores e correntes filosóficas. Os principais autores que influenciaram Kant foram Hume, Rousseau, Leibniz e Christian Wolff. Kant foi profundamente impactado pelas ideias de Hume, especialmente no que diz respeito à crítica do empirismo e à noção de que a razão não pode, sozinha, motivar ações. Hume argumentava que as emoções e os sentimentos são fundamentais para a moralidade, o que fez Kant repensar o papel da razão na ética. Quanto à influência de Jean-Jacques Rousseau, discutiremos a sua importância na vida e nos escritos de Kant numa seção específica, devido ao grau de impacto que ele ocasionou no pensamento moral do mestre de Königsberg. Contudo, ele destacou a importância da vontade geral e da liberdade, que influenciaram a noção kantiana de autonomia moral. A ideia de que os seres humanos são dotados de dignidade e têm um papel ativo na formação da moralidade ressoou na ética de Kant.

A filosofia de Leibniz, com sua ênfase na razão e no conceito de que a moralidade deve ser universal e objetiva, teve um impacto na formação da ética de Kant, especialmente em relação à ideia de princípios morais universais. Outro importante autor que influenciou Kant foi Christian Wolff. Enquanto continuador do racionalismo, Wolff argumentava a favor da moralidade baseada na razão, um conceito que Kant explorou ao desenvolver sua própria ética. Esses pensadores contribuíram para a formação do pensamento kantiano, que busca um fundamento racional e universal para a moralidade, culminando na formulação do imperativo categórico como princípio central da ética.

3.2 Contexto histórico e origem do pensamento kantiano

Kant, apesar de seu profundo interesse pelas ciências naturais e de seu vasto conhecimento sobre o assunto, evidenciado pelos opúsculos que escreveu no período pré-crítico, tinha um interesse ainda maior na constituição de uma moral ou ética solidamente fundamentada. Seguindo a tradição do racionalismo moderno, ele buscava uma ética que fosse imune às críticas dirigidas tanto à filosofia moral de tradição wolffiana quanto à moral empirista (Cf. Vaz, 2023, p. 270).

Deste modo, o impulso que guiou o pensamento kantiano apontava para a tarefa fundamental de edificação de uma Moral rigorosamente racional. Neste momento específico da história, a filosofia moderna enfrentava um grande desafio: resolver a aporia surgida com René Descartes. Desde então, houve um declínio da Metafísica clássica, que era a base da Ética antiga. Isso resultou na perda de credibilidade dos conceitos fundamentais da tradição ética, sustentados pelos sistemas da Ética cristã escolástica, também em crise. Descartes foi o primeiro a tentar responder a essas questões, seguido por Espinoza, Malebranche, Leibniz, Christian Wolff, e até mesmo por Hobbes e pelos empiristas ingleses. É na sequência desse contexto histórico-teórico que se situa o grande projeto Kantiano, de elaborar uma nova Ética de acordo com o paradigma da Razão que passou a prevalecer na cultura ocidental pós-cartesiana (Cf. Vaz, 2023, p. 271).

Na razão clássica, a Metafísica era legitimada como a ciência do ser, e a primazia metodológica do lógico era subordinada à primazia ontológica do ser. Com a razão cartesiana e suas variantes posteriores, “em virtude da identidade entre o teórico e o prático que a constitui, o lógico passa a ser igualmente a norma ontológica na constituição dos objetos do saber” (Cf. Vaz, 2023, p. 271). A ética, por sua vez, também passa por uma profunda redefinição de seu lugar e fundamentos dentro de uma nova configuração do conhecimento. Nesse contexto, a controvérsia sobre a primazia do teórico ou do prático perde sua relevância, pois o teórico também é definido pela atividade construtora da razão. Na nova concepção da razão apresentada por Kant, ela é vista como uma atividade única de conhecimento, exercida de duas formas distintas: teórica e prática.

Vaz questiona os limites de legitimidade dos dois usos: “quais os limites de legitimidade desses dois usos? A resposta kantiana, como é sabido, consagra a primazia do uso prático, pois somente em seu âmbito é possível assegurar um conhecimento real do Absoluto” (Cf. Vaz, 2023, p. 271).

A Ética Kantiana se apresenta, assim, como a sucessora da antiga Metafísica. O objetivo de Kant, portanto, é “reinstaurar a Metafísica como Ética” (Cf. Vaz, 2023, p. 271). É nessa ética que se consagra o fim da metafísica do ser e se inicia a metafísica do logos, ou metafísica da subjetividade, que é propriamente a metafísica moderna e serve de base para a ética da época.

Pode-se perceber que o pensamento ético-filosófico de Kant é um produto de seu tempo. O filósofo alemão conseguiu, com uma nova abordagem, transformar a maneira de pensar e agir eticamente. No entanto, não se deve concluir que ele realizou isso sozinho, mas, seu trabalho é fruto de um conhecimento prévio e de uma experiência intelectual acumulada.

O ponto de partida de seu pensamento está na moral de Leibniz, conforme exposta por Wolff, cuja fórmula geral era que o homem tem a obrigação de buscar toda a perfeição de que é capaz. Esse tema foi defendido por Kant em 1759, em sua obra “*Ensaio de algumas considerações sobre o otimismo*”. Christian Wolff, que exerceu uma verdadeira ditadura cultural na Alemanha por um período, influenciou significativamente a filosofia kantiana. “O sistema wolffiano das ciências é dominado por uma dupla distinção: entre ciências racionais e ciências empíricas, e entre ciências teóricas e ciências práticas” (Reale; Antiseri, 2005, p. 320), distinção essa que também se reflete no pensamento de Kant.

A partir de 1760, influenciado pelos moralistas ingleses de tendência empirista, Kant começou a confrontar os paradigmas alternativos à ética racionalista. Hutcheson, Hume e Rousseau começaram a dar importância ao sentimento na moral, mostrando a insuficiência dos conceitos de obrigação e perfeição que fundamentavam a moral leibniziana.

David Hume teve uma grande influência no início do pensamento crítico de Kant. Como ele mesmo menciona em sua obra “*Prolegômenos*”: “Confesso francamente: a lembrança de David Hume foi justamente o que há muitos anos interrompeu pela primeira vez meu sono dogmático e deu às minhas pesquisas no campo da filosofia especulativa uma direção completamente nova” (Kant, 1988, p. 17). Sem dúvida, o empirismo cético de Hume, que questiona a capacidade da razão e, em particular, sua crítica à noção de causalidade, tornava incertas as posições do racionalismo dogmático. Para Pascal, o que levou Kant à ideia crítica “não foi a rejeição das conclusões metafísicas, mas a consciência da incerteza dessas conclusões e da fraqueza dos argumentos em que se baseavam” (Pascal, 2008, p. 29).

A orientação inicial de Kant, influenciada pelas teorias de Wolff e suas reflexões sobre possibilidade e reflexão, não indica que ele tinha uma predisposição sentimentalista ao começar a estudar a moralidade. No entanto, as observações nos ensaios que Kant escreveu no início da década de 1760 sugerem uma tendência sentimentalista bastante acentuada. Traduções alemãs

dos dois primeiros livros de Hutcheson sobre ética, publicados em 1762, chegaram às mãos de Kant. Suas explorações anteriores da ideia de que a perfeição e a bondade exigem uma relação com a vontade ou o desejo podem tê-lo levado a ver Hutcheson como alguém que pensava de maneira semelhante a ele.

Hutcheson atribui as distinções morais no mundo humano aos sentimentos com os quais reagimos a certos fatos sobre motivação. Ele não sugere que, ao reagirmos dessa maneira, estamos percebendo, mesmo que de forma confusa e indiscriminada, alguma propriedade moral única nos motivos aos quais reagimos. O sentimento moral provocado em nós pela benevolência simplesmente introduz distinções morais em um mundo que, de outra forma, não teria nenhuma. Essa poderia ter sido uma maneira tentadora para Kant formular sua própria opinião, exceto que, ao contrário de Hutcheson, ele começou considerando como Deus decide sobre possibilidades e realidades. Deus não poderia ter tomado suas primeiras decisões sobre possibilidades a partir de um sentimento reativo, já que não havia nada determinado ao qual Deus pudesse reagir. Portanto, parece improvável que Hutcheson tenha levado Kant a pensar que os julgamentos morais resultam do sentimento e não da razão (*Cf.* Schneewind, 2009, p. 485).

Pode-se perceber que a moral de Kant não é baseada no sentimento. No entanto, durante esse período, Kant reconheceu a fraqueza e a não absolutização dos fundamentos racionais que pretendiam sustentar a moral. Após concluir sua primeira crítica, a “*Crítica da Razão Pura*”, ele dedicou toda a sua atenção ao problema moral, buscando formular seu pensamento de maneira mais clara sobre o tema.

Essa crítica já havia mostrado a Kant o método a ser seguido para estudar a possibilidade e a legitimidade de uma legislação a priori do espírito, trazendo alguns elementos essenciais do campo moral. Por exemplo, a ideia de que ao mundo sensível ou fenomênico, que é unicamente conhecível, deve-se sobrepor o mundo inteligível das coisas em si. É nesse campo inteligível do sujeito que Kant delineará as noções de dever e liberdade.

A filiação dos problemas kantianos, como afirma Vaz, “remonta aos primeiros temas platônico-aristotélicos, sendo particularmente visível na clássica interrogação sobre a distinção entre razão teórica e razão prática, e sobre a primazia a ser atribuída a uma ou à outra”. Historicamente, pode-se considerar o problema da razão teórica ou razão pura como uma herança platônica recebida por Kant, enquanto o problema da razão prática pertence à sua herança aristotélica. Kant “reintegrará essa herança platônica com o conceito propriamente kantiano de razão pura prática” (Vaz, 2023, p. 268).

Buscar traços documentais dessas heranças nos trabalhos de Kant é inútil, pois se reconhece “a indiferença do filósofo pela erudição histórica” (Vaz, 2023, p. 268). Outra influência significativa no pensamento de Kant foi o pietismo, vindo de sua formação religiosa na infância e adolescência, especialmente pelo exemplo de Martin Knutzen, seu primeiro professor na universidade. “O pietismo é um movimento religioso dentro do luteranismo alemão que floresceu no final do século XVII e no século XVIII, a partir da Universidade de Halle... Acentuava a dimensão interior e ética do Cristianismo” (Vaz, 2023, p. 273). O pietismo significava: “a) polêmica em relação à ortodoxia dogmática luterana dominante; b) afirmação da liberdade de consciência de cada pessoa em relação às cadeias da teologia oficial; c) primado de uma fé prática, ao invés da teologia escolástica” (Reale; Antiseri, 2005, p. 320).

Sem sombra de dúvida, o pietismo deixou fortes traços nas convicções morais de Kant: “É impossível compreender a doutrina ética de Kant se não tomarmos em consideração as convicções e a inspiração profunda que ele recebera de sua formação pietista” (Maritain, 1973, p. 118). Os pontos característicos da sua ética derivam desta religiosidade: seu absolutismo; o privilégio, por ela atribuído à moralidade, que chega a ser manifestação do absoluto; o signo do absoluto com que marca a moralidade e a santidade de que é revestida. É neste sentido que Maritain nos indica:

O valor sagrado e absoluto da obrigação moral e do tu deves – valor inverso – sacrilégio e absoluto – do erro moral, o valor sagrado e absoluto da boa vontade; o valor sagrado e absoluto da intenção ética. Todos esses são traços que derivam da influência e de uma transposição da ética revelada (Maritain, 1973, p. 119).

3.3 A teodiceia subjaz à moral kantiana

Um dos mais recentes estudos acerca da gênese da ética de Kant, é feito pelo brasileiro Bruno Cunha, que, baseando-se em “*La invención de la autonomía*”, de Jerome B. Schneewind, afirma que embora Henrich siga claramente os caminhos já traçados por Schmucker, é necessário reconhecer seu mérito ao propor, pela primeira vez, a importância do problema da teodiceia⁴ como base para uma nova reconstrução do desenvolvimento da doutrina moral de

⁴ O termo teodiceia (Théos [Deus] e Dike [justiça]) surgiu pela primeira vez em um ensaio de 1710, no qual Leibniz se esforça para justificar “a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal”. Partindo do problema “da liberdade e da necessidade”, considerado “um dos labirintos” onde a razão humana frequentemente se perde, Leibniz utiliza a concepção de um mundo pré-determinado por Deus para questionar “a origem do mal”. Surge um aparente conflito, pois, no processo de criação, a conduta de Deus levanta sérias suspeitas de que Ele, como Criador do mundo, possa ser o principal responsável pela existência do mal. A teodiceia, portanto, lida com os diferentes tipos de males presentes no mundo, que de alguma forma confrontam os atributos morais do conceito de Deus, como a bondade e a justiça. Enquanto o mal metafísico ou a “simples imperfeição” se refere às coisas, sempre relacionadas à sua natureza imperfeita em comparação a Deus, o mal físico (sofrimento) e o mal moral

Kant. Mais tarde, Schneewind reconhece sua dívida com o trabalho de Henrich, admitindo que, embora seja claro que as preocupações fundamentais das primeiras obras de Kant fossem de caráter científico-metafísico, é provável que tenha sido o interesse pelo problema do mal que inicialmente direcionou o pensamento kantiano para a ética que ele desenvolveria posteriormente (Cf. Schneewind *apud* Cunha, 2017, p. 17).

Para contextualizar melhor essa gênese da ética kantiana, vale a pena lembrar que em 1753, a Academia de Berlim realizou um concurso para um prêmio a ser concedido em 1755 para o melhor ensaio sobre o “Sistema do Sr. Pope, que é resumido na declaração ‘*Tudo está bem*’”. Os competidores foram solicitados, entre outras coisas, a comparar essa opinião com “o sistema do otimismo, ou da escolha do melhor”, ou seja, com a opinião de Leibniz. A popularidade do *Ensaio sobre o Homem*, de Alexander Pope, o revitalizou, pois ele alcançou notoriedade imprevisível desde o terremoto de Lisboa de novembro de 1755.

Entre os primeiros manuscritos de Kant, há alguns que mostram que ele pretendia escrever um ensaio para participar do concurso. Kant não apresentou nenhum ensaio, mas os fragmentos mostram que em 1754 ele havia começado a refletir sobre temas que se referiam à perfeição e à natureza da possibilidade, que o ocupariam por mais de uma década. O problema do mal, como colocado pela questão acadêmica de Leibniz e Pope, fez com que Kant se movesse em uma nova direção. Leibniz argumenta que o mundo, criado para mostrar a glória de Deus, tem o propósito mais amplo que pode ser concebido, uma vez que a glória de Deus é infinita. Ele também acredita que é inimaginável que para atingir esse objetivo exista uma maneira mais simples de organizar entidades cada vez mais complexas (Cf. Schneewind, 2009, p. 478).

Nenhuma das tentativas anteriores considerou amplamente as preocupações teológicas que, desde o início, se apresentaram ao pensamento kantiano na forma de uma teodiceia. Por isso, Cunha defende a tese de que o problema da teodiceia forneceu uma contribuição fundamental para o desenvolvimento da filosofia prática de Kant. Se, por um lado, as exigências da teodiceia em justificar a liberdade humana, o mal no mundo e a justiça de Deus impulsionaram as primeiras tentativas kantianas no período pré-crítico em direção a uma nova fundamentação da moral, por outro lado, é possível argumentar que essa nova fundamentação

(pecado) estão diretamente ligados aos seres racionais e inteligentes. O mal físico é sempre uma consequência do mal moral, pois, transmutado no sofrimento humano, deve ser visto como uma punição pelo pecado, podendo também ser concebido como um meio para os fins da providência. No entanto, o problema mais significativo no contexto da teodiceia certamente diz respeito ao mal moral, pois, ao se referir ao pecado, confronta diretamente os atributos perfeitos de Deus (Cf. Cunha, 2017, p. 19).

da ética trouxe, por sua vez, uma solução inovadora e original para as questões da teodiceia (Cf. Cunha, 2017, p. 18).

A questão do mal moral, quando analisada pela razão, pode ser formulada da seguinte maneira: os infortúnios do mundo, cuja origem parece estar nas ações humanas, são um produto do arbítrio divino ou dizem respeito exclusivamente ao livre-arbítrio dos homens? É evidente que o problema da liberdade é o eixo central em torno do qual as demais questões da teodiceia são discutidas e justificadas. Leibniz acredita que, embora Deus tenha criado o mundo com base em um princípio de razão suficiente, pelo qual todas as causas estão determinadas, Ele não deve ser visto como responsável pela origem do mal moral, já que Suas graças são concedidas a todas as Suas criaturas, que podem se beneficiar delas conforme desejarem, através de seu livre-arbítrio, de acordo com suas limitações originais. Assim como a correnteza pode ser considerada a causa do movimento do barco, mas não de seu atraso, Deus é necessariamente a causa de toda perfeição natural e nunca de suas limitações.

Se, por outro lado, observamos que Deus “permite” a existência do mal moral no contexto do melhor dos mundos possíveis, também é certo que Ele reconhece o mérito e o demérito intrínsecos às ações livres de Suas criaturas. A suprema sabedoria de Deus não ignora a justiça, a igualdade e a virtude. Se for possível uma conciliação entre liberdade e providência, ou seja, se as ações livres forem possíveis em um mundo criado e determinado pelos decretos do arbítrio divino, como Leibniz supõe, é certo que os seres racionais devem ser reconhecidos como agentes livres e responsáveis por suas ações. Isso significa que, diante da imagem de Deus como um supremo juiz, não há boa ação que não seja recompensada nem má ação que não seja punida, resultando em um retrato completamente harmônico e ordenado do universo. A justiça divina pressupõe um equilíbrio perfeito entre virtude e felicidade, entre vício e punição, legitimando, assim, uma justificação última para o melhor dos mundos possíveis (Cf. Cunha, 2017, p. 19).

É sabido que Kant abordou publicamente o tema da teodiceia tardiamente, em um ensaio de 1791 publicado no *Berlinische Monatsschrift*, intitulado “*Sobre o Fracasso de todas as Tentativas Filosóficas na Teodiceia*”. Nesse ensaio, a teodiceia é compreendida, a partir de uma leitura cuidadosa, como uma “defesa da sabedoria suprema do Criador do mundo frente à acusação apresentada contra ela pela razão a partir daquilo que no mundo não está adequado a nenhum fim” (8:255). Embora Kant tenha dedicado a esse tema um tratamento incipiente e tardio, encontramos inúmeras referências diretas e indiretas à teodiceia desde seus escritos mais iniciais.

Dessa acusação surgem três problemas fundamentais: o primeiro aspecto diz respeito diretamente ao mal moral (*Böse*) ou pecado, que confronta diretamente a “santidade” de Deus e seu papel de Criador e Legislador. O segundo aspecto relaciona-se com o mal natural (*Übel*) ou dor, “o relativamente inadequado a todo fim, que se concilia - certamente não como fim, mas por acaso como meio - com a sabedoria de uma vontade” (8:256). Nesse caso, Deus é confrontado em sua bondade suprema como Senhor e Conservador da criação. O terceiro gênero de coisas inadequadas a todo fim é identificado com “a desproporção no mundo entre os delitos e as punições” (8:257), algo que se manifesta contra a justiça e a concepção de Deus como Juiz supremo de todas as coisas (Cf. Cunha, 2017, p. 20).

O principal problema que surge nessas *Folhas Soltas* é que o argumento físico-teológico, que comprova a existência de Deus a partir da perfeição do mundo, é questionado quando Leibniz atribui a existência do mal não à aprovação e ao agrado de Deus, mas aos defeitos inerentes das coisas finitas. Pode-se supor que o conflito identificado entre perfeição e arbítrio tenha desencadeado importantes transformações nas concepções kantianas sobre teologia e ética. Como resultado, em relação à teologia, encontramos, em todo o período pré-crítico, a insistência em um argumento ontológico segundo o qual a existência de Deus determina a ordem das possibilidades (Cf. Cunha, 2017, p. 20).

O projeto de Leibniz não é viável justamente porque ele sustenta que a vontade inicial de Deus é o bem total e depois admite que possibilidades independentes a excluem, deste modo, é por isso que o mundo criado perturba a vontade de seu criador. Kant acredita que então só pode haver um mundo perfeito se Deus sustentar as possibilidades, de modo que nada do que ele acredita possa neutralizar sua vontade. Kant usou a tese de que Deus sustenta essa possibilidade em sua obra de 1755, *Nova Elucidação dos Primeiros Princípios do Conhecimento Metafísico*, onde ele explicou isso com mais detalhes em um ensaio mais longo datado de 1763, *O único fundamento possível para uma demonstração da existência de Deus* (Cf. Schneewind, 2009, p. 480).

No que diz respeito à ética, o impacto pode ter sido ainda mais profundo, fornecendo as bases para o rompimento de Kant com a concepção monista wolffiana, que submete a faculdade apetitiva à intelectual. Conseqüentemente, a ruptura com a tradição escolástica também proporcionou o impulso necessário para que, pouco tempo depois, surgisse uma nova compreensão dos conceitos práticos fundamentais, entre os quais o conceito de liberdade é a pedra angular (Cf. Cunha, 2017, p. 20).

Rousseau sugere que a liberdade não é uma experiência teórica a partir da qual a razão alcança o discernimento ontológico da constituição da ação. Em vez disso, a liberdade deve ser compreendida como um tipo de experiência prática interna, imediatamente acessível à consciência.

A legislação interna da vontade, que Rousseau legou a Kant, apoia a emergência de uma nova metafísica prática, permitindo supor, além da própria hipótese rousseauiana, a existência de um mundo inteligível ou uma ordem da liberdade separada da natureza. Diferente do que os wolffianos pensavam, a causa e o verdadeiro efeito da liberdade não são encontrados na natureza. Portanto, não é possível conceber o bem e o mal como aspectos ontológicos resultantes do arbítrio divino. Essas categorias só podem ser devidamente justificadas como um produto do livre-arbítrio humano. Se assim for, a existência de uma ordem moral autossuficiente deve possuir mecanismos racionais para justificar a aparente desordem que observamos no mundo, como a desproporção entre mérito e recompensa, entre demérito e punição (*Cf. Cunha, 2017, p. 21*).

É bastante plausível, como se conjecturou até aqui, que as primeiras preocupações de Kant com a teodiceia foram fatores decisivos que o conduziram a uma nova fundamentação da moral. Da mesma forma, parece ser verdade que o pensamento moral pré-crítico, renunciando muito do que seria apresentado posteriormente, proporciona uma resposta prática à teodiceia. Isso mostra ser possível não somente justificar a liberdade humana, mas também abordar o problema do mal e da justiça de Deus de uma maneira que dispensa os aportes teóricos-especulativos da metafísica dogmática (*Cf. Cunha, 2017, p. 22*).

Com a perspectiva proporcionada pela nossa compreensão do pensamento maduro de Kant, podemos perceber como sua decisão moral de valorizar o entendimento comum pode ter levado o filósofo a reconhecer a necessidade de um princípio de moralidade que orientasse ações sem exigir os cálculos sobre as consequências, como a ética de Wolff demandava. Embora nada possa explicar o salto criativo que permitiu a Kant formular o novo princípio de que precisava, uma análise de seus trabalhos anteriores revela que ele possuía os recursos necessários para refletir sobre os temas que Rousseau o incentivou a considerar. Apesar de seus primeiros trabalhos focarem em questões científicas e metafísicas, o interesse de Kant pelo problema do mal direcionou seus pensamentos para uma trajetória que eventualmente o conduziu à ética (*Cf. Schneewind, 2009, p. 478*).

A declaração de Kant em 1763 de que a liberdade não é devidamente compreendida marca uma mudança em seu pensamento. Antes, ele tinha um ponto de vista totalmente

semelhante ao de Wolff. No entanto, uma de suas primeiras grandes obras contém os ingredientes de um problema com essa visão de liberdade e a constante reflexão de Kant sobre a teodiceia pode tê-lo levado a querer revisá-la.

A questão é abordada na obra “*História Geral da Natureza e Teoria do Céu*” de 1755, escrita durante o período em que Kant refletia sobre Alexander Pope e Leibniz. No aspecto científico, a *História Geral da Natureza* busca demonstrar que a formação do sistema completo de corpos celestes pode ser explicada de forma mecanicista. Kant propõe que as partículas de matéria são formadas de tal maneira que se agrupam em unidades maiores e mais complexas, para depois se separarem. Esta ideia contrasta com o ocasionalismo. Deus está ativo na criação de átomos individuais; no entanto, Ele os criou de modo que, por um tempo infinito, eles se agruparão em incontáveis galáxias e sistemas solares e se desintegrarão, em um espetáculo sublime e interminável de mudanças disciplinadas.

As leis de Newton estabelecem as regras que governam o movimento dos átomos. Sem precisar conhecer a essência interna dos átomos, essas leis explicam como seus movimentos determinados internamente geram as grandes belezas, utilidades e harmonias do mundo natural, tão destacadas pelos defensores do argumento do desígnio divino. Kant afirma que essas harmonias são provas da existência de Deus, especialmente porque surgem de um mecanismo que ninguém questiona. As harmonias evidenciam que as características essenciais da natureza não possuem necessidade independente, mas devem se originar de um único entendimento. Existe, portanto, um Ser dos seres, de onde a natureza deriva sua origem, incluindo a própria possibilidade da essência de suas determinações. Assim, a *História Geral da Natureza* é uma teodiceia parcial, além de uma teoria científica, e a ideia dos fragmentos de teodiceia está inserida nela (Cf. Schneewind, 2009, p. 482).

Neste universo harmonioso e proveitoso, resultante de leis mecânicas e que exalta as possibilidades criadas por Deus de maneira perfeita, onde se encontra o homem? O mundo natural envolve tanto decadência e destruição quanto crescimento e integração. No entanto, os seres humanos são diferentes. Para começar, somos imortais e podemos esperar que, após “a transformação de nosso ser”, sejamos “libertados de nossa dependência de coisas finitas” e capazes de “encontrar em nossa associação com o Ser infinito a alegria de nossa verdadeira bem-aventurança”. Além disso, podemos ser virtuosos. Nas duas últimas seções de *História Geral da Natureza*, Kant especula sobre como os seres humanos e outros seres semelhantes a nós podem se situar no universo (Cf. Kant *apud* Schneewind, 2009, p. 483).

Kant afirma que seria arrogante presumir que não existe vida semelhante à nossa em outros corpos celestes; isso seria como os piolhos na cabeça de um mendigo acreditando que sua esfera é a única habitada. Como seriam os outros seres racionais? Kant especula que certamente haverá diferenças significativas. Aqueles mais próximos do Sol terão corpos mais pesados e rígidos, enquanto os que estão mais distantes suportarão menos o peso da carne. Os seres mais leves serão mais inteligentes, mais morais e, conseqüentemente, viverão mais do que os mais pesados. “Na Terra”, diz Kant, “estamos a meio caminho entre os habitantes muito leves de Júpiter e os de Mercúrio, que são muito mais pesados. Portanto, estamos em uma posição intermediária: tentados pela carne, mas ainda capazes de resistir às suas solicitações pelo exercício de nossa inteligência” (Cf. Kant *apud* Schneewind, 2009, p. 483).

O filósofo evita especular se algum dia estaremos livres da tentação e do vício que dela surge. No entanto, ele conclui observando que não pode acreditar que a alma imortal estará sempre confinada à Terra, que afinal é apenas um pequeno canto dentro de um universo infinito. Talvez, após a morte, possamos satisfazer parte da curiosidade que a vastidão do mundo desperta em nós e nos tornarmos viajantes espaciais. Não seremos, pelo menos, mais capazes do que na Terra de ir além de nosso interesse em coisas finitas e encontrar satisfação simplesmente em agradecer ao ser supremo? (Cf. Kant *apud* Schneewind, 2009, p. 483).

Em síntese, essas especulações um tanto bizarras evidenciam o interesse de Kant na postura moral dos seres racionais em um universo infinitamente newtoniano. Elas também sugerem que há um problema com a teodiceia de Kant.

Em 1755, Kant ainda seguia as linhas de pensamento estabelecidas por Christian Wolff, e a estrutura básica do pensamento de Wolff apresenta um problema sobre a origem da ordem no universo descrito na *História Geral da Natureza*. A visão de Kant sobre a liberdade moral, semelhante à de Wolff e exposta na *Nova Elucidação*, o coloca em dificuldades. Kant rejeita a ideia de que a liberdade poderia ser uma simples indiferença às alternativas disponíveis para nós, pois isso levaria a um comportamento aleatório e não explicaria a responsabilidade. Em vez disso, Kant propõe uma relação entre liberdade e espontaneidade, que ele concebe como agir com base no que se percebe como bom. “A espontaneidade”, diz a figura kantiana na troca de ideias, é a ação que surge de um princípio interno. Quando essa espontaneidade é determinada de acordo com a representação do melhor que existe, ela é chamada de liberdade. Quanto mais se pode afirmar com certeza que uma pessoa se submete à lei e, portanto, é determinada por todos os motivos propostos à vontade, maior é a liberdade dessa pessoa (Cf. Schneewind, 2009, p. 484).

De acordo com essa perspectiva, é possível que os virtuosos sejam sempre felizes. Wolff certamente acreditava nisso. No entanto, no universo descrito na *História Geral da Natureza*, ainda há um problema: as oportunidades para se tornar virtuoso não são iguais. Os agentes mais inteligentes, ou aqueles que, na visão de Kant, estão encarnados em matéria menos densa, têm muito mais chances de perceber o bem corretamente ou de alcançar a virtude e suas recompensas do que aqueles que são menos inteligentes ou mais densos. É claro que ninguém merece ser criado com mais ou menos inteligência, ou nascer em partes do universo que são mais densas ou menos compactas.

Kant estava ciente da crítica incisiva de Crusius de que, segundo Wolff, a liberdade torna a virtude uma questão de sorte, e ele certamente não ignorou a insistência de Rousseau na importância de acreditar que Deus recompensa a virtude para a teodiceia. No entanto, na visão de Kant em 1755, muito semelhante à de Wolff, haveria uma arbitrariedade nas ações de Deus que tornaria impossível justificar seus modos de agir aos olhos humanos. Isso não seria resolvido nem mesmo se as regularidades estatísticas das ações realizadas sob as leis da liberdade nos permitissem afirmar que, em outros aspectos, o mundo moral é ordenado e harmonioso. Assim, Kant parece moralmente impelido a encontrar uma nova explicação da liberdade; e isso pode ser visto na declaração de Rousseau de que “a obediência à lei que se prescreveu para si mesmo é liberdade” (Cf. Rousseau *apud* Schneewind, 2009, p. 484). Em suma, Deus prescreveu uma lei para si mesmo, e a nova opinião de Kant sobre a maneira como Deus decide como constituir possibilidades abriu o caminho para ele lidar com o lado moral do problema da teodiceia.

Atribuir o mal moral ao livre-arbítrio do homem é, obviamente, algo tão antigo quanto Santo Agostinho. No entanto, Kant está se movendo em direção a uma nova ideia da relação entre a vontade e o bem. Ele não pensa mais que a vontade busca apenas o que é apresentado como bom. Essa visão levantou o problema que Anselmo enfrentou ao considerar a queda do diabo. Kant evita isso adotando o que é, de fato, a solução de Anselmo. Pois podemos querer o que realmente pensamos ser bom, mas também podemos querer algo de acordo com uma lei moral. O mal moral, então, não pode ser causado por não saber o que já é bom ou ruim. O que emana das decisões de Deus é necessariamente perfeito: da mesma forma, tudo o que resulta das escolhas autônomas dos seres humanos seria necessariamente algo moralmente bom. E se a vontade humana, como a vontade de Deus, não é necessariamente determinada por fatores externos, então o exercício de nossa vontade é nossa própria responsabilidade. Se nem sempre somos bons, não podemos invocar a natureza como pretexto (Cf. Schneewind, 2009, p. 485).

Schneewind sugere que, de forma decisiva, as questões levantadas pela teodiceia prepararam o pensamento de Kant para a recepção das ideias de Rousseau, o que resultou, segundo sua interpretação, na invenção da autonomia.

3.4 No caminho da lei moral

A noção de que somos seres racionais que, de forma espontânea, estabelecemos a legalidade no mundo em que vivemos e, dessa maneira, criamos sua ordem essencial, é, sem dúvida, um componente central na filosofia de Kant como um todo. Dentro de seus aspectos práticos, a ideia chamou a atenção e atraiu adeptos desde sua primeira publicação. Não obstante, ousaríamos nos questionar como Kant conseguiu inventar uma opinião tão revolucionária e pensar que poderia explicar a moralidade? Não sabemos toda a história, como reclama o biógrafo de Kant, Vorländer, em quase tudo no que diz respeito à evolução do pensamento de Kant “ficamos com conjecturas, quando gostaríamos de ter dados sólidos” (Cf. Schneewind, 2009, p. 472). Contudo, se percorrermos o sistema moral kantiano, obteremos alguns dados consistentes, e estes são os que, ao menos, nos permitem chegar a ver algo do ponto de partida de Kant e de alguns dos passos que ele deu em seu caminho para a sua teoria moral da maturidade. Pois como foi falado anteriormente, é bastante velado quando o mestre de Königsberg dialoga com outros filósofos, e até quando isso está clarividente, o filósofo esporadicamente menciona os seus interlocutores pelo nome.

J. B. Schneewind, em sua obra *La invención de la autonomía*, busca fazer esse aprofundamento acerca dos pressupostos da moral kantiana, e embora seja um árduo trabalho, o autor consegue trazer pistas e mostrar como os antecessores de Immanuel Kant o influenciaram em seu arcabouço moral.

Acerca do escopo da filosofia kantiana é bem tradicional a ideia sobre a evolução de sua filosofia. Como é bastante conhecida, a sua obra pode ser dividida nos períodos pré-crítico e crítico, nos quais a ruptura contundente ocorre com a *Dissertação* inaugural de 1770. Com isso, como podemos presumir por meio de sua biografia, que durante os anos pré-críticos o pensamento ético de Kant refletia a sua educação pietista e a influência dos pensadores: Shaftesbury, Hutcheson, Hume e Rousseau. Diante deste panorama, Schneewind supõe que esses filósofos o levaram a conceber a moralidade como algo baseado no sentimento e como a filosofia moral kantiana difere bastante dessa visão, se acredita que Kant modificou decisivamente sua posição devido à epistemologia que desenvolveu em resposta ao ceticismo geral de Hume.

Muito pouco do que Kant publicou antes de 1770 tem a ver com ética, por isso é compreensível que o que ele disse sobre isso nesses escritos tenha exercido uma forte influência na criação desse panorama. Em sua *Investigação sobre a clareza dos princípios da teologia natural e da moral*, publicada em 1764, Kant afirma que é uma descoberta recente que “o poder de representar o verdadeiro é a cognição, e que a faculdade de experimentar o bem é o sentimento”. Nas *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, escrito em 1764, Kant nos diz que a verdadeira virtude deve se apoiar em princípios básicos que não sejam meras normas especulativas, mas “a consciência de um sentimento [...] o sentimento da beleza e da dignidade da natureza humana”.

Recorrer aqui ao sentimento se assemelha a algumas das formulações sentimentalistas que Rousseau atribui ao seu vigário e o “*Anúncio das Conferências para 1765-1766*” elogia os filósofos britânicos do sentido moral por sua penetração na “busca dos princípios fundamentais da moralidade”. No entanto, na *Dissertação* inaugural de 1770, fica claro que Kant não aceita a opinião sobre a moralidade sugerida por essas passagens. Lá inclui conceitos morais entre aqueles “que são conhecidos não por tê-los experimentado, mas pelo puro entendimento”. Kant é igualmente conclusivo quando afirmou: “Eu resolvi neste inverno colocar em ordem e completar minhas pesquisas sobre a moral filosófica pura, na qual não há princípios empíricos senão a ‘metafísica da moral’”. Em muitos aspectos, isso abrirá o caminho para as opiniões mais importantes envolvidas na reconstrução da metafísica” assim ratificava Kant em uma carta a Lambert escrita no mesmo da *Dissertação* (Cf. Kant *apud* Schneewind, 2009, p. 473).

De forma superficial, então, parece claro que se pode argumentar a favor de uma mudança drástica da ética pré-crítica para a crítica. No entanto, agora geralmente há um consenso geral de que as coisas são de fato muito mais complexas. Kant dedicou muitas reflexões à ética antes de 1770. De fato, por volta de 1765, ele passou a pensar que algo crucial para a moralidade era um princípio formal que evitava a contradição prática. Ele também começou a perceber as complexidades de explicar em detalhes e defender uma posição dessa natureza.

Neste interim, após os anos de 1765, o filósofo de Königsberg ainda tinha muitos problemas a serem resolvidos. Um dos mais iminentes era o da motivação moral e sua ligação com o primeiro princípio racional da moral. Kant viu que a maneira como agora entendia a moralidade precisava se reconciliar com essa visão geralmente newtoniana do mundo físico. A necessidade de resolver esse problema foi pelo menos tão significativa em fazer com que Kant

continuasse a desenvolver a abordagem crítica, quanto seu interesse pelo ceticismo de Hume e nos problemas epistemológicos da ciência moderna.

Em perspectiva, esta é a história que agora parece fazer mais sentido em termos de evidências que se tem. O ponto fulcral é, presumidamente, a afirmação de que Kant havia chegado, por volta de 1765, ao essencial de sua visão distinta sobre a moralidade. A evidência mais clara disso vem de uma extensa série de notas (*Bemerkungen*) escritas por Kant ou inseridas em sua própria cópia de suas *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Deste modo, redigidas não mais tarde do que no início de 1765, algumas dessas notas foram publicadas em 1842 e usadas exaustivamente pelos estudiosos. O texto completo não apareceu até um século depois, e isso muda as coisas significativamente (Cf. Schneewind, 2009, p. 474).

Diversas anotações revelam Kant investigando posições que ele posteriormente desenvolveu com mais profundidade. Assim, Kant diferencia dois tipos de necessidade objetiva na ação: uma condicional e outra categórica. A primeira é hipotética e, se os desejos individuais considerados condições para uma ação são reais, trata-se de uma necessidade de prudência. A necessidade categórica de uma ação não intervém tanto quanto isso.

Como Kant afirma especialmente na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, a moralidade se identifica com a necessidade objetiva, que não pode repousar em nenhuma das vantagens que o ato origina. Também não pode repousar na vontade de Deus (Cf. Kant, 2019, p. 92). Kant pergunta se podemos fazer distinções morais apenas se conhecermos a vontade de Deus que é seu criador, tendo uma resposta negativa pronta. A piedade é apenas um tipo de virtude, diz Kant, e afirma que subordinar a moralidade à religião é gerar hipocrisia e idolatria. Em contrapartida, se a moralidade tem controle sobre a religião, torna as pessoas de bom coração, bem-intencionadas e justas. O que é então a moralidade se não a busca de bons resultados ou de obediência à vontade divina?

É obediência ao que Kant chama em um determinado momento de “as leis da liberdade”. É claro que Kant vê a liberdade como algo crucial, embora haja pelo menos uma pergunta a esse respeito que ele não tenta responder: “Como é que a liberdade, entendendo-a realmente como ela é (algo moral e não metafísico) pode ser o princípio máximo de toda virtude, o mesmo que de toda felicidade?”. (Kant *apud* Schneewind, 2009, p. 474). Kant tenta várias vezes formular as leis da liberdade, às vezes usando a ideia de evitar a contradição.

A moralidade é uma questão não de conduta externa, mas de perfeição interna, que deve surgir da “subordinação da totalidade dos poderes e sensibilidades que estão sob o livre arbítrio”. Ter consciência da bondade da vontade deve ser totalmente diferente de ter

consciência de seus bons resultados. “Esta vontade, afirma Kant, contém tanto a vontade meramente privada quanto a geral, ou o homem imediatamente se observa em consenso com a vontade geral” (Cf. Schneewind, 2009, p. 475).

Um dos esforços mais completos de Kant para articular a estrutura da vontade moral vem em uma passagem complicada escrita em latim:

Se uma ação vista de acordo com a vontade comum dos homens está em contradição consigo mesma, é externa e moralmente impossível (não é possível querer). Suponha que eu vou apreender o grão de um terceiro [...] se eu considerar que ninguém vai comprar nada se o terceiro em questão roubar o que ele comprou, eu quero algo em particular e me oponho ao mesmo ato publicamente. Porque na medida em que algo é inteiramente dependente da vontade de alguém, é impossível que ele se contradiga objetivamente. A vontade divina contradiria a si mesma se lhe desse por querer a existência dos homens cujas vontades se opusessem a ela. A vontade da humanidade se contradiria se os homens quisessem o que, por sua própria vontade comum, lhes pareceria abominável. Se houver conflito, a vontade geral é de maior peso do que a privada (Kant *apud* Schneewind, 2009, p. 475).

Embora a esta altura Kant ainda não tenha articulado o imperativo categórico, essas notas são suficientes para demonstrar que ele alcançou a primeira fase de uma nova forma de entender a moralidade, o que obrigou a fazer perguntas que passou respondendo o resto de sua vida.

3.5 Acerca da importante influência de Rousseau

Uma importante influência na formação moral do nosso filósofo foi a de Jean-Jacques Rousseau, especialmente na distinção entre ciência e moral. Rousseau originou o pensamento de que a experiência da moralidade é constitutiva da essência do homem como ser livre, destacando a superioridade da moral (razão prática) sobre a ciência (razão teórica). Além disso, o conceito kantiano de autonomia está implícito no conceito de liberdade moral. Para Rousseau, a liberdade é uma exigência ética fundamental, e renunciar a ela é renunciar à própria qualidade de ser humano, pois ele a via como o bem supremo do homem. “Ninguém como (Rousseau) afirmou o princípio da liberdade como direito inalienável e exigência essencial da própria natureza espiritual do homem” (Kant, 1987, p. 18).

Não obstante, Kant compartilhava o mesmo ideal e ambição de seus grandes predecessores no caminho do racionalismo moderno, começando por Descartes. Ele surgiu em um momento:

em que o paradigma racionalista parecia ter atingido, com Christian Wolff, sua expressão mais acabada e, ao mesmo tempo, o prenúncio de seu declínio e em que o prudente ceticismo de Hume denunciava a fragilidade dos pressupostos racionalistas, Kant encontrou-se numa conjuntura teórica caracterizada pelo imperativo da solução das aporias que se manifestavam no modelo racionalista de filosofia, seja em sua versão leibnizo-wolffiana seja em sua versão empirista (Vaz, 2023, p. 267).

As anotações kantianas revelam a resposta mais completa e explícita que Kant oferece a Rousseau. Embora Kant não fosse um admirador sem senso crítico, ele sempre manteve várias das opiniões de Rousseau e tece comentários. O ponto mais significativo que Kant atribui a Rousseau é sua transformação para uma nova atitude duradoura sobre a importância de respeitar o status moral das pessoas comuns. “É preciso ensinar os jovens”, afirma Kant, “a valorizar o entendimento comum por razões morais e lógicas”. Kant se expressa de forma mais pessoal ao dizer que “a crença na desigualdade torna as pessoas desiguais. Somente os ensinamentos de *monsieur* Rousseau podem fazer com que até o mais instruído dos filósofos, com todo o seu conhecimento, honestamente e sem a ajuda da religião, não se considere superior ao homem comum” (Kant *apud* Schneewind, 2009, p. 475). Este não é o único ponto em que Kant parece se identificar com as palavras de Rousseau. Há uma carga emocional em algumas das anotações que é incomparável com qualquer outro de seus escritos.

Conhecendo a modesta extração de Kant, é difícil que nisso não se ouça um tom confessional, e também em uma das passagens mais citadas das notas:

Eu mesmo sou um pesquisador por inclinação natural. Sinto uma sede total de conhecimento e a inquietação de querer ir mais adiante, ou também a satisfação de adquirir cada vez algo novo. Houve um tempo em que ele acreditava que só isso poderia honrar a humanidade e desprezava a ralé ignorante. Rousseau alterou o meu plano. Esta superioridade deslumbrante desaparece, eu aprendo a honrar o homem e me sentiria menos útil do que o comum dos trabalhadores se não acreditasse que esta observação traria a todos os outros um valor para restaurar os direitos da humanidade (Kant *apud* Schneewind, 2009, p. 476).

Honrar as capacidades morais das pessoas comuns significa, como o vigário de Rousseau⁵ deixa claro tão apaixonadamente, renunciar à moralidade intelectualista de Leibniz e Wolff, na qual Kant havia sido educado. Também significa abandonar a afirmação de Wolff de que o filósofo deve inculcar a moralidade nas pessoas comuns. E se cada um pode saber igualmente o que a moralidade exige, aparentemente não há nenhum papel útil para que a filosofia moral ajude a cumprir os direitos do homem. Portanto, é compreensível que, como

⁵ Aqui Kant faz menção à obra *Emílio* de Rousseau, cujo texto *A Profissão de Fé do Vigário Saboiano*, Rousseau constrói um sistema filosófico que defende a existência da substância imaterial, a liberdade do homem, a ordem universal estabelecida por Deus e a religião natural.

mostram essas notas, Kant estivesse preocupado com as dúvidas que tinha sobre o valor da filosofia e da aprendizagem em geral.

Talvez Kant tenha aprendido a honrar o entendimento moral comum como consequência de sua educação religiosa, ou pela influência de Crusius, que sustentou que Deus deve ter dado a todos a capacidade de saber o que a moralidade exige porque será juiz de todos eles. Mas parece que a escrita vigorosa de Rousseau foi necessária para mudar os próprios sentimentos de Kant. De qualquer forma, Rousseau transformou Kant permanentemente em um defensor das capacidades morais das pessoas comuns (*Cf.* Schneewind, 2009, p. 476).

Com esses fortes sentimentos em mente, podemos ver uma das notas mais citadas de Kant, que nos mostra um problema do qual ele estava claramente ciente. Newton foi o primeiro a ver a ordem e a regularidade unificadas com grande simplicidade, quando antes dele havia desordem e uma multiplicidade mal organizada, então desde então os cometas se movem em órbitas geométricas. Rousseau foi o primeiro a descobrir, sob a multiplicidade de formas que os seres humanos assumem, sua natureza profundamente fechada e a lei oculta com a qual a providência se justificará, por meio de suas observações. Se Newton mostrou a lei oculta que revela uma ordem divina no mundo natural, Rousseau fez algo análogo para o mundo moral, explicando a desordem atual que prevalece em tal mundo, da qual seu “vigário” se queixa eloquentemente e ele fez isso de forma a mostrar que a culpa não é de Deus, mas nossa. No entanto, o único conselho que ele nos dá para estabelecer a ordem parece ser a elaboração de um contrato social. E isso, por sua vez, parece contradizer a insistência do vigário de que a moralidade deve ser algo que todos podemos conhecer individualmente, olhando para dentro de nós mesmos, independentemente do aprendizado livresco. Rousseau pensa que um legislador com capacidades semelhantes às de Deus é necessário “para dar leis aos homens”, ou seja, talvez ele tivesse que fingir ter autoridade divina para convencer as massas a obedecerem (*Cf.* Rousseau *apud* Schneewind, 2009, p. 477).

As primeiras reflexões de Kant lhe proporcionaram bases suficientes para ponderar calmamente sobre as fervorosas declarações de Rousseau. Não foi apenas a tese de Rousseau sobre liberdade e autogoverno que o conduziu à concepção de moralidade como autonomia. Foi, ainda mais, a transformação moral de valorizar as intuições profundas do homem comum, que se manifestavam nele através da prosa encantadora de Rousseau. Os teóricos do senso moral o convenceram de que há um problema sério em como a razão pode fornecer motivação moral; no entanto, sua afinidade inicial com Wolff e, posteriormente, a ênfase de Rousseau na corrupção e na variabilidade dos sentimentos humanos o impediram de aceitar completamente

a ideia de que os sentimentos morais poderiam nos levar a criar um mundo moralmente ordenado.

Rousseau exigiu uma transformação do ego para explicar como um mundo moral poderia ser criado. Kant acreditava que a pessoa comum deveria ser valorizada, mesmo que cometesse erros, e procurava enraizar a moralidade em um aspecto imutável da natureza humana. Ao tentar tornar isso claro, Kant desenvolveu um princípio de autogoverno que ele acreditava ser capaz de explicar como poderíamos fornecer orientação moral a nós mesmos. “Na medida em que a vontade é capaz de agir, isso é algo bom”, diz Kant em uma de suas notas, “mas essa bondade também pode ser vista como a vontade em si... Em questões de grande importância, basta ter tido a vontade. E essa perfeição absoluta é chamada de moralidade nessa medida, quer algo resulte dela na realidade ou não, sem que isso seja algo indeterminado.” (Cf. Schneewind, 2009, p. 491).

A divergência entre Kant e Rousseau no campo da moral é bastante interessante, pois ambos compartilham uma preocupação profunda com a liberdade e a dignidade humanas, mas abordam o tema de maneiras distintas. No que tange à origem da moralidade, Rousseau defende que ela emerge do sentimento e da compaixão naturais dos seres humanos. Ele acredita que a bondade é inata, mas é corrompida pela sociedade. Em sua visão, o “bom selvagem” vivia em harmonia moral antes das influências civilizatórias. Enquanto Kant, por outro lado, argumenta que a moralidade é fundada na razão e na autonomia. Ele rejeita a ideia de que a moral depende de sentimentos, insistindo que ela é baseada em princípios universais derivados do uso racional.

Acerca da questão sobre o papel da liberdade, Rousseau acredita que a liberdade é a condição essencial para o desenvolvimento moral, mas ele a entende em termos de conformidade com a “vontade geral”, um conceito mais social e coletivo. Em contrapartida, Kant enfatiza a liberdade como autonomia individual, ou seja, a capacidade de cada pessoa legislar para si própria segundo a razão e de agir de acordo com deveres autoimpostos.

E por fim, sobre os sentimentos rousseauianos e o dever kantiano, podemos afirmar que Rousseau vê uma ligação estreita entre sentimentos e moralidade, como a compaixão e a solidariedade, sendo fundamentais para a conduta ética. Enquanto o nosso filósofo considera os sentimentos secundários, dando prioridade ao dever e à obrigação moral como guias das ações. Ele acredita que ações só são verdadeiramente morais quando realizadas por respeito ao dever, e não apenas por inclinação emocional.

Rousseau pensa que um legislador com capacidades semelhantes às de Deus é necessário “para dar leis aos homens”, talvez ele tivesse que fingir ter autoridade divina para convencer as massas a obedecerem. Rousseau não tenta reconciliar essas declarações ou dar uma resposta ao

pedido de orientação moral do vigário. Kant busca uma lei moral que torna os defeitos bons. Como Rousseau, Kant está interessado no mundo moral. “O único bem naturalmente necessário de um homem em relação à vontade dos outros”, diz Kant, é a igualdade (liberdade) e em relação a toda a unidade. O mestre de Königsberg não oferece uma resposta à questão de como a lei moral pode efetivamente estabelecer a ordem no mundo moral. No entanto, ele não está satisfeito com a crença de Rousseau em uma consciência que precisa apenas aprender a moralidade da razão para movê-la (Cf. Schneewind, 2009, p. 471).

Outrossim, embora suas visões estejam em tensão, ambos contribuíram significativamente para debates morais.

3.6 A revolução moral kantiana

Após anos de estudo e reflexão, Kant, aos sessenta anos, apresenta suposições válidas sobre o problema moral. Com ele, surge algo verdadeiramente novo e positivo na história da filosofia moral desde o Renascimento.

Nas obras de Kant, encontram-se as duas grandes matrizes do pensamento filosófico ocidental: a teórica e a prática. Elas representam tanto uma estação final quanto o início de um novo caminho no filosofar. “O próprio Kant estava plenamente cômico desse caráter inaugural de sua tarefa crítica, e assim o deixou designado, entre outros textos, nos prefácios às duas primeiras Críticas” (Vaz, 2023, p. 267). Ele realizou uma tarefa revolucionária tanto no mundo do conhecimento, mas também ao da ação. Kant não queria destruir ou demolir o pensamento moral, mas, pelo contrário, como diz Maritain, “queria restaurá-la. Mas na realidade, para construir seu grandioso edifício, foi obrigado a transformar completamente a arquitetura da ética” (Maritain, 1973, p. 117).

O filósofo alemão se encontrava no ponto de convergência de duas tradições opostas. De um lado, o processo de separação racionalista, com um culto soberano à Razão Pura, e de outro, a influência do cristianismo e a fidelidade a convicções de origem cristã, que ele posteriormente abandonaria. Ambos os aspectos influenciaram fortemente o ideal moral e o comportamento do filósofo, levando à sua guinada filosófica.

Ao estudar física, Kant percebeu uma grande revolução na história da disciplina: o deslocamento do foco da pesquisa dos objetos para a razão humana. Algo semelhante já havia ocorrido na matemática, onde se reconheceu que a razão encontra na natureza aquilo que nela coloca. Kant chamou essa mudança de “revolução copernicana”. Até então, tentava-se explicar

o conhecimento supondo que o sujeito devia girar em torno do objeto. Para Kant, esse método não resolvia todas as questões, então ele inverteu os papéis, supondo que o objeto deveria girar em torno do sujeito. Copérnico fez uma revolução análoga: ao invés de manter a Terra no centro do universo com os planetas girando ao seu redor, ele propôs que a Terra girasse em torno do Sol. Kant considerava que não é o sujeito que, ao conhecer, descobre as leis do objeto, mas sim que o objeto, ao ser conhecido, se adapta às leis do sujeito que o recebe cognoscivamente (Reale; Antiseri, 2005, p. 358).

Deste modo, é importante ressaltar como a revolução moral de Kant abrangeu os aspectos metodológico, prático e especulativo. A mudança de método consiste em determinar o objeto conforme as exigências da razão, em vez de considerá-lo como uma realidade dada, diante da qual a razão só pode se submeter. Trata-se da transição do método empírico para o método racional, semelhante ao que ocorreu na física, “quando Galileu ou Torricelli, em vez de se guiarem docilmente pela experiência, acumulando observações esparsas, começaram a interrogar a natureza segundo as exigências da razão, logrando assim descobrir-lhes as leis” (Pascal, 2005, p. 35).

Na ordem prática, toda a vida moral se baseia não mais no bem, mas na pura forma do dever. Já na ordem especulativa, o conhecimento e o objeto do saber se fundamentam não mais no ser, mas no sujeito do conhecimento, que possui as formas a priori.

A revolução copernicana, segundo Pascal, “é a substituição, em teoria do conhecimento, de uma hipótese idealista à hipótese realista” (Pascal, 2005, p. 36). O realismo admite que uma realidade nos é dada, seja ela sensível (empiristas) ou inteligível (racionalistas), e que nosso conhecimento deve se moldar a essa realidade. Conhecer, nesse sentido, é apenas registrar o real. O idealismo, por outro lado, supõe que o espírito intervém ativamente na elaboração do conhecimento, onde o real é o resultado da construção. “Não conhecemos a priori nas coisas senão aquilo que nós mesmos nelas colocamos” (Kant, *apud* Pascal, 2005, p. 37).

Kant afirma que somente pela razão, em seu sentido prático, é possível assegurar um conhecimento real do Absoluto. Ele reencontra a tradição metafísica recebida pelo racionalismo clássico, “à qual nunca renunciou como o fizeram os empiristas ou os céticos, mas à qual oferece uma fundamentação radicalmente nova assentada no campo da Ética, sempre, porém, obedecendo ao espírito e às exigências da razão poiética moderna” (Vaz, 2023, p. 272).

A grande realização dessa revolução foi a construção de uma ética puramente filosófica, uma ética da Razão Pura. Segundo Maritain, essa ética representa “uma realização definitiva e uma substituição da ética tradicional inspirada pela fé cristã” (Maritain, 1973, p. 118). Os

elementos de uma ética cristã tradicional foram transferidos para uma ética moral puramente filosófica.

“Kant se glorifica de ter fundado uma moral autônoma” (Maritain, 1973, p. 118). No entanto, ele só conseguiu essa tarefa com base em dados e inspirações religiosas previamente recebidos. Como já mencionado, o pietismo influenciou fortemente sua fundação ética. Por isso, é impossível estudá-la sem mencionar alguns pontos da ética cristã tradicional. Esse paralelo “se impõe irresistivelmente a nós, em virtude das exigências do tema, e porque, sem ela, o historiador das ideias não pode ter uma noção exata do que realmente é o sistema moral de Kant” (Maritain, 1973, p. 118).

Como resultado de sua revolução, a moral considerada sagrada elimina todo o universo das realidades objetivas das quais a ética tradicional e revelada dependia. Isso exigia o sagrado absolutismo da moralidade, representando uma inversão completa das bases da filosofia moral e da ética racional. A ética kantiana é a-cósmica. “O mundo da moralidade tinha de constituir-se exclusivamente sobre os dados interiores da consciência, separando-se totalmente do mundo dos objetos” (Maritain, 1973, p. 119).

Com isso, percebe-se que a razão se torna suficiente por si só, sem o impulso sensível, para mover a vontade, pois apenas dessa forma podem existir princípios morais válidos universalmente. Outrossim, é possível perceber que as ideias de Kant não surgiram do nada, mas são fruto de uma história rica em diversidade de saberes filosóficos. É importante reconhecer que sua época também o ajudou a navegar por esse emaranhado de vias filosóficas. O legado deixado por ele é um saber filosófico complexo e instigante, que desafia nossa razão a compreendê-lo, exatamente como o filósofo de Königsberg pretendia. Desta forma, ao contrário do que se supõe, o edifício inteiro da ética kantiana não foi uma construção súbita e repentina, mas somente a partir de seu desenvolvimento se pode compreender o sistema de Kant.

4. ESTRUTURA E PERCURSO ARGUMENTATIVO DA *FUNDAMENTAÇÃO*

A partir de um aprofundamento feito no capítulo anterior sobre uma possível exploração do pensamento ou deste “impulso” ético de Kant para repensar a moral, se tornou um pouco claro que não fora somente em 1785 com a publicação da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* que Kant começou a dissertar sobre a moral propriamente dita. Ou seja, não foi como um segundo membro de seu sistema que Kant, após a conclusão da *Crítica da Razão Pura*, acrescentou à parte teórica a *Crítica da Razão Prática*, mas, sim, os problemas éticos são seus componentes essenciais e integradores desde o primeiro momento em que sua doutrina fora concebida como um todo independente.

Questões éticas estão sempre presentes em nosso cotidiano, porém, são sempre ligadas a situações concretas. Devo mentir ou dizer a verdade na minha declaração de imposto de renda? Devo me alistar como soldado em uma guerra e aceitar a responsabilidade de matar outros seres humanos que são considerados inimigos? Devo colaborar em uma campanha contra a fome? A ética⁶, enquanto disciplina filosófica, encontra sua origem e sentido nessas questões. No entanto, o que a distingue é a abordagem dessas questões de maneira completamente geral ou, como se costuma dizer, “abstrata”. Vale notar que a filosofia aborda de forma extremamente ampla, ou seja, “abstrata”, problemas que são completamente concretos. A questão fundamental da ética é responder a perguntas como “o que devo fazer?” e, mais profundamente, “por que devo fazer isso?”.

4.1 Noções preliminares acerca da redação da *Fundamentação*

Como muitos biógrafos de Kant afirmam, a sua condição financeira desfavorável moldou o seu modo de fazer filosofia. Embora alguns afirmem que Kant nunca saiu de Königsberg, foi justamente em 1755, quando o filósofo chega a livre docência e ao doutorado, ele sai um pouco de sua cidade, justamente em busca de condições melhores, pois começa a trabalhar como preceptor fora de sua cidade.

Enquanto Kant redigia a *Fundamentação*, mais uma vez a vida pessoal de Kant influenciou no seu modo de filosofar. Pois, ele necessitava comprar e reformar sua casa, e isso foi particularmente perturbador. Embora ele estivesse confiante no verão de 1783 de que

⁶ Como é afirmado na introdução da *Fundamentação*, em Kant, os termos ética e moral são utilizadas indistintamente.

terminaria algo sobre filosofia moral durante o inverno, ainda demorou quase mais um ano para terminar a *Fundamentação*. De qualquer forma, está longe de estar claro que o que Kant estava trabalhando durante esse tempo era a *Fundamentação*. Sua carta a Mendelssohn de agosto de 1783 sugere que era outra coisa, ou seja, “um livro de metafísica de acordo com os princípios críticos, comprimidos para fins de palestras acadêmicas”. O que ele esperava terminar era a primeira parte moral deste livro, mas, como tantas vezes acontecia, este trabalho se desenvolveu em linhas diferentes.

Uma das razões para isso foi a publicação de “*Philosophical Remarks And Essays on Cicero’s Books on Duties*” de Christian Garve, em 1783. Este livro revelou a Kant não apenas a importância de Cícero, mas também seu impacto contínuo nos contemporâneos alemães de Kant. Kant conhecia bem Cícero, e durante seus últimos dois anos no ensino médio no *Collegium Fridericianum*, ele leu a maioria de suas “*Epistolae ad familiares*”, muitos de seus discursos e também “*De officiis*”.

Ele sempre apreciou o estilo de Cícero, argumentando que a “verdadeira popularidade” na filosofia só poderia ser alcançada lendo e imitando Cícero. Mesmo que ele não tivesse atingido esse ideal na primeira Crítica, Kant ainda esperava realizá-lo em seus escritos morais. Christian Garve⁷ foi importante. Ele ousou criticar a primeira Crítica de Kant em uma revisão, e Kant foi levado a criticar Garve em resposta. Assim, Hamann relatou no início de 1784 que Kant estava trabalhando em uma “contra-crítica” de Garve. Embora o título do trabalho ainda não tivesse sido determinado, tinha a intenção de ser um ataque não à revisão de Garve, mas ao Cícero de Garve, e foi um ataque que constituiria uma espécie de vingança.

Hamann, que se interessou muito por rivalidades literárias, estava inicialmente animado. Mas ele logo ficou desapontado. Por seis semanas depois, ele teve que relatar que “a contra-crítica de Cícero de Garve havia se transformado em um tratado preliminar sobre moral”, e que, o que ele queria chamar de primeira “contra-crítica” havia se tornado um antecessor da moral, embora fosse para ter uma relação com Garve.

A versão final não lidou explicitamente com Garve. Só muito mais tarde, em seu ensaio de 1793 “*Sobre o lugar-comum: Isto pode ser verdade em teoria, mas de nada serve na prática*”, Kant respondeu publicamente a Garve. É significativo, no entanto, que ele tenha lido Cícero na tradução de Garve e que tenha olhado cuidadosamente para o comentário de Garve enquanto escrevia a *Fundamentação*. Embora ele possa estar mais interessado em Garve do que

⁷ Christian Garve (1742-1798) foi um dos filósofos mais conhecidos do Iluminismo tardio, juntamente com Immanuel Kant e Moses Mendelssohn.

em Cícero, este último teve um efeito definitivo em seus pontos de vista sobre os fundamentos da filosofia moral (Cf. Kuen, 2009, p. 309).

Ademais, o que seria um mero tratamento de livro didático de questões bem ensaiadas tornou-se um tratado muito mais programático. Portanto, não é por acaso que as terminologias da *Fundamentação* sejam tão semelhantes às de Cícero: “vontade”, “dignidade”, “autonomia”, “dever”, “virtude”, “liberdade” e vários outros conceitos centrais desempenham papéis fundamentais semelhantes em Cícero e em Kant.

Kant e Cícero compartilham várias áreas de concordância. Ambos acreditavam que a ética se baseia na razão e se opõe aos impulsos, além de rejeitarem o hedonismo. Cícero utilizava expressões como “conquistado pelo prazer” e “quebrado por desejos” para descrever ações que não alcançam a virtude e o caráter moral. Kant, por sua vez, argumentava que apenas as ações realizadas por dever eram morais, enquanto qualquer ação motivada pelo prazer não era moral.

Tanto Cícero quanto Kant propõem uma teoria da moralidade fundamentada no dever. Embora ambos considerassem o dever e a virtude como conceitos essenciais da moralidade, Cícero adotou uma forma de eudaimonismo, que sustentava que aquilo que está de acordo com o dever também se tornará, em última análise, mais agradável do que o que está em contradição com a virtude. Em última análise, o dever, assim como todas as coisas, deriva da natureza (Cf. Kuen, 2009, p. 310).

Uma ética ciceroniana, que permanece ancorada na vida cotidiana e é expressa por conceitos como honra, fidelidade, comunhão e aparência, é considerada superficial e não filosófica por Kant. Por essa razão, Kant rejeitou não apenas Cícero, mas também todos aqueles que tentavam desenvolver uma ética ciceroniana. Os deveres morais não podem ser derivados da honra de forma alguma. Eles são baseados em algo que encontramos em nós mesmos e apenas em nós mesmos, ou seja, o conceito de dever que encontramos em nosso coração e em nossa razão. A moralidade diz respeito a quem realmente somos ou quem devemos ser, e isso, segundo Kant, não tem nada a ver com nosso status social. E diante disso, Kant se mostra como cada vez mais original em sua teoria moral e rejeita Cícero.

Uma das razões mais importantes que levaram Kant a rejeitar a honra como um princípio moral genuíno foi sua crença de que qualquer um que confiasse em máximas de honra, em vez de máximas de pura moralidade, também confiava no interesse próprio como uma parte significativa das deliberações morais; e ele estava claramente certo sobre isso. Não está tão claro se ele estava certo quando mais tarde alegou contra Garve e Cícero que o conceito de

dever em sua pureza total não é apenas incomparavelmente mais simples, mais claro e mais compreensível e natural para o uso prático de todos do que qualquer motivo extraído da felicidade, ou misturado com a felicidade e com considerações de felicidade. Na visão até mesmo da razão humana mais comum, o conceito de dever é muito mais forte, mais penetrante e mais promissor do que qualquer motivo emprestado do auto-interessado princípio da felicidade.

Em 2 de maio, Hamann disse a Herder que Kant estava “trabalhando duro para aperfeiçoar seu sistema”. A contra-crítica de Garve havia se tornado um “precursor” da filosofia moral. No início de agosto, ele relatou que Kant ainda estava trabalhando incansavelmente nisso, e que agora seu ajudante acadêmico Jachmann também estava ocupado com isso. Então, naquele momento, a versão final do texto já estava sendo preparada e a *Fundamentação* estava mais ou menos concluída.

Segundo Kuen, a *Fundamentação* é um trabalho muito impressionante. É escrito com força e mostra Kant no seu melhor. Com um olhar apurado de biógrafo e muita minúcia, ele afirma o seguinte:

Curiosamente, foi o primeiro trabalho estendido de Kant exclusivamente preocupado com filosofia moral ou ética. Não importa o quanto seus trabalhos anteriores sejam caracterizados por preocupações morais, Kant sempre os coloca em um contexto metafísico maior. O livro consiste em um pequeno Prefácio, três seções principais e breves observações finais. Embora leve apenas cerca de sessenta páginas, pode muito bem ser o trabalho mais influente de Kant. O Prefácio parte de uma observação sobre a divisão comum de disciplinas filosóficas entre os antigos em física, ética e lógica. Kant argumenta que essa divisão é “perfeitamente adequada” para alguns propósitos, mas afirma que obscurece uma distinção mais importante entre ciências materiais e formais. De fato, toda ciência tem uma parte formal e material. Enquanto a parte formal lida com os princípios lógicos ou matemáticos subjacentes à ciência, a parte material diz respeito ao seu assunto particular (Cf. Kuen, 2009, p. 313-314).

Immanuel Kant conclui a *Fundamentação* enfatizando que “nós não concebemos, na verdade, a necessidade prática incondicionada do imperativo moral, mas concebemos, no entanto, a sua incompreensibilidade, e isto é tudo o que, com justiça, se pode exigir de uma filosofia que aspira a atingir, nos princípios, os limites da razão humana. Nós não compreendemos a necessidade prática incondicional do imperativo moral” (Kant, 2009, p. 118).

Em síntese, a moralidade para Kant seria um enigma. A condição fundamental para a possibilidade de moralidade é incompreensível. Pode-se sentir a tentação de classificá-la como um fato bruto, ainda que seja o fato bruto de que alguém é racional e, por isso, possui a “ideia de um propósito de existência mais digno”. A “mera dignidade da humanidade como natureza racional, sem qualquer outro fim ou vantagem a ser alcançada por ela, ainda não se estabeleceu

como um preceito inflexível da vontade” e, como Kant reconhece, isso é um paradoxo. A verdadeira moralidade é um ideal que ainda precisa ser realizado no mundo, mas é o único ideal pelo qual vale a pena lutar. No fim, é nisso que se baseia o seu idealismo. Kant também sabia que essa noção da “dignidade da humanidade” teria consequências profundas se fosse adotada pelos cidadãos da Prússia e do resto da Europa, mesmo que ele próprio tivesse o cuidado de minimizar as implicações revolucionárias de seu trabalho (Cf. Kuen, 2009, p. 317-318).

4.2 O lugar da Fundamentação no contexto da moral kantiana

A *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* é a tradução usual entre nós de *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, que também poderia ser traduzido mais literalmente por Fundamentação para a Metafísica dos Costumes e, talvez mais corretamente, por Fundamentação para a Metafísica Moral. Com efeito, *Sitten* em alemão, pode ser tomado em sentido lato para designar os costumes em geral, morais ou não, ou em sentido mais estreito para designar os costumes morais em particular, ou mais simplesmente ainda, a moral, a moralidade (*mores, moeurs, morals*).

Nesse ínterim, quando a *Fundamentação* foi publicada em 1785, tal como a primeira *Crítica*, foi resultado de uma reflexão de mais de doze anos. Em contrapartida, a vivacidade, a elasticidade e o impulso da exposição não sofreram qualquer perda por isso. Como afirma Cassirer, em nenhuma de suas obras críticas a personalidade de Kant está presente de modo tão imediato como na *Fundamentação*. Em nenhuma delas o rigor da dedução está tão unido ao movimento livre do pensamento, a força e a grandeza moral unidas ao sentido para o detalhe psicológico, a acuidade na determinação conceitual unida à nobre concretude de uma linguagem popular, rica em imagens e exemplos bem-sucedidos de modo mais perfeito.

Pela primeira vez o *ethos* subjetivo de Kant, que constitui o núcleo mais profundo de seu ser, pôde se desdobrar e expressar puramente. Esse *ethos*, claramente, não “veio-a-ser”, porém, ele se evidencia em sua plena determinação nos escritos de sua juventude, como na *História natural universal e a teoria do céu* e nos *Sonhos de um visionário*, embora aqui pela primeira vez ele se compreendeu completamente e conquistou sua expressão filosófica adequada em oposição consciente à filosofia da época do Esclarecimento (Cf. Cassirer, 2021, p. 225).

Embora houvesse um grande interesse de Kant pelas ciências naturais, sobre as quais ele possuía um vasto conhecimento, o seu maior interesse, seguindo a tradição do racionalismo moderno, residia justamente na constituição de uma moral ou de uma ética definitivamente

fundamentada e livre das objeções que se formulavam, seja contra a filosofia moral de tradição wolffiana seja contra a moral empirista. Segundo Vaz, é possível mesmo afirmar que a orientação profunda e constante que guiou a evolução do pensamento de Kant apontava para a tarefa fundamental de edificação de uma moral rigorosamente racional (Cf. Vaz, 2023, p. 270). Será a partir das partes finais da *Crítica da Razão Pura* que começa a se delinear a estrutura da ética kantiana. Sob essa luz, a primeira grande obra de Kant insere-se no programa que tinha por alvo a constituição de uma *Metafísica dos Costumes*, e de modo paralelo, uma *Metafísica da Natureza*, onde de modo indubitável, era o programa filosófico que Kant se propusera executar a partir de 1770. Embora, a execução de uma *Metafísica dos Costumes*, em 1797, não chegou a corresponder à ambição inicial do filósofo (Cf. Vaz, 2023, p. 277).

Isso se deu justamente porque o primeiro obstáculo que se ergueu no caminho desse programa era constituído justamente pelas aporias do conceito de metafísica em sua acepção tradicional, recebida por Kant através da versão leibniziana. Deste modo, o termo “Metafísica” precisa ser entendido, como em outras ocorrências do período crítico, em sua acepção propriamente kantiana, que buscava designar os princípios e categorias de natureza transcendental, ou seja, estabelecidos *a priori* sem nenhuma contaminação empírica. Essa acepção não deve, pois, se confundida com a acepção clássica, designando a ciência do suprassensível como realidade objetiva ou “coisa em si”, de modo que essa pretensão teórica Kant rejeitou na *Crítica da Razão Pura* (Cf. Vaz, 2023, p. 271).

Diante do que foi exposto até o presente podemos nos questionar sobre em que de fato consiste o sistema moral de Kant? Vaz responde a essa pergunta afirmando o seguinte:

O caminho da reflexão ético-metafísica de Kant após a *Crítica da Razão Pura* percorrerá, de fato, três estágios: fundamentação, crítica e sistema representados pelas três obras principais nesse campo: *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, *Crítica da Razão Prática* e *Metafísica dos Costumes*. Podemos, no entanto, afirmar que toda a obra de Kant, a partir de 1781, é orientada no sentido da constituição de uma Ética transcendental (*Metafísica dos Costumes*) com seus prolongamentos cosmológico-estéticos (*Crítica do juízo*), religiosos (*A Religião nos limites da simples razão*), culturais e políticos (*Opúsculos sobre a filosofia da história*), como expressão pós-crítica da Metafísica (Vaz, 2023, p. 281).

Uma coisa que precisa ser notada, é que logo no prefácio, quando Kant tem a pretensão de voltar a sua atenção à metafísica dos costumes, ele faz previamente uma decomposição, como uma espécie de mapa mental, iniciando como a velha filosofia grega se subdividia em Física, Ética e Lógica. Posteriormente, ele vai fazendo esta decomposição, e agora subdivide a filosofia em formal e material. A formal se refere à Lógica, e a material à Física e à Ética. Ou

seja, as leis da filosofia moral, ou Ética, que são “leis segundo as quais tudo deve acontecer”, isto é, normas, ou leis prescritivas, por oposição às leis da natureza, que são descritivas.

É nessa prerrogativa que Kant procura enaltecer o propósito da *Fundamentação*, lançando os fundamentos da *Metafísica dos Costumes*, embora a ética aqui seja pensada segundo o conceito kantiano de Metafísica, como ciência *a priori* da Razão pura, sem admissão de qualquer elemento empírico. Sendo assim, tal é a finalidade da primeira obra ética de Kant no período crítico, publicada pela primeira vez em 1785 (Cf. Vaz, 2023, p. 284).

Vale salientar, que a *Fundamentação* não é um texto de ética aplicada, embora, de um tratado de filosofia prática, podemos esperar um compêndio sobre o que fazer ou deixar de fazer, ou ainda, um guia de como devemos nos portar em situações particulares. Embora Kant desejasse que sua teoria tivesse uma relevância para a vida cotidiana, a *Fundamentação* não é em nada parecida com um manual. Pois, a obra contém pouquíssimas discussões sobre casos concretos e quando há casos assim, em que Kant considera um exemplo de um problema moral particular, ele é bem sucinto em suas colocações. De certa forma, ele parece não ter tido nenhum interesse em analisar casos de forma detalhada.

Em contrapartida, seria um equívoco cogitar que o caráter da discussão de Kant na *Fundamentação* seja meramente abstrato, e que ele não tinha preocupação em articular ou defender regras práticas nesse escrito. De forma contrária, ele dedica uma grande atenção a uma regra em particular que ele denomina de “imperativo categórico”, de tal forma que ele identifica essa regra como o princípio mais básico pelo qual medimos o valor moral. E é justamente esta regra que determina o que devemos fazer em casos específicos.

Neste ínterim, embora não seja um obra de ética aplicada, a *Fundamentação* se ocupa com uma tarefa diversa, e levando afincado o que significa a palavra alemã “*Grundlegung*”, que pode ser traduzida por “colocar o fundamento”, a *Fundamentação* coloca justamente o fundamento para a filosofia prática que seria, fornecer a fundação ou a justificação filosófica para a regra suprema sobre a qual toda filosofia prática se baseia (Cf. Sedgwick, 2017, p.19-21).

De forma assertiva e determinada, o filósofo moral Kant, profundamente envolvido no projeto de fundar uma metafísica dos costumes, postula que a razão humana comum, sem ainda ser filosófica, é a autora do princípio moral supremo. Deste modo, tendo como base que uma das tarefas do filósofo moral é a de evitar a tendência de esquecer ou de enganar-se sobre o que a moralidade exige, é então que Kant reclama o auxílio da filosofia para o auxiliar nessa fundamentação.

Kant explicita logo no prefácio, que sua pretensão é somente proceder à “busca e fixação do princípio supremo da moralidade” (Cf. Kant, 2009, p. 19). Deste modo, ao dissertar sobre a fonte da moralidade, Kant afirma que a razão humana comum, com sua bússola à mão, é capaz de distinguir entre bom e mau, de forma tão simples como saber a diferença entre a mão direita e a esquerda. Mas, a razão humana comum é propensa, segundo ele, a enganar-se sobre seus motivos podendo até distorcer o sentido da lei moral, ignorando, por sua vez, a orientação de sua bússola interna, perdendo a habilidade de reconhecer essa orientação e o que ela significa. Por isso, neste exato momento, a filosofia pode ajudar a razão humana comum a não sair dos trilhos (Cf. Kant, 2009, p. 37).

4.3 Tarefa e método da Fundamentação

Como o filósofo de Königsberg consagra a *Fundamentação* à teoria moral, o seu título numa primeira instância se apresenta com um título bastante enigmático. Como afirma Luc Ferry, é um título bem incompreensível para um leitor não iniciado, principalmente no que tange a uma “Metafísica dos Costumes”, quando poucos anos antes, remete a metafísica ao domínio da sofística e da ilusão (Cf. Ferry, 2009, p. 74).

Sendo assim, para compreender essa nova moral humanista proposta por Kant, é preciso saber que ela foi erigida sobre as ruínas do mundo antigo, por isso, ela está situada em relação às três visões éticas às quais ela se opõe, a saber:

A dos antigos, sobre a qual se costumava assumir a forma de um enraizamento da ética no cosmos, ou, se preferirmos, de um “cosmológico-ético”; a das grandes religiões ou “teológico-ético”, mas também aquela dos utilitaristas, que pretendem reduzir a moral apenas à consideração dos “interesses” e que, assim, lhe conferem como única finalidade a busca da felicidade. (Ferry, 2009, p. 74).

Na visão de Kant, com o sentimento do dever que essas visões inspiram em nós, seria inviável fundar os valores no cosmos, nem em Deus, nem mesmo nos interesses humanos. Então onde seria possível fundamentar os valores? Essa é a questão que Kant busca resolver logo após rejeitar as três hipóteses descritas acima evocadas em nome de motivos que não carecem de explicação se pretendemos aprender os princípios dessa reconstrução engendrada por Kant. Desse modo, vamos, guiados por Ferry, examinar então a natureza dessa tríplice rejeição kantiana.

Acerca do fim do cosmológico-ético, segundo Ferry, o pensamento kantiano é, por excelência, aquele que se instala na ruptura com o mundo antigo e, particularmente, com a ideia

de um cosmos harmonioso e bom, que a teoria teria por missão conhecer e a práxis moral teria por finalidade imitar. De modo que, se toda moral é, de certo modo, altruísta, voltada para a preocupação com os outros, então não é mais na natureza que ela pode se fundar, mas no homem, uma vez que ele aparece não mais totalmente integrado à natureza, mas ao contrário, como o ser antinatural por excelência.

Uma das convicções que irão dominar o mundo moderno ao qual Kant abre caminho no plano ético é que a civilidade, a paz, o altruísmo, a solidariedade e a própria república não são dados naturais, inatos, que bastaria desenvolver na criança. Muito pelo contrário, pois, são necessárias conquistas laboriosas, frágeis, que demandam aos seres humanos um esforço e um trabalho sobre eles próprios, de modo que são tão pouco naturais que se impõem a eles sob a penosa forma do dever e do imperativo. Sendo assim, no que tange ao plano da ética pessoal, se impõe o sentimento de que precisamos combater, por nossa livre vontade, o egoísmo ligado à nossa natureza, se desejamos fazer justiça aos interesses e à liberdade dos outros.

Em síntese, fica claro o sentido principal da ruptura com as cosmologias antigas, pois, se o mundo não é mais um cosmos harmonioso, e sim um campo de forças e choques, então a ideia de que a moral consistiria em tomá-lo como modelo de alguma maneira vai pelos ares. Nessas condições, como reconstruir sobre outras bases um universo de harmonia entre os homens? Kant será o primeiro a tentar fundar essa questão fundamental da ética moderna. (Cf. Ferry, 2009, p. 75-77).

Analisando agora acerca do fim do teológico-ético, Ferry não pretende negar que Kant seja cristão, até porque em sua filosofia moral a imagem de nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos, poderia ser descrita como uma herança cristã e até mesmo como uma pura e simples secularização de certas ideias cristãs. Porém no que tange à moral de Kant, a religião se encontrará totalmente colocada entre parênteses quando se trata de considerar o problema propriamente filosófico da fundação da ética humanista.

O abandono do teológico-ético, diz respeito à fundação da moral sobre a religião. É fundamentalmente essa hierarquia que Kant questionará. Pois, em sua filosofia moral ele tematiza uma nova definição do ser humano como o ser de liberdade, como o único ser vivo que, diferentemente das plantas ou dos animais, escapa a todas as categorias nas quais se pretendia encerrá-lo. Deste modo, a moral não deve mais se enraizar sempre numa religião revelada, mas é no homem, em sua razão e, sobretudo, naquela liberdade que funda sua dignidade que é preciso enraizar os princípios do respeito pelo outro, e não no medo ou na esperança suscitados por uma divindade.

Neste sentido, até o próprio Cristo, não é mais um santo-homem aos olhos de Kant, mas um indivíduo que realiza nele e aplica ao redor dele princípios universalistas de caridade e respeito, transformando-se no “ideal moral da humanidade”. É bem verdade que isso valerá para ele infamantes acusações de ateísmo, pois, se a ética alcança espontaneamente o ensinamento cristão, Deus e o Cristo já não são necessários para fundá-la. Ainda nesse mesmo contexto, era bem comum que os filósofos das Luzes que se denominavam cristãos, pensavam sinceramente que estavam elevando a compreensão da mensagem dos Evangelhos a seu nível mais autêntico. Com isso, o conteúdo da teologia cristã não vem mais antes da ética, para fundá-la em verdade, mas depois dela, para dar-lhe um sentido. Em suma, tal atitude se assemelha à revolução copernicana, de modo que, o movimento passa a ir do homem a Deus, e não mais no sentido inverso. É a autonomia que deve conduzir à heteronomia, e não esta última que, impondo-se ao indivíduo, vem fazer frente à primeira.

E aqui desembocamos num raciocínio sincero, honesto e bastante lógico, pois, a primeira hipótese é que a dignidade humana, relacionada intrinsecamente à liberdade do homem, é suficiente para a fundamentação da moral, pelo respeito que devemos ter uns aos outros sem com o que necessariamente se busque uma intervenção de Deus ou do cosmos, algo que seja supostamente externo e superior à humanidade. E a segunda hipótese é a de que Deus, se tivesse de se transformar pela fé em certeza, longe de fundamentar melhor a moral, viria, muito pelo contrário, arruiná-la: pois seria então por interesse, por temor ou por esperança, por “impulsão sensível”, como diz Kant, que agiríamos de modo virtuoso, de tal maneira que a noção de ato desinteressado, que sozinha dá todo seu valor à virtude, seria inevitavelmente corrompida e, depois, destruída (Cf. Ferry, 2009, p. 81-85).

A última visão ética que Kant se opõe é ao Utilitarismo. Tendo como principal fundador Jeremy Bentham, sua ideia diretriz afirma que uma ação é boa quando tende a realizar a maior soma de felicidade no universo para o maior número possível de seres envolvidos por essa ação. No caso contrário, ela se torna nefasta, quando tende a aumentar a soma global de infelicidade no mundo. Em seu postulado inicial nada há de egocêntrico e deve até entrar diretamente em conflito com comportamentos se reduzirem apenas à preocupação consigo mesmo. Assim, aos olhos dos utilitaristas, existem casos em que se pode exigir o sacrifício individual em nome da felicidade coletiva, e a natureza exata de tais conflitos constitui um dos principais problemas da reflexão sobre a aplicação prática da teoria.

A partir desta convicção, se passa a ampliar a proteção do direito a todos os seres suscetíveis de sofrer, sejam eles humanos ou não, pois o que de fato importa é a soma global

das alegrias e das dores no mundo, de tal forma que a moral utilitarista nos convida a combater o sofrimento ou a infelicidade sob todas as suas formas. Sendo assim, como o pensamento utilitarista defende que o homem não é o único a possuir direitos, mas qualquer ser que possa sentir dor ou prazer pode se beneficiar desses direitos, não é uma moral centrada no homem, ou seja, um antropocentrismo. Além disso, o seu objetivo último é a maximização da soma de felicidade no mundo e não primordialmente da liberdade; e o direito tem por finalidade primeira proteger os interesses, seja qual for o sujeito detentor desses interesses.

Outrossim, contrariamente a uma opinião corrente, mas radicalmente falsa, o próprio Kant nunca condenou a busca da felicidade como tal, mais do que isso, ele até chega a fazer de sua busca um “dever indireto”, assim como nos recomenda sempre trabalhar para a felicidade dos outros na medida do possível. Em síntese, não é ilegítimo buscar a satisfação dos próprios interesses, de modo que, a lógica dos interesses, por não ser imoral, não deixa de ser amoral ou fora da moralidade. Nada há de mal em buscar a própria felicidade, mas moralmente tampouco há nada de bem, nada de particularmente virtuoso em fazê-lo (Cf. Ferry, 2009, p. 85-91).

Conforme Kant afirma no próprio prefácio da *Fundamentação*, o seu objetivo nada mais é do que a busca e fixação do princípio supremo da moralidade, que constitui só por si no seu propósito uma tarefa completa e bem distinta de qualquer outra investigação moral. O filósofo reconhece que as proposições trazidas pela *Fundamentação* receberiam muita clareza pela aplicação do princípio supremo a todo o sistema e grande confirmação pelo fato da suficiência que ele mostraria por toda a parte.

Porém, ele precisou renunciar a esta vantagem, que segundo ele, seria no fundo mais por uma questão de amor-próprio do que pela sua utilidade geral, já que a facilidade de aplicação e aparente suficiência do princípio em questão não dão nenhuma garantia da sua exatidão. Muito pelo contrário, despertam em nós um certo grau de parcialidade para o não examinarmos e ponderarmos em toda a severidade por si mesmo, sem qualquer consideração pelas consequências. (Cf. Kant, 2019, p. 19-20).

Quanto ao método adotado por Kant para a *Fundamentação*, foi segundo ele, o mais conveniente, uma vez que se deseja percorrer o caminho analiticamente do conhecimento vulgar para a determinação do princípio supremo desse conhecimento, e em seguida, em sentido inverso, sinteticamente, do exame deste princípio e das suas fontes para o conhecimento vulgar onde se encontra a sua aplicação.

O método seguido, é segundo Kant, o mais simples: as duas primeiras seções obedecem a um procedimento analítico, a terceira a um procedimento sintético. A obra de Kant está

claramente dividida em três seções, cada uma dedicada à elucidação progressiva de um complexo conceito de vontade. Na primeira seção, a vontade é abordada do ponto de vista do conhecimento moral comum, começando com a tese de que uma vontade moralmente boa é a única coisa que pode ser considerada boa sem restrições. Na segunda seção, a vontade é tratada sob um ponto de vista metafísico, iniciando com a tese de que a vontade nada mais é do que a razão prática, ou seja, a capacidade de escolher com base em princípios que consideramos válidos *a priori* no contexto da vontade moral. Na terceira seção, o conceito de uma vontade moralmente boa é submetido a um exame crítico, com o argumento começando pela tese de que todo ser racional necessariamente considera sua vontade como livre.

4.4 O papel da “boa vontade” na teoria moral de Kant

Na primeira seção da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, onde se trata acerca da “Passagem do conhecimento racional moral comum para o conhecimento filosófico”, Kant supõe que um conceito universalmente aceito que justifica essa “passagem” é justamente o de boa vontade. Tal conceito está profundamente relacionado ao conceito de dever, de modo que aquele é motivado por este. Na *Fundamentação*, Kant começa com a famosa afirmação: “neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade”. (Cf. Kant, 2009, p. 21).

Por isso, a boa vontade é um conceito central da *Fundamentação*. A boa vontade, ou a intenção de agir conforme a lei moral, é a única coisa boa sem restrições, boa em um sentido absoluto, e não como meio para outra coisa. O que realmente possui valor moral é, em última instância, a intenção, e não a eficácia da ação. O valor moral de uma ação deve ser avaliado pelos seus motivos, e não pelos seus resultados. Não se deve agir meramente “conforme o dever”, mas sim “por dever”. (Cf. Porta, 2023, p.115).

A análise do conhecimento racional moral comum acerca da boa vontade, deixa claro que o caráter bom da boa vontade tem a ver com a sua motivação e não com o que ela efetivamente realiza. Por conseguinte, uma boa vontade é motivada “por dever” e por “respeito” à lei, e aqui reside o caráter correlacional destes conceitos. O dever, por sua vez, é a necessidade de uma ação por respeito à lei, e em vista disso, a lei prática que merece nosso respeito é justamente o conceito kantiano de grande relevância, o imperativo categórico.

Conforme fora exposto, Kant faz uma categorização dos referidos conceitos de boa vontade e sua intrínseca relação com o dever, e para isso, o filósofo moral é bastante honesto, porque ele nunca sugere que o conceito de dever seja uma invenção sua. A contribuição de

Kant seria apenas a de tornar explícito tal conceito. Deste modo, ele define a boa vontade como a única coisa que é boa sem limitação. Com isso, Kant quer afirmar que a bondade da boa vontade não está restrita a nenhuma condição. A boa vontade apresenta-se, assim, como incondicionalmente boa, e ainda, que “a boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é, em si mesma” (Cf. Kant, 2009, p. 23). Ou seja, a bondade da boa vontade não se deve à sua adequação para efetivar um determinado fim, mas independentemente daquilo que possa realizar tem pleno valor em si mesma. Pode-se dizer que a incondicionalidade de uma vontade boa é algo intrínseco a ela mesma.

Kant analisou o conceito de boa vontade, de modo a incitar nossa consciência do que o dever exige. Consequentemente, dentre os mais variados pontos aos quais o filósofo procura chamar a atenção do leitor em suas argumentações, aquele mais elementar seja o de que o conceito de dever, ou lei suprema da moralidade, tem sua origem na razão.

“Age de tal maneira que a tua máxima se torne uma lei universal” (Cf. Kant, 2009, p. 34), segundo Kant, quando uma vontade é boa, ou age por dever, ela é determinada ou motivada por esse princípio. Tendo em vista que a sua intenção na *Fundamentação* é a busca e fixação do princípio supremo da moralidade, será justamente no agir meramente por dever que Kant vai encontrar o verdadeiro valor moral das ações humanas. Mas aqui nos deparamos com um dilema: há uma grande dificuldade envolvida na tentativa de demonstrar com segurança que as pessoas têm a intenção de agir por puro dever sem ter em vista o amor de si. Tal dificuldade reside justamente no contraste entre agir por dever ou agir por inclinação imediata.

Aos olhos de Kant, não é a razão nem a linguagem que fazem de um ser qualquer um ser de direito, que possui uma dignidade e deve ser protegido. O que lhe confere sua verdadeira dignidade e faz com que tenhamos de respeitá-lo é essa liberdade que Rousseau também designará com o nome de “perfectibilidade”, e Kant com o de “boa vontade”, visando essencialmente à capacidade de agir de maneira desinteressada. Deste modo, é essa faculdade que fará do ser humano o único ser capaz de cultura, de política e de moral (Cf. Ferry, 2009, p. 90).

De modo subjetivo, isso em relação às intenções que podem animar uma atividade qualquer, a boa vontade passará a se identificar com a vontade “desinteressada”. E aqui podemos compreender a significação da famosa distinção que Kant estabelece entre “legalidade” e moralidade. Sempre posso observar uma lei (como a proibição do roubo, para retomar o célebre exemplo da *Fundamentação*) por interesse, ou seja, no caso, por medo de ser detido e preso, mas certamente poderíamos dar outros exemplos em que o interesse fosse

positivo e residisse na esperança de uma recompensa ou até no amor do outro, e não no temor de uma punição. De certa maneira, essas motivações são equivalentes por serem todas “interessadas”, mesmo que seja de modo mais ou menos simpático, mas pouco importa. Nessas condições, talvez minha ação seja “legal”, mas todo o mundo admitirá que ela nada tem de virtuosa nem de admirável por isso (Cf. Ferry, 2009, p. 104-105).

É possível, pois, afirmar que um indivíduo dotado de uma boa vontade se caracteriza sobretudo por ter um compromisso firme com a ação moral, de modo que ele deseja resolutamente fazer o que é correto em todas as circunstâncias. De acordo com o filósofo de Königsberg, somente uma boa vontade é intrínseca e incondicionalmente valiosa. Até mesmo a felicidade, para Kant, só será realmente valiosa se for merecida, e ter uma boa vontade é uma condição indispensável para sermos dignos de felicidade.

De forma análoga, Kant tem consciência de que esta concepção do valor se opõe à de muitos filósofos antigos, que chegaram a atribuir um valor incondicional a certos traços de caráter, por exemplo, como a coragem e a moderação, denominados de virtudes. Embora as virtudes possam auxiliar no exercício de uma boa vontade, elas pouco valem na sua ausência, e se forem colocadas ao serviço de fins imorais, tornam o agente ainda mais odioso.

Há um certo contraste entre a perspectiva de Kant e o utilitarismo. Para o utilitarista, somente a felicidade geral é incondicionalmente valiosa, de tal forma que parece seguir-se que o valor de uma boa vontade dependerá do seu empenho para a promoção desse fim. Para Kant, ao contrário, a boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer. Em síntese, se apesar dos seus melhores esforços ela nada de útil produzir, o seu valor não será afetado. E lembrando que a moral de Kant se refere às intenções, o valor de uma boa vontade vai residir em primeiro lugar, querer fazer o que está correto pelas razões corretas, e não na existência de uma maior felicidade.

É bem verdade que não é necessário tratar este contraste entre Kant e os utilitaristas de forma demasiada. Pois, embora a boa vontade seja o bem supremo e a condição de tudo o mais, ela não é o único bem nem o bem total, de forma que isso inclui a felicidade. E como é possível observar, na própria *Fundamentação*, acaba defendendo que existem fins obrigatórios, entre os quais está a felicidade dos outros, de modo que, os dotados de uma boa vontade não poderão ser indiferentes ao bem-estar geral. Em suma, a verdadeira finalidade da razão não seria promover a felicidade nem satisfazer as necessidades naturais, mas fazer algo para o qual é absolutamente necessária: produzir uma vontade boa em si (Cf. Galvão, 2008, p. 25-27).

4.5 O “dever” e suas proposições

O termo “dever” é bastante central para o nosso vocabulário moral porque a tensão entre a razão e o desejo é central para a nossa experiência. “Dever” pode ser definido, na visão de Immanuel Kant, dizendo-se tudo aquilo que uma boa vontade, ou uma vontade perfeitamente racional necessariamente faria, e o que agentes imperfeitamente racionais deveriam fazer.

Quando falamos da nossa obrigação de fazer alguma coisa, fazemos referência à necessidade de um dado ato, sem especificar qual ato é necessário; e chamar um ato de dever é dizer que é uma ação obrigatória. Deste modo, fica claro de perceber que se deve à crença de Kant na importância do esforço na vida moral que o leva à sua visão de que a virtude não pode ser definida como um hábito ou uma disposição estabelecida. Deus, pensa Kant, age moralmente por necessidade e por isso não pode ter virtude. Somente seres que acham a moralidade difícil e que desenvolvem a persistência na luta contra as tentações podem ser virtuosos. Nós, seres finitos, nunca chegaremos ao ponto de não precisarmos da força para resistir ao desejo, não somos anjos, tampouco somos animais. A virtude é nosso posto apropriado no universo.

Na busca de esclarecer da melhor forma o conceito de boa vontade, Kant apresenta uma elucidação do conceito de dever. O filósofo, para esclarecer essa questão, apresenta a noção do dever de fora tripartida, e o apresenta em três distintas proposições.

A primeira proposição é conhecida da seguinte forma: “só as ações realizadas *por dever* têm valor moral”, isto é, são próprias de uma boa vontade. Deste modo, para determinar que ações têm valor moral, Kant sugere que podemos deixar de lado todas aquelas ações que são contrárias ao dever. Contudo, nem todas as ações que estão em conformidade com o dever têm valor moral, pois uma determinada ação pode estar conforme ao dever, e mesmo assim, não ter sido realizada pelos motivos corretos. (Cf. Galvão, 2008, p. 28).

Algumas vezes, nos comportamos de uma forma moralmente correta, apenas por uma questão de prudência ou por um cálculo egoísta, ou ainda, simplesmente por causa de uma inclinação imediata. Na *Fundamentação*, Kant discute vários exemplos que elucidam estas diferenças, como o comerciante que se comporta honestamente age em conformidade com o dever, mas se o fato de não enganar os clientes resultar apenas da convicção de essa ser a melhor política para o seu negócio prosperar, não se pode atribuir valor aos seus atos (Cf. Kant, 2009, p. 27).

Outro exemplo diz respeito ao dever de conservar a própria vida, e de fato, Kant condena o suicídio, pois, deste modo, se entende que enquanto nos esforçamos por conservar a nossa

própria vida estamos agindo em conformidade com o dever. Embora, normalmente não é por razões morais que nos esforçamos, mas porque temos um instinto muito forte para conservar a vida. Deste modo, nos mantermos vivos não faremos nada com valor moral (*Cf.* Kant, 2019, p. 69).

Em síntese, o filósofo defende que uma ação só poderá ter valor moral se, além do comportamento que lhe corresponde for correto, tiver sido realizada também pelos motivos corretos. E quanto a motivação, ele distingue aquelas que são realizadas por inclinação daquelas que são praticadas por dever. Pois, agindo por inclinação, procederemos conforme os apetites e desejos naturais. Em contrapartida, agindo por dever, somos motivados pela nossa própria razão e apenas nesse caso faremos algo com um autêntico valor moral.

Veremos agora outro exemplo que Kant discute. Imaginemos uma pessoa que auxilia os outros simplesmente por compaixão, sentindo um íntimo prazer em espalhar alegria à sua volta. Kant entende que uma pessoa como essa, dado que não age por dever, nada faz com valor moral ao auxiliar os outros. Ao contrário disso, imaginemos alguém destituído de compaixão e com um temperamento frio e indiferente às dores dos outros, porém, vencendo esta sua indiferença natural pela sorte alheia e sendo motivado apenas pelo sentido do dever, acaba por praticar a beneficência, para Kant, aqui de fato reside uma boa vontade pois, estaria cumprindo o dever como uma motivação racional (*Cf.* Kant, 2019, p. 28).

É bem verdade que este último exemplo foi o que mais contribuiu para uma interpretação da ética kantiana e também, até de forma compreensível foi o que colheu pouca simpatia, pois, o que Kant de fato quer afirmar é que agir moralmente implica subjugar todas as nossas inclinações naturais, mesmo os nossos sentimentos mais nobres, de modo a que reste o cumprimento do dever como única motivação. Apesar disso, Kant não nega que podemos agir simultaneamente por dever e por inclinação e nem por isso nos diz que a ação não terá valor moral. Outrossim, alguém que auxilie os outros por dever e por compaixão, por exemplo, não deixará por isso de ter uma boa vontade (*Cf.* Galvão, 2008, p. 29).

Ainda de acordo com uma crítica comum a Kant, a sua perspectiva implica que uma pessoa realizará um ato moralmente valioso desde que proceda conforme o que julga ser o seu dever. Sendo assim, teríamos de louvar o terrorista que mata inocentes porque julga ter o dever moral de proceder dessa forma. Com efeito, a perspectiva de Kant não detém esta implicação, pois, dado que tais atrocidades do terrorista serão seguramente contrárias ao dever, ainda que ele, equivocadamente, possa acreditar no contrário, nem faz sentido perguntar se foram praticadas por dever. Agir por dever implica ter uma concepção correta acerca do que é permissível fazer de acordo com a lei moral (*Cf.* Quintela, 1948, p. 27).

A segunda proposição afirma que “uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, não no propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que determina” (Kant, 2019, p. 31). Enquanto a primeira nos explica que ações têm valor moral, esta segunda proposição nos diz o que faz essas ações terem tal valor. Conforme o pensamento kantiano, essas ações não devem o seu valor moral a nenhum propósito ou fim decorrente de desejos ou inclinações. Mas o valor das ações próprias de uma boa vontade decorre antes da sua máxima ou do princípio da vontade, que é caracterizado por ser *a priori*, por ter um caráter formal e ser livre de incentivos empíricos.

E a terceira e última proposição que Kant assegura serem consequência lógica das duas anteriores, diz que o “dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei” (Kant, 2019, p. 32). Esta proposição, por sua vez, nos mostra o que significa estar sujeito ao dever, pois, segundo ele, o dever é uma restrição à ação exercida pela razão na forma de uma lei moral, que é um princípio objetivo capaz de se opor às nossas inclinações. E por isso, o reconhecimento dessa lei suscita em nós um sentimento de respeito. Mas, esse não é um sentimento como os outros, pois este consiste sobretudo na consciência que as pessoas têm de sua própria razão lhes colocar restrições à conduta que poderão entrar em conflito com as suas próprias inclinações (*Cf.* Galvão, 2008, p. 31).

No que tange ao dever indireto de assegurar a nossa própria felicidade, Kant define a felicidade como o estado de “completo bem-estar” e “soma da satisfação de todas as inclinações”. Alcançamos a felicidade, ou seja, a felicidade perfeita, quando todas as nossas inclinações, nossos desejos e preferências como seres empíricos são satisfeitas. Kant afirma que a boa vontade age por dever, não por inclinação. Isso não significa, porém, que ele acredita que a boa vontade deve necessariamente se opor às suas inclinações. Tampouco significa que uma vontade é boa apenas se eliminar suas inclinações. Pelo contrário, Kant argumenta que uma vontade é boa apenas quando o dever, e não a inclinação, é a força que a motiva a agir.

Kant nos alerta que a inclinação ou felicidade não pode ser o motivo principal de uma boa vontade. Ele insiste que temos um dever “ao menos indireto” de garantir nossa própria liberdade. Kant justifica essa afirmação ao observar que a insatisfação com o próprio estado pode “facilmente transformar-se numa grande tentação à transgressão dos deveres”. Em resumo, sua argumentação é que a infelicidade pode nos impedir de agir por dever. Se estou faminto, estarei tentado a roubar para comer. Se estou sofrendo ou deprimido, provavelmente ficarei indiferente à necessidade dos outros. Dessa forma, temos um dever indireto de assegurar nossa própria felicidade, pois a infelicidade interfere na motivação de agir por dever. Se a felicidade não fosse uma condição para o agir por dever, não teríamos a obrigação de buscá-la.

Este é, presumivelmente, o motivo pelo qual Kant caracteriza o dever de assegurar nossa própria liberdade (Cf. Sedgwick, 2017, p.109).

Porém, para que isso aconteça, é preciso que a razão perceba, ou pelo menos acredite perceber uma relação de proporcionalidade entre o comportamento de acordo com a lei moral e a expectativa de uma vida feliz, seja neste ou noutro mundo. Donde, conclui Kant, “sem um Deus e um mundo por enquanto não visível para nós, mas esperado, as ideias magníficas da moralidade são, é verdade, objetos do aplauso e da admiração, mas não molas propulsoras do propósito e da execução” (Kant, 2018, p. 644).

4.6 A derivação do imperativo categórico

Há uma expressão que exerce certo fascínio no mundo não filosófico, muitas vezes sem nem saber muito bem o porquê: o imperativo categórico. Para entender essa noção, devemos partir do conceito de comportamento guiado por máximas, ou seja, de um comportamento que se rege por certos princípios e não por caprichos. Por exemplo, eu posso ter o princípio de ser pontual. Ter esse princípio significa que não apenas hoje, por mera casualidade, eu chego no horário, mas que, mesmo me atrasando em outras ocasiões, eu busco sempre ser pontual.

Que tipo de relação deve se estabelecer entre a lei e a vontade para que a vontade se constitua como vontade moral ou capaz de agir por dever em respeito à lei? Esta é, pois, a interrogação crucial da *Fundamentação*, à qual Kant responde com a doutrina do imperativo categórico.

Quando quer que haja uma lei a determinar um ser perfeitamente racional para a ação, há uma contraparte, cunhada em termos de “dever”, que governa as ações dos seres imperfeitamente racionais, como nós mesmos somos. Kant, por sua vez, denomina essas contrapartidas de “deveres” das leis do querer racional de “imperativos”. Ele usa este termo porque as leis do querer racional parecem nos constranger da mesma forma que os mandamentos o fazem.

A contrapartida “dever” da lei de um querer orientado para um objetivo é facilmente enunciada pela expressão: “Quem quer que queira um fim deve querer os meios”. A isso, Kant denomina de imperativo “hipotético”, justamente porque a necessidade da ação que ele impõe é condicional. Ou seja: o sujeito deve fazer certo ato se quiser certo fim.

Dito isto, para Kant, a afirmação de que a necessidade entre meios e fins é inadequada para a moralidade, é evidente que ele deve pensar haver outra lei do querer racional e, portanto, outro tipo de “dever” ou imperativo. Destarte, o tipo de “dever” que não depende dos fins do

agente surge da lei moral, de modo que, Kant chama a versão imperativa dessa lei de “imperativo categórico”. A própria lei moral, ele sustenta, só pode ser a forma da conformidade à lei ela mesma, porque nada mais resta uma vez que o conteúdo já foi rejeitado. A lei moral, pode, portanto, ser enunciada como se segue: uma vontade perfeitamente racional age somente de acordo com máximas que ela também possa querer serem leis universais. (Cf. Schneewind, 2009, p. 386).

Quando isso surge na forma do imperativo categórico, há três fórmulas que afirmam o seguinte: A Fórmula da Lei Universal: “Aja de tal modo que a sua máxima possa se elevar em lei universal”; A Fórmula da Dignidade: “Aja como se a humanidade em você e nos outros fosse sempre um fim, e nunca um meio”; e a Fórmula da Autonomia: “Aja de tal forma que a máxima da sua vontade possa ser ao mesmo tempo lei universal”. (Kant, 2009, p. 59).

Isto posto, podemos cogitar que Kant recomenda um teste das máximas em suas etapas. Em um primeiro momento, seria importante testar a máxima pelo imperativo hipotético. O ato proposto efetivamente leva ao fim desejado? Se não, rejeite-o; se sim, teste-o pelo imperativo categórico. Se passar nesse teste, você pode agir segundo ela, mas se não, deve rejeitá-la. Não é difícil ver como aplicar o teste da racionalidade prudente. A questão é se o teste da moralidade, ou seja, o imperativo categórico, de fato nos habilita a decidir se vamos agir ou não segundo certa máxima. (Cf. Schneewind, 2009, p. 387).

Kant oferece um exemplo concreto sobre o que está envolvido no teste da moralidade de uma máxima. Ele nos convida a imaginar se, para sair de uma situação difícil, é moralmente permissível fazer uma promessa com a intenção de não cumpri-la. Kant aponta que essa questão pode ser abordada de duas maneiras. Podemos tentar determinar se seria prudente fazer a falsa promessa, isto é, se a promessa serviria aos interesses da inclinação e, portanto, poderia levar à felicidade. Outra alternativa seria questionar se a falsa promessa é consistente com o dever. O principal objetivo de Kant neste parágrafo é enfatizar que essas duas abordagens não são idênticas.

Avaliar a máxima do ponto de vista da prudência equivale a considerar as consequências que as ações, realizadas a partir dessa máxima, teriam para a felicidade. No exemplo de Kant, o agente realiza um cálculo prudencial e decide não fazer a falsa promessa. Embora acredite que o ato possa beneficiá-lo a curto prazo, o agente se preocupa que, a longo prazo, o ato possa lhe causar grande inconveniente. A falsa promessa pode ser descoberta; caso isso ocorra, ninguém mais acreditaria no agente. Ele então escolhe ser sincero. O que o motiva é sua preocupação com a própria felicidade ou bem-estar (Cf. Sedgwick, 2017, p.121).

Outro exemplo mostra uma maneira diferente do imperativo categórico funcionar. Vamos supor: se passo por alguém desmaiado na rua, e decido não ajudá-lo. Minha máxima é algo como isto: ignorar as pessoas que necessitam de ajuda, para não interferir com meus planos. Kant afirma que podemos coerentemente conceber um mundo de pessoas indiferentes à desgraça alheia. Mas ele acredita que não podemos querer a existência de tal mundo.

Deste modo, como agente racional, desejamos necessariamente os meios para qualquer um dos meus fins. A ajuda aos outros é com frequência um meio de que preciso para meus próprios fins. Assim, deveria ser irracional querer excluir a ajuda aos outros como um meio possível quando preciso disso. Porém, se eu universalizar a minha máxima, quero fazer dela como se fosse uma lei da natureza, segundo a qual ninguém ajuda outras pessoas necessitadas. Sendo assim, eu estaria querendo tanto que os outros me ajudassem quando eu precisasse quanto que ninguém ajudasse a ninguém quando fosse preciso. Em suma, este é um querer incoerente. Por conseguinte, não posso agir segundo a minha máxima (Cf. Kant, 2009, p.28).

Kant não presume que seja sempre fácil aplicar o imperativo categórico e os princípios dele decorrentes às situações complexas da vida real. A aplicação dos princípios requer um discernimento, ou seja, uma “faculdade de julgar”, que se desenvolve apenas com a prática e a experiência.

Mas que lei pode ser então essa, cuja representação, mesmo sem tomar em consideração o efeito que dela se espera, tem de determinar a vontade para que esta se possa chamar boa absolutamente e sem restrição? Kant responde afirmando o que se segue:

Uma vez que despojei a vontade de todos os estímulos que lhe poderiam advir da obediência a qualquer lei, nada mais resta do que a conformidade a uma lei universal das ações em geral que possa servir de único princípio à vontade, isto é: devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal. Aqui é, pois, a simples conformidade à lei em geral (sem tomar como base qualquer lei destinada a certas ações) o que serve de princípio à vontade, e também o que tem de lhe servir de princípio, para que o dever não seja por toda parte uma vã ilusão e um conceito quimérico; e com isto está perfeitamente de acordo a comum razão humana nos seus juízos práticos e tem sempre diante dos olhos este princípio (Kant, 2019, p.34).

O imperativo categórico exige claramente certa espécie de imparcialidade no nosso comportamento. Não nos é permitido abrir exceções para nós mesmos ou fazer o que racionalmente não permitiríamos aos outros. Conforme afirma Luc Ferry, a definição moderna da moralidade se expressará por meio de ordens indiscutíveis, ou segundo o vocabulário kantiano, imperativos categóricos. Deste modo, na interpretação minuciosa de Ferry, os imperativos categóricos serão o fundamento para combater a nossa natureza, e de forma

especial, para lutar contra o egoísmo natural em nós, porque como bem sabemos, situações como essas encontram resistências. Por isso eles têm o caráter imperativo. De forma clara e objetiva, se nós fôssemos bons por natureza e naturalmente orientados para o bem, não precisaríamos recorrer a ordens imperativas. Embora, na maior parte do tempo, não sentimos dificuldade em saber o que devemos fazer para agir bem, mas queremos fazer concessões para dar vazão ao egoísmo que carregamos conosco. É justamente por isso que o imperativo categórico pede para fazermos um esforço, para assim tentarmos continuamente progredir e melhorar. (Cf. Ferry, 2012, p. 139-140).

Sobre a boa vontade, Schneewind argumenta que, como seres finitos, não possuímos o que Kant chama de “vontade santa”, ou mais comumente, boa vontade, que é uma vontade completamente determinada por sua constituição interna alinhada à lei, agindo de forma espontânea e sem esforço. Nossos desejos clamam por satisfação, sejam racionais ou não. Consequentemente, para nós, a operação da lei em nossa vontade racional não é automática. Sentimos a operação da lei como uma restrição, pois ela deve atuar contra a atração do desejo. Em seres finitos, Kant diz que a lei moral, em vez de agir automaticamente, é “obrigante”. A filosofia moral de Kant ao se concentrar no “eu devo”, e qualquer crítico pode questionar: “Posso realmente fazer tudo o que devo?” Kant é realista e entende que o ser humano é finito e nem sempre age racionalmente.

Embora a terminologia possa não ajudar, o pensamento de Kant é bastante familiar. Por exemplo, se você fosse perfeitamente razoável, iria ao dentista para verificar uma dor de dente; e se não vai porque tem medo, acaba pensando que deveria ter ido. Este é um exemplo prático de algo que também ocorre no domínio puramente moral. Quando vemos uma razão que nos obriga a realizar um ato que relutamos em fazer, podemos não fazê-lo; mas admitimos que deveríamos ter feito (Cf. Schneewind, 2009, p. 383).

Quando o imperativo é hipotético, significa que a bondade da minha ação está condicionada pelo seu fim. Já o imperativo quando é categórico, ele é um princípio normativo que fundamenta a filosofia prática de Kant. Esse imperativo da moralidade é um modo de entender o nosso modo de agir. A expressão alemã “*Gesinnung*” deixa muito claro o que Kant quer demonstrar com o seu imperativo, de que, mais importante do que a ação, é a disposição em fazê-la.

Na *Fundamentação*, Kant deixa muito claro ao dissertar sobre o imperativo categórico, de que ele pode ser compreendido por meio de três fórmulas, a saber: a Fórmula da Lei Universal, ou da Universalidade (FLU), que no pensar de Hegel falta muita concretude e conteúdo; a Fórmula da Humanidade ou Dignidade (FD), que segundo os estudiosos mais

contemporâneos de Kant, é a fórmula que tem mais concretude, é a mais fundamental e quiçá, a mais importante, pois ela traz uma ideia de humanidade como fim em si mesma; e por fim, a Fórmula da Autonomia (FA), já que segundo Schneewind, Kant é tido como o inventor da autonomia.

O imperativo categórico é, sem dúvida, um dos aspectos mais conhecidos e debatidos da filosofia prática de Kant. Para o filósofo, o imperativo categórico parece unir duas ambições filosóficas possivelmente incompatíveis. A primeira, mais modesta, era estabelecer o imperativo categórico como princípio canônico para discriminar entre máximas de ação, enquanto a segunda via-o como um meio de justificar uma explicação metafísica da liberdade como autonomia da vontade. O debate subsequente focou-se em avaliar a coerência da definição do imperativo categórico por Kant e, especialmente, se ela é sustentável sem o suporte de uma metafísica da liberdade.

Antes de examinar os enunciados de Kant sobre o imperativo categórico na *Fundamentação* e na *Crítica da Razão Prática*, é útil definir os termos “imperativo” e “categórico”. Kant define um imperativo como toda proposição que expressa uma possível ação livre, por meio da qual se concretiza um determinado fim. Esses enunciados se baseiam em uma “espécie de necessidade”, diferente dos enunciados teóricos; em vez de declarar o que é, declaram o que deve ser. Assim como existem várias maneiras de declarar o “é” em uma proposição, também há diversas formas de declarar o “dever-ser”. São essas as várias formas de imperativo, das quais o categórico é um caso especial e privilegiado.

Um imperativo pode ser hipotético ou categórico, e a distinção entre eles depende de a relação da lei com a vontade visar ou não a realização de um fim. No caso dos imperativos hipotéticos, essa relação visa alcançar um objetivo desejado, o que não ocorre com os imperativos categóricos. Kant ainda subdivide os imperativos hipotéticos em assertóricos ou problemáticos; em outras palavras, se estão direcionados para um fim real ou possível. Os princípios de um imperativo hipotético real são descritos como “regras de habilidade” ou “imperativos técnicos”, enquanto os de um imperativo hipotético possível são “conselhos de prudência” ou imperativos categóricos.

Kant oferece várias condições para explicar por que o imperativo categórico é válido de forma categórica para uma vontade subjetiva. A primeira condição é que ele é formal. Isso decorre do fato de não visar a realização de qualquer fim particular; o imperativo categórico “não se relaciona com a matéria da ação e com o que deve dela resultar, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva” (Kant, 2009, p. 26).

Outra condição implica que o imperativo categórico deve ser conhecido imediatamente, levando à mais importante de todas: o imperativo categórico declara a universalidade da lei. Kant usa esse enunciado como “o cânone pelo qual julgamos moralmente qualquer de nossas ações” (Kant, 2009, p. 32). Ele o utiliza para esclarecer ações realizadas de acordo com os termos do imperativo do dever (*Sollen*).

Kant admite que a transição para uma “metafísica dos costumes”, necessária para sustentar o imperativo categórico, coloca a filosofia prática em uma posição delicada. Esse risco é motivado pela importância que Kant atribui ao conceito de liberdade. É a liberdade que permite a transição de uma “metafísica dos costumes” para uma “*Crítica Da Razão Prática*”, sendo que a liberdade é tanto justificada quanto justificadora do imperativo categórico. Isso se deve aos dois sentidos que Kant atribui ao conceito de liberdade.

Ele distingue entre liberdade negativa, que consiste na liberdade de “determinação por causas externas” (heteronomia), e liberdade como autonomia, que consiste em um sujeito dar a si mesmo sua própria lei. Esta última liberdade se baseia na “propriedade da vontade de ser lei para si mesma, o que nada mais é do que agir de acordo com uma máxima que pode, ao mesmo tempo, ter-se como lei universal para seu objeto” (Kant, 2009, p. 49).

A ideia de liberdade como autonomia revela-se, portanto, o fundamento do imperativo categórico, o pressuposto necessário que concedemos a nós mesmos e a outros seres racionais, na medida em que possuem uma vontade ou consciência de sua causalidade em relação às suas ações. No entanto, só estamos certos de possuir tal liberdade ao formularmos os imperativos categóricos (Cf. Caygill, 2000, p. 192-193). Para Kant, não há filosofia moral sem liberdade, por isso, o seu grande esforço na *Fundamentação* é dissertar sobre a liberdade tida como a autonomia da vontade. Embora, para Kant, num primeiro momento, a liberdade é compreendida como espontaneidade.

Veremos na seção sobre as objeções à ética kantiana que o imperativo categórico é considerado formal, o que leva muitas vezes a ética kantiana a ser chamada, ou acusada de ser uma “ética formalista”. Ele não define nenhum conteúdo específico, mas sim a forma de todo imperativo, concretamente: a sua universalidade absoluta e irrestrita. A lei ética, sendo absoluta, não admite exceções, e sua universalidade irrestrita é uma característica essencial.

Em suma, entendendo bem o imperativo categórico, podemos compreender de forma ampla a ética kantiana. Pois, no centro da teoria ética de Kant está a afirmação de que adultos normais são capazes de se autogovernar completamente em assuntos morais. Na terminologia de Kant, somos “autônomos”.

No que concerne à Fórmula da Humanidade como um fim em si mesma, ou FHF, Kant dispõe de exemplos de deveres específicos para melhor explicitar esta fórmula do imperativo categórico. O objetivo de Kant com esses exemplos é confirmar a sua própria interpretação da lei moral, mostrando que ela dá origem a exemplos paradigmáticos de todas as quatro classes de deveres comumente reconhecidas, deveres perfeitos e imperfeitos para consigo e com os outros. Os quatro exemplos são a proscrição do suicídio (um dever perfeito para consigo mesmo), a proscrição de falsas promessas (um dever perfeito para com os outros), a prescrição do cultivo dos próprios talentos potenciais (um dever imperfeito para consigo) e a prescrição da beneficência para com os outros (um dever imperfeito para com os outros) (Cf. Guyer, 2020, p. 125).

O suicídio “para escapar de uma condição difícil” é proibido porque cometê-lo apenas para evitar a dor seria usar a própria pessoa “apenas como um meio de manter uma condição tolerável até o fim da vida”. Além disso, como Kant explica em suas conferências, esse ato, considerado isoladamente, parece ser um ato de liberdade, mas na verdade “elimina a própria liberdade, isto é, destrói a existência de um agente livre e, portanto, a possibilidade de quaisquer escolhas e atos livres por esse agente”.

Falsas promessas são proibidas porque, ao manipular alguém para aceitar sua promessa sem fornecer informações precisas sobre suas verdadeiras intenções, você priva essa pessoa da oportunidade de consentir com sua ação e de livremente adotar esse objetivo como seu próprio; em outras palavras, você a impede de exercer sua humanidade ao estabelecer livremente seus próprios fins.

Ao optar por não desenvolver seus talentos potenciais, você está fazendo uma escolha que, isoladamente, pode parecer livre, mas, na verdade, está privando-se dos meios que o cultivo desses talentos proporcionaria para a persecução racional de seus fins livremente escolhidos. Assim, você prejudica a possibilidade de perseguir esses fins de maneira racional e eficaz.

Rejeitar a máxima de ajudar os outros significa que você não considera seus fins como merecedores de realização por terem sido escolhidos livremente; portanto, você não os vê como fins em si mesmos, dignos de realização apenas porque foram livremente escolhidos. Essa atitude também compromete a eficácia das suas próprias escolhas livres, pois ao desejar a universalização da máxima da não beneficência, você negaria a si mesmo a assistência de outros quando precisa dela para realizar seus próprios fins.

Tratar a humanidade como um fim em si mesmo, seja em relação a si próprio ou aos outros, requer um programa abrangente de preservação da liberdade e da possibilidade de seu

exercício racional. Isso inclui a preservação da existência de agentes livres, a preservação da possibilidade de exercício de livre-escolha, a preservação da capacidade de perseguir livremente suas escolhas de acordo com o cânone da racionalidade meios-fim, e a preservação da capacidade de perseguir suas escolhas livres de acordo com o requisito moral da universalidade. Assim, o status da humanidade como um fim em si mesmo revela que a própria liberdade é o valor fundamental na filosofia moral amadurecida de Kant. (Cf. Guyer, 2020, p. 126-127).

Existem máximas que são puramente condicionais, expressando um princípio seguido não por si mesmo, mas como meio para obter outras coisas. Eu posso ser pontual, por exemplo, para evitar que meu chefe desconte atrasos do meu salário ou para evitar uma repreensão do professor ao entrar na sala. Nesse caso, o princípio expressa meramente um meio para outro fim.

Muitas máximas, na realidade, não passam de relações de meios e fins, evidenciadas por sua expressão condicional. Se eu quero emagrecer, devo comer menos. O ato de comer menos não é um fim em si mesmo, mas um meio para obter outro objetivo. Esse objetivo pode ser também um meio, formando uma cadeia de meios. Eu como menos para emagrecer, emagrecer para ficar mais bonito, e ficar mais bonito para... etc. Sempre que fazemos algo para obter outra coisa, nosso comportamento é guiado por máximas que chamamos de imperativos hipotéticos: “Eu devo fazer A para obter B”.

Devemos ser cuidadosos em diferenciar esse "eu devo", que aparece no "eu devo para", do simples e categórico "eu devo", que se impõe no contexto da ética. Neste último caso, a máxima não estabelece a necessidade de um comportamento como meio para outro, mas sim por si mesma. Por exemplo: “eu devo dizer a verdade”; “eu não devo matar”. Nesses casos, estamos diante de imperativos categóricos, e seu conceito exige que mantenhamos em mente sua contraposição aos imperativos hipotéticos.

As máximas que são princípios do comportamento verdadeiramente ético são, segundo Kant, imperativos categóricos. Quando falamos do imperativo categórico, no singular, estamos nos referindo ao princípio básico e absoluto de toda moralidade, pois todos os imperativos categóricos se fundamentam nesse último princípio. Ele estabelece: aja de tal modo que a sua máxima possa ser elevada à lei universal.

No entanto, é necessário ter cautela, pois é comum e fácil trivializar o imperativo categórico kantiano com interpretações equivocadas. Por exemplo, “não faça aos outros o que você não quer que façam com você” não é, para Kant, um imperativo categórico, muito menos “o” imperativo categórico. O imperativo categórico possui várias formulações, que não são

desconexas, mas inter-relacionadas. Conhecê-las é essencial para entender que, no fundo, estão abordando a mesma questão de diferentes maneiras (Cf. Porta, 2023, p.115-117).

No pensamento kantiano, as noções de Razão prática, legalidade, vontade, liberdade e autonomia estão intimamente interligadas por meio de múltiplas relações recíprocas. O conceito de liberdade possui um sentido político (o mais conhecido) e um sentido metafísico. No sentido metafísico, a forma mais comum de conceber esse conceito é entendê-lo como livre-arbítrio ou a faculdade de fazer ou não uma coisa.

Para compreender Kant, é fundamental reconhecer a relação essencial que ele estabelece entre liberdade e legalidade. Um ser livre não é aquele que age sem lei alguma, mas sim aquele que se dá a sua própria lei. Consequentemente, um ser livre é um ser racional e vice-versa. A vontade é um modo de causalidade próprio dos seres racionais, e a liberdade é uma propriedade da vontade. O que é livre, ou não, é a vontade. A vontade é livre quando se autodetermina. Uma vontade livre é uma vontade autônoma. Para Kant, vontade livre e vontade submetida às leis morais são a mesma coisa. A lei moral não é outra coisa senão a legalidade de uma vontade livre (Cf. Porta, 2023, p.113).

4.7 Objeções à moral kantiana

Nos debates acerca da filosofia moral de Kant, ela é comumente associada ao seu formalismo exacerbado e que apresenta dificuldades para a prática. Não é à toa que muitos dos seus críticos dizem que a moral de Kant tem pretensões de universalidade. Todavia, essa objeção não é bem-sucedida, pela seguinte razão: como um bom pesquisador deve suspeitar das próprias pretensões, Kant já afirma logo no Prefácio da *Fundamentação*, que não pretende “inventar a roda”, mas vem explicitar aquilo que já está dado.

A crítica ao imperativo categórico por sucessores de Kant é bem ilustrada pela frase de Nietzsche: “o imperativo categórico cheira a crueldade” (Nietzsche, 1887, p. 65). A tentativa de Kant de fundamentar o imperativo categórico numa noção positiva de liberdade como autonomia não teve êxito, pois liberdade e o imperativo categórico só podiam ser definidos de maneira reativa, como a supressão ou exclusão da heteronomia, sentimentos e inclinações humanas. Esta crítica é a expressão extrema de uma direção inaugurada pelas críticas de Hegel e Schopenhauer ao imperativo categórico.

Hegel, apesar de ver favoravelmente a definição de liberdade de Kant como autonomia da vontade, considerava a formulação moral do imperativo categórico como formal e abstrata, baseada na exclusão de “todo o conteúdo e especificação”. Por outro lado, Schopenhauer

reivindicou a responsabilidade por ter “causado a morte” do imperativo categórico e da lei moral, e com isso, de todas as tentativas de fundamentar a filosofia prática na liberdade da vontade. (Cf. Caygill, 200, p. 194).

É bem verdade que a filosofia moral de Kant enfrentou severas críticas que a classificam como formal e vazia, ou seja, desprovida de conteúdo e excessivamente subjetiva para a prática. Essas críticas estão geralmente relacionadas ao imperativo categórico. Algumas das principais objeções vêm do filósofo alemão G. Hegel (1770-1831), que em várias de suas obras critica o formalismo da filosofia moral de Kant.⁸ De forma sucinta, serão apresentadas essas críticas, bem como as possíveis respostas de Kant a esse respeito.

Hegel acusa Kant de ter desenvolvido uma filosofia moral caracterizada por um formalismo estéril e vazio. Segundo Hegel, a moralidade kantiana é incapaz de concretizar uma universalidade e uma determinação de conceitos, permanecendo em um nível abstrato. O problema do formalismo em Kant pode ser ilustrado na seguinte passagem, onde Hegel afirma que “a fórmula mais ampla de Kant, a da capacidade de uma ação ser representada como máxima universal, certamente introduz uma representação mais concreta de uma situação, mas não contém nenhum outro princípio novo, além da ausência de contradição e da identidade formal” (Hegel, 1968, § 135,).

Segundo a crítica de Hegel, o imperativo categórico é destituído de conteúdo, sendo uma indeterminação abstrata e, em última análise, “o progresso a um vazio formalismo”, levando Hegel a classificá-lo como o princípio do “dever pelo dever”. Isso associa o imperativo categórico a uma subjetividade na autodeterminação da vontade, o que impede a obtenção de um conteúdo específico para a ação através desse princípio. Para Hegel, há uma indeterminação, pois o imperativo categórico não nos permite saber qual é, de fato, nosso dever. Ele não nos capacita a discernir entre o justo e o injusto, o bem e o mal, tornando-se apenas teórico e formal nas pretensões de uma filosofia da moralidade.

Para responder à objeção do formalismo vazio na filosofia moral de Kant, é útil analisar algumas das formulações do imperativo categórico que apresentam maior especificidade e clareza. As três últimas formulações do imperativo categórico (FH, FA e FRF) podem servir como uma resposta à crítica recorrente de um suposto formalismo na filosofia moral de Kant. A ideia é mostrar que uma análise mais cuidadosa e a consideração de que todas as formulações do imperativo categórico expressam o mesmo princípio podem revelar que a objeção do

⁸ Outras obras nas quais Hegel apresenta suas objeções aos fundamentos da filosofia moral kantiana são a *Fenomenologia do Espírito* de 1807 (§ 442) e a *Enciclopédia das ciências filosóficas* de 1817 (§ 507).

formalismo resulta de uma análise precipitada ou pouco cuidadosa de todas as formulações que o princípio admite.

A crítica de falta de conteúdo pode ser vista como limitada às duas primeiras formas do imperativo categórico, negligenciando, em especial, as Fórmulas da Humanidade e da Autonomia. Essas duas formulações enriquecem a ética de Kant, conferindo-lhe “finalidade” e motivação. A motivação está vinculada ao fato de sermos seres autônomos, legislando em nome de todos os seres racionais. Essa perspectiva é evidenciada pela fórmula da humanidade, por exemplo. A finalidade, por sua vez, nos remete à obrigação de agir tendo a dignidade humana como objetivo final de nossas ações. Isso implica no dever moral de tratar e respeitar os outros como indivíduos, sem jamais usá-los como meros meios para outros fins. Os seres racionais, em sua dignidade, devem ser o próprio fim de qualquer ação.

A Fórmula da Autonomia atribui conteúdo à vontade racional devido à sua qualidade de ser autônoma e legisladora ideal (de um reino dos fins). Este estado de reafirmação da racionalidade, proporcionado pela autonomia da vontade, ocorre quando reconhecemos a universalidade de nossa máxima, posicionando-nos como autolegisladores e, ao mesmo tempo, como legisladores universais. Quando nossas ações morais não são guiadas por leis externas (impostas por seres racionais individuais), entramos em uma categoria diferente, na qual seguimos as normas que estabelecemos por meio de nossa própria racionalidade. Por isso, a autonomia da vontade é uma característica intrínseca de toda vontade livre. Ao nos orientarmos por uma lei moral autodeterminada, nos tornamos mais livres, pois temos a capacidade de criar e seguir essa lei.

A capacidade de discernir sozinho o que é certo ou errado e, a partir disso, legislar de maneira autônoma, não apenas com base em interesses particulares, mas em nome de toda a comunidade de seres racionais, fornece um motivo para agir de acordo com a Fórmula da Lei Universal. Esse motivo dá substância ao imperativo categórico e, conseqüentemente, à filosofia moral de Kant.

Essas considerações são, por ora, suficientes para continuarmos dando crédito ao imperativo categórico e à filosofia moral kantiana, uma vez que, antes mesmo de sabermos se podemos explicá-lo através da doutrina do Fato da Razão e concluirmos que ele se aplica a nós, somos levados a acreditar que ele, pelo menos, não é marcado por um formalismo vazio.

Deste modo, o imperativo categórico não é meramente um procedimento formal, pois reconhece que as ações devem ter uma finalidade, uma forma e um motivo. No entanto, é inegável que o imperativo kantiano nos guia mais no sentido de entender o que não devemos fazer do que nos oferece uma orientação clara sobre as ações que deveríamos realizar. Na

Fundamentação, realmente não encontramos uma ética das virtudes. Porém, na *Doutrina das Virtudes* (parte da *Metafísica dos Costumes*), Kant responde de forma mais precisa à crítica do “vazio” direcionada à sua doutrina moral, abordando os deveres que temos e que vão além das proibições mencionadas na *Fundamentação*.

Ainda sobre as críticas endereçadas à ética kantiana, se tentarmos indicar o conteúdo mais geral da ética crítica, e aqui, para não separar o que factualmente se encontra junto, já miramos antecipadamente a *Crítica da Razão Prática*, publicada três anos depois, não podemos nos deixar confundir e desviar pelos bordões confortáveis que desempenharam um papel tão importante na caracterização da doutrina kantiana. Sempre se falou, como vimos acima, do caráter “formalista” da ética kantiana, sempre se frisou que o princípio do qual ele parte nos fornece apenas uma fórmula geral, e vazia, portanto, da conduta moral que é insuficiente para a determinação de casos concretos e decisões particulares (Cf. Cassirer, 2021, p. 225).

Apesar disso, o próprio Kant respondeu às objeções desse tipo na medida em que ele admite e em certo sentido reconhece a acusação, a saber:

“Um crítico que queria dizer algo censurando essa obra, acertou melhor o ponto do que ele mesmo poderia pretender, ao dizer que com ela não se colocou um novo princípio da moralidade, mas apenas uma nova fórmula. Mas quem queria introduzir um novo princípio de toda a moralidade e descobri-la, por assim dizer, pela primeira vez? Como se, antes dele, o mundo tivesse sido ignorante quanto àquilo que é dever, ou estivesse em permanente equívoco quanto a isso. Mas aquele que sabe o que significa para o matemático uma fórmula que determine exatamente o que é preciso fazer para resolver um problema e que evite o erro não tomará como algo insignificante e supérfluo uma fórmula que faz isso em vista de todo dever em geral” (Kant, 2016 p. 22).

Goethe, enaltece como a virtude imortal de Kant que ele livrou a moral do estado frouxo e servil no qual ela se viu metida através do mero cálculo de felicidade e, assim, teria “nos resgatado daquela moleza em que estávamos afundados”. Assim, o caráter dito “formalista” da ética kantiana se revelou historicamente como o modelo verdadeiramente fértil e efetivo. Ainda que ela tenha compreendido a lei moral em sua pureza e abstração mais altas, a ética kantiana interveio imediata e concretamente na vida da nação e da época e deu a ela uma nova direção. (Cf. Cassirer, 2021, p. 253).

4.8 Como entender a moral kantiana no hoje da história?

Como foi bastante esclarecido no decorrer desta pesquisa acerca do caminho trilhado por Immanuel Kant para engendrar uma moral completamente diferente dos seus antecessores, o nosso filósofo criou uma estrutura moral que tem por fundamento o conceito de imperativo

categórico. Quanto a inatualidade ou atualidade da sua ética, é possível observar algumas reflexões valiosas para os desafios éticos do mundo contemporâneo. A ideia central de Kant é que nossas ações devem ser guiadas por princípios universais, ou seja, regras que poderiam ser aplicadas por qualquer pessoa, em qualquer lugar, sem contradições.

Podemos cogitar sobre a aplicação da moral kantiana no âmbito ético dos negócios e da tecnologia, e diante disso, pode-se avaliar se as práticas empresariais ou tecnológicas respeitam a dignidade humana. Por exemplo, no desenvolvimento de inteligência artificial, podemos perguntar: “Essa tecnologia trata as pessoas como um fim em si mesmas ou apenas como meios para um lucro maior?” Os dilemas morais que envolvem a inteligência artificial trazem questões inúmeras que precisam ser observados sobre uma ótica moral minuciosa, cuidadosa e capaz de deliberar sobre situações que infrinjam a dignidade humana.

No que tange o mundo dos direitos humanos e da justiça social, podemos articular como a moral kantiana defende o respeito incondicional pelos seres humanos, o que pode ser usado como um fundamento para promover políticas e práticas que respeitem os direitos fundamentais, combatendo discriminações ou abusos. Neste caso propriamente dito, as fórmulas do imperativo categórico podem ser muito úteis para analisar os modos como a humanidade é tratada no que tange aos aspectos da vida em sociedade.

Outro espaço que a moral kantiana pode ser utilizada é nas questões que dizem respeito à sustentabilidade e ao meio ambiente. Isso porque agir de forma a garantir que as escolhas feitas hoje possam ser generalizáveis e sustentáveis para futuras gerações, sem comprometer os recursos naturais. Até porque, por mais que possamos avaliar se uma determinada ação pode ser universalizável, trazendo benefícios tanto para nós mesmos quanto para os seres humanos de todo o mundo, é preciso que haja uma reflexão quanto às gerações que ainda estão por vir.

Além disso, no tocante à ética pessoal, podemos avaliar nossas decisões diárias com base na universalidade. Perguntar: “Se todos agissem como eu agora, o mundo seria um lugar melhor ou pior?” Claramente em sã consciência, nenhum ser humano ficará constantemente colocando as suas atitudes no crivo do imperativo categórico, refletindo se sua ação pode ser universalizável ou não, mas, ao menos, diante de situações cruciais, reclamar o auxílio da moral kantiana pode ser um modo mais humano e racional para agir. É claro que os desafios atuais muitas vezes requerem adaptações e um diálogo com outros pensamentos éticos, mas os princípios kantianos podem servir como uma base sólida para pensar em questões como responsabilidade individual, transparência e integridade.

A ideia kantiana de imperativo categórico continua a ser um ponto de referência poderoso nos debates sobre moralidade e ética. Quando nos deparamos com pessoas amorais e

os imorais no mundo contemporâneo, isso pode envolver aqueles que não seguem princípios éticos claros ou que agem de forma indiferente às normas morais. O pensamento de Kant pode dialogar com tais posturas ao desafiar a ideia de que a ética é opcional ou subjetiva. Para o filósofo, a moralidade é inerente à racionalidade humana, logo, mesmo os amoraais e os imorais, enquanto seres racionais, não poderiam evitar completamente o peso de considerar o dever moral.

Por outro lado, a crítica kantiana aos “fins justificarem os meios” pode gerar tensões em um mundo onde práticas utilitaristas ou pragmáticas frequentemente são valorizadas. Kant provocaria uma reflexão: essas práticas podem ser justificadas como máximas universais? Nesse sentido, ele convida mesmo aqueles que se identificam como amoraais a um exame racional e consistente de suas ações.

Conforme Leonel Ribeiro dos Santos, para alguns analistas, a atual crise da Ética ou da Moral representaria precisamente a rejeição e o abandono de tudo aquilo que constituía a essência da proposta kantiana: a universalidade da lei moral, a incondicionalidade do dever, a imperatividade da razão sobre as tendências passionais, o primado do esforço e do mérito sobre o êxito e a felicidade. A isto contrapõe-se hoje, se não o niilismo e o indiferentismo em questões de moralidade, pelo menos o relativismo e o pluralismo éticos (a cada um a sua moral), o individualismo hedonista, uma moral *light*, indolor e sem exigência de esforço ou de sacrifício (Cf. Santos, 2008, p. 136).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Immanuel Kant introduziu uma nova perspectiva para entender a moralidade e a nós mesmos como agentes morais. Sua originalidade e profundidade na filosofia moral são amplamente reconhecidas. Suas ideias foram bastante discutidas durante sua vida e continuam a ser objeto de explicação e crítica quase contínua desde então. Sua importância não diminuiu com o passar do tempo. A qualidade e a variedade das defesas e desenvolvimentos contemporâneos de seus pontos de vista fundamentais, assim como a sofisticação e o alcance das críticas a eles, garantem-lhe um lugar central na ética contemporânea.

Em sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, ao dissertar sobre a fonte da moralidade, Kant afirma que a razão humana comum, com sua bússola à mão, é capaz de distinguir entre bom e mau, de forma tão simples como saber a diferença entre a mão direita e a esquerda. Mas, a razão humana comum é propensa, segundo ele, a enganar-se sobre seus motivos podendo até distorcer o sentido da lei moral, ignorando, por sua vez, a orientação de sua bússola interna, perdendo a habilidade de reconhecer essa orientação e o que ela significa. Por isso, neste exato momento, a filosofia pode ajudar a razão humana comum a não sair dos trilhos.

A questão da moralidade é, sem dúvida, uma das principais preocupações de Kant e a investigação deste tema encontra-se, sobretudo, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. A filosofia moral kantiana sustenta-se especialmente na idéia de que existe uma lei da razão possuidora de valor universal e necessário. Kant, na *Fundamentação*, afirma que, para determinar se uma ação é moralmente correta, deve-se elevar a máxima dessa ação ao status de lei universal. Ele acredita que as pessoas, independentemente de suas inclinações e desejos, podem escolher agir conforme uma máxima universalizável. Podemos refletir que não seria agradável viver em um mundo onde a mentira ou a promessa falsa fossem aceitas como leis válidas para todos. Também somos capazes de imaginar que a convivência em sociedade se tornaria inviável se todos decidissem mentir. Portanto, podemos concluir que prometer falsamente, por exemplo, é uma ação contrária ao dever moral.

Nosso trabalho teve como principal objetivo realizar um estudo sobre a irrupção ocasionada por Immanuel Kant na moralidade ocidental, cujo caminho foi trilhado para desaguar na redação da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Para entendermos o pensamento de Kant com relação à construção da *Fundamentação*, foi preciso antes de tudo, refletir que a tarefa de pensar nos é apresentada como um dever. Vimos que para analisar o

trabalho de Kant na *Fundamentação* nos foi exigido uma leitura pormenorizada em cada conceito apresentado na obra. A dificuldade, certamente nos levou a pensar em qual circunstância a obra de Kant não se encontrava obsoleta, ou então remetida a um arcaico modo de pensar a moralidade. No entanto, foi observado o contrário. O pensamento de Kant ainda se encontra vivo e instigante.

Kant apresenta três proposições fundamentais na *Fundamentação* para tratar e entender melhor os princípios morais racionais: em primeiro lugar, as ações humanas só serão consideradas morais se forem executadas por motivos de moralidade e não por uma causa externa ao agente; em segundo lugar, uma ação pode ter ou não valor moral dependendo de seu motivo ou impulso. Ou seja, uma ação é moral quando julgada pelo seu motivo e não pelo resultado desejado, ou seja, a consequência esperada da ação; e, em terceiro lugar, ações serão morais quando realizadas por puro respeito à lei moral, e somente por esse motivo.

Conforme fora exposto, Kant faz uma categorização dos referidos conceitos de boa vontade e sua intrínseca relação com o dever, e para isso, o filósofo moral é bastante honesto, porque ele nunca sugere que o conceito de dever seja uma invenção sua. A contribuição de Kant seria apenas a de tornar explícito tal conceito. Deste modo, ele define a boa vontade como a única coisa que é boa sem limitação. Com isso, Kant quer afirmar que a bondade da boa vontade não está restrita a nenhuma condição. A boa vontade apresenta-se, assim, como incondicionalmente boa, e ainda, que “a boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é, em si mesma” (Cf. Kant, 2009, p. 23). Ou seja, a bondade da boa vontade não se deve à sua adequação para efetivar um determinado fim, mas independentemente daquilo que possa realizar tem pleno valor em si mesma. Pode-se dizer que a incondicionalidade de uma vontade boa é algo intrínseco a ela mesma. Kant analisou o conceito de boa vontade, de modo a incitar nossa consciência do que o dever exige. Consequentemente, dentre os mais variados pontos aos quais o filósofo procura chamar a atenção do leitor em suas argumentações, aquele mais elementar seja o de que o conceito de dever, ou lei suprema da moralidade, tem sua origem na razão.

“Agir de tal maneira para que a tua máxima se torne uma lei universal” (Cf. Kant, 2009, p. 34), segundo Kant, quando uma vontade é boa, ou age por dever, ela é determinada ou motivada por esse princípio. Tendo em vista que a sua intenção na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* foi a busca e fixação do princípio supremo da moralidade, será justamente no agir meramente por dever que Kant vai encontrar o verdadeiro valor moral das ações humanas. Mas aqui nos deparamos com um dilema: há uma grande dificuldade envolvida

na tentativa de demonstrar com segurança que as pessoas têm a intenção de agir por puro dever sem ter em vista o amor de si. Tal dificuldade reside justamente no contraste entre agir por dever ou agir por inclinação imediata. Acerca disso é possível fazer uma análise das argumentações e das disposições kantianas para ponderar os pontos fortes e fracos tanto da crítica quanto do objeto criticado. Por mais que Kant sugira que se pode identificar com grande segurança os casos nos quais o dever é o motivo e quando a inclinação exerce atração na direção oposta, as inclinações permanecem um paradoxo em sua argumentação pelo fato de ser um entrave para o agir por dever.

De acordo com aquilo que nos propomos, no primeiro capítulo, acerca do projeto moral de Immanuel Kant, ou seja, da caracterização e fundamentação propriamente dita da moral kantiana, foi de grande valia perpassar por aspectos essenciais de sua vida retomando os principais conceitos de sua filosofia. Deste modo, para uma ampla compreensão da estrutura de filosofia prática de Kant, o enfoque dado aos três aspectos como: a virtude desinteressada, a preocupação com o universal e o compromisso kantiano com a verdade, deixaram bastante claros como que a moral kantiana fora arquitetada.

Após isto, como no segundo capítulo fizemos uma exploração minuciosa sobre a filosofia moral de Immanuel Kant, o propósito de encontrar os “pressupostos dos pressupostos” que fundamentam o pensamento moral de Kant esclareceram sobre questões que foram trazidas à tona como a teodiceia que estava na base da moral de Kant, somado a isso, ficamos cientes o quanto Rousseau influenciou Kant, de tal forma que a filosofia prática deste causou uma revolução na filosofia moral como um todo.

Por fim, no terceiro capítulo, foi essencial utilizar a *Fundamentação* para destacar os principais conceitos da filosofia moral de Kant: a boa vontade, o dever e os imperativos, todos fundamentais para a construção de um sujeito autônomo. A boa vontade surge como um conceito indispensável para refletirmos sobre a dignidade humana.

Deste modo, na primeira seção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, onde se trata acerca da “Passagem do conhecimento racional moral comum para o conhecimento filosófico”, Kant supõe que um conceito universalmente aceito que justifica essa “passagem” é o de boa vontade. Tal conceito está profundamente relacionado ao conceito de dever, de modo que aquele é motivado por este. Na *Fundamentação*, Kant começa com a famosa afirmação: “neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade” (Cf. Kant, 2009, p. 21).

A análise do conhecimento racional moral comum acerca da boa vontade, deixa claro que o caráter bom da boa vontade tem a ver com a sua motivação e não com o que ela

efetivamente realiza. Por conseguinte, uma boa vontade é motivada “por dever” e por “respeito” à lei, e aqui reside o caráter correlacional destes conceitos. O dever, por sua vez, é a necessidade de uma ação por respeito à lei, e em vista disso, a lei prática que merece nosso respeito é justamente o conceito kantiano de grande relevância, o imperativo categórico. Outro ponto importante que fora trazido à discussão é o fato de que Kant, comentando sobre a natureza da boa vontade, reconhece a presença de inclinações em nossas decisões, em especial, a felicidade. Assim sendo, coube-nos investigar detalhadamente para saber se na perspectiva kantiana as inclinações são de fato um entrave para o agir por dever, e por qual motivo ele sugere que temos um dever indireto de assegurar a nossa própria felicidade.

Kant ressaltou que as ações humanas perdem a boa vontade quando são realizadas por interesses particulares. Diferente disso, devemos executar ações visando um bem universal, sem considerar a felicidade individual como um objetivo final, mas sim a busca pela moralidade. A felicidade é uma inclinação natural buscada por todos, mas não deve ser vista como um objetivo moral das ações. Assim, o indivíduo que age com boa vontade realiza ações de acordo com o dever, ou seja, por amor prático. Por outro lado, aquele que age egoisticamente age de forma patológica, desconsiderando o respeito pela lei. O sentimento patológico afasta o homem de realizar ações baseadas na representação de um sentimento moral ou intelectual. As ações caracterizadas pelo respeito provêm da vontade autônoma do sujeito, que age independente de influências externas.

Como o objetivo do trabalho consistiu, então, em investigar a trajetória feita por Immanuel Kant para formular um princípio supremo da moralidade, de tal forma que isso pôde ser significativo para a investigação moral-filosófica contemporânea e para a filosofia em geral, a abordagem das principais ideias do tema presentes na obra, procuraram aumentar o horizonte da argumentação de Kant em prol da defesa de sua filosofia prática. Evidentemente, sabemos que não conseguimos esgotar todas as nossas pretensões, mas, pelo que nos foi de alcance, trazemos uma reflexão segundo a nossa perspectiva e que nos possibilitou adentrarmos na filosofia moral kantiana.

Portanto, ao serem analisados nesta pesquisa os conceitos da boa vontade, do dever e a derivação do imperativo categórico, nos deparamos diante de uma abordagem bastante pertinente, pois, constitui o núcleo mais íntimo da argumentação moral kantiana, a metafísica dos costumes, de tal forma que nossa dissertação se enquadra na linha de pesquisa “Ética, fundamentos morais e valores humanos”, porque visa percorrer e repensar questões éticas com que a humanidade se vê confrontada até em nossos dias. Pois, para alguns estudiosos, a atual crise da ética representaria precisamente a rejeição e o abandono de tudo aquilo que constituía

a essência da proposta kantiana: a universalidade da lei moral, a imperatividade da razão sobre as tendências passionais, a incondicionalidade do dever, o primado do esforço e do mérito sobre o êxito e a felicidade.

REFERÊNCIAS

- CASSIRER, Ernst. **Kant: vida e doutrina**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- COPLESTON, Frederick. **Uma História da Filosofia. Vol. III - do Iluminismo francês a Nietzsche**. Campinas: Editora Vide Editorial, 2023.
- DEKENS, Oliver. **Compreender Kant**. São Paulo: Loyola, 2008.
- GUYER, Paul (Org.). **Kant**. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.
- HEGEL, G.W.F. **Filosofia del derecho**. 5. ed. Buenos Aires: Claridad, 1968.
- HERRERO, F. J. “A Ética de Kant”. **Síntese**, Belo Horizonte, Loyola, v. 28, n. 90, 2001, p. 17-36.
- HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. (Trad. Rodolfo Chaefer). São Paulo: Martin Claret, 2005.
- _____. **Crítica da razão prática**. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes, Universitária São Francisco, 2016.
- _____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2019.
- _____. **Prolegômenos**. 1988.
- _____. **Sobre a Pedagogia**. 5. ed. (Trad. Francisco Cock Fontanella). Piracicaba: UNIMEP, 2006.
- _____. **Textos seletos**. Tradução: Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. Vida e obra. In: **Os pensadores**. (Trad. Valério Rohden et all.) 3. ed. Sao Paulo: Nova Cultural, 1987. Volume I.
- KUEN, Manfred. **Kant: A Biography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LEITE, Flamarion Tavares. **10 lições sobre Kant**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARITAIN, Jacques. **A Filosofia Moral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

NASCIMENTO, Francisco Eliandro Souza; LOPES, Jorge Luis Carneiro. Kant e a mentira. **Griot – Revista de Filosofia**, v. 11, n. 01 (2015): 01-21.

PASCAL, Georges. **Compreender Kant**. Petrópolis: Vozes. 2008.

PASCAL, Georges. **O pensamento de Kant**. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

PUENTE, Fernando Rey (org.). **Os filósofos e a mentira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PERINE, Marcelo. A Educação com arte segundo Kant. **Síntese Política Econômica Social**. Belo Horizonte, vol. 15, Fumarc. 40, p. 9-32, Mai/Ago 1987.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ROVIGHI. Sofia Vanni. **História da Filosofia Moderna**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

SANTOS, Leonel Ribeiro. **Philosophica**, 31, Lisboa, 2008, pp. 127-160.

SCHNEEWIND, Jerome. **La invención de la autonomía**: Una historia de la filosofía moral moderna. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2009.

SCHNEEWIND, Jerome. Kant e a moralidade como resultado de nossa autonomia. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos, v. 417, p. 06 – 09, 06 de Maio de 2013. Acesso em: 12/04/2024.

SCHÖNECKER, Dieter; WOOD, Allen W. **A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant. Um comentário introdutório**. São Paulo: Loyola, 2014.

SEDGWICK, Sally. **Fundamentação da metafísica dos costumes: uma chave de leitura**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVEIRA, Denis Coitinho. A fundamentação da ética em Kant. In: **Revista Filosofazer**, 24., ano Passo rs.org.br/paginasPessoais//esc.asp?id=430 Fundo. Disponível: >. Acesso em: 09 out. 2024.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Ética Filosófica**. São Paulo: Edições Loyola, 2023.

WALSCHOTS, Michael. **Kant's Critique of Practical Reason: Background Source Materials**.